

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA**

LEONEL LEITE BARROS

**AS EXPECTATIVAS NOS AUTORES PRÉ-KEYNESIANOS MODERNOS DO
MAINSTREAM E NA TEORIA GERAL**

VITÓRIA

2016

LEONEL LEITE BARROS

**AS EXPECTATIVAS NOS AUTORES PRÉ-KEYNESIANOS MODERNOS DO
MAINSTREAM E NA TEORIA GERAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal do Espírito Santo como requisito para a obtenção do título de Mestre em Economia.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Ramallete Moreira

**VITÓRIA
2016**

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

B277e Barros, Leonel Leite, 1986-
As expectativas nos autores pré-keynesianos modernos do
mainstream e na teoria geral / Leonel Leite Barros. – 2016
99 f.

Orientador: Ricardo Ramalhete Moreira.
Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade
Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Jurídicas e
Econômicas.

1. Economia keynesiana. 2. Escola neoclássica de
economia. 3. Economia. I. Moreira, Ricardo Ramalhete. II.
Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências
Jurídicas e Econômicas. III. Título.

CDU: 330

LEONEL LEITE BARROS

**AS EXPECTATIVAS NOS AUTORES PRÉ-KEYNESIANOS MODERNOS DO
MAINSTREAM E NA TEORIA GERAL**

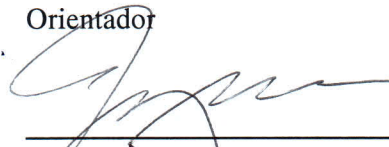
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Economia da Universidade Federal do Espírito Santo como requisito para a obtenção do título de Mestre em Economia.

Vitória, 08 de junho de 2016.

COMISSÃO EXAMINADORA



Prof. Dr. Ricardo Ramalhte Moreira
Universidade Federal do Espírito
Orientador



Prof. Dr. Rogério Arthmar
Universidade Federal do Espírito Santo



Prof. Dr. José Felipe Araújo de Almeida
Universidade Federal do Paraná

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer a secretaria e a todo o corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Economia (PPGECO) da UFES, em especial aos professores que me transmitiram em aula os conhecimentos necessários para a minha formação enquanto mestre. Principalmente ao Prof. Dr. Ricardo Ramallete Moreira, pela orientação, e ao Prof. Dr. Rogério Arthmar, pelos conselhos quando das qualificações.

No mesmo sentido, agradeço ao Prof. Dr. José Felipe Araujo de Almeida da Universidade Federal do Paraná – UFPR, membro externo da banca de avaliação da dissertação.

Devo destacar uma parte destes agradecimentos para a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que através da concessão de bolsa de estudos para o mestrado permitiu minha permanência e o desenvolvimento da pesquisa que gerou esta dissertação.

Agradeço ainda aos colegas de cursos e por fim, o mais importante, um agradecimento especial a toda minha família que me apoiou incondicionalmente durante todos os momentos. Cito aqui, destacadamente, minha mãe Genivalva Leite, meu pai Lourenço Barros, meu irmão Leandro Barros, e a pessoa que me deu um apoio mais que especial nesta etapa de minha formação, minha namorada Jeany Gansäuer.

RESUMO

A temática das expectativas dentro das ciências econômicas é de fundamental importância, mas ao se observar, por exemplo, um manual de História do Pensamento Econômico (HPE) tem-se a ideia que a temática apenas surgiu a partir da publicação da Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda (TG), de John Maynard Keynes, em 1936. A intenção desta dissertação é investigar se nas obras dos autores modernos pré-keynesianos do *mainstream* havia, ou não, apontamentos sobre as expectativas e, em caso positivo, fazer sua apresentação integrada aos modelos dos autores, bem como a discussão da temática na TG, o que possibilitará o entendimento sobre o porquê desta obra ser tão importante em relação às expectativas. Assim, para alcançar este intento, se fará um estudo sobre os economistas marginalistas e a Escola de Cambridge até o advento da TG. Para isto, no primeiro capítulo se discutirá as expectativas nos modelos dos autores marginalistas William Stanley Jevons, Carl Menger e Léon Walras. Os objetivos deste capítulo serão: a) apresentar a discussão das expectativas para os autores marginalistas; e, b) indicar a possível causa para a HPE ter ignorado esta discussão. No segundo e no terceiro capítulo se discutirão as expectativas na Escola de Cambridge, os autores a serem discutidos serão Alfred Marshall, Arthur Cecil Pigou, Dennis Holme Robertson e John Maynard Keynes. Os dois primeiros serão discutidos no segundo capítulo e os dois últimos no terceiro. O propósito dos dois capítulos será: a) apresentar as expectativas na visão dos autores da Escola de Cambridge; b) sugerir a possível razão para os apontamentos de Marshall, Pigou e Robertson sobre as expectativas terem atraído em menor dimensão a atenção da HPE em relação à mesma temática na TG.

ABSTRACT

The theme of expectations in economic sciences is of fundamental importance, but observing, for instance, a Manual of History of Economic Thought has been the idea that the issue only arose from the publication of the General Theory of Employment, Interest and Currency, of the John Maynard Keynes in 1936. The intention of this work is to investigate whether the works of the modern pre-keynesian authors of the *mainstream* were or not remarks about the expectations and, if so, make your presentation to integrated models of the authors, as well as the topic of discussion in the General Theory, which will enable the understanding of why this work is so relevant in relation to expectations. Thus, to achieve this purpose, it will do a study on the marginalist economists and the School of Cambridge until the advent of General Theory. For this, the first chapter will discuss the expectations models of marginalists authors William Stanley Jevons, Carl Menger, and Léon Walras. The objectives of this chapter shall be: a) to present the discussion of expectations for the marginalist authors; and, b) to indicate the possible cause for the History of Economic Thought have ignored this discussion. In the second and third chapter will discuss the expectations at Cambridge School, the authors to be discussed will be Alfred Marshall, Arthur Cecil Pigou, Dennis Holme Robertson and John Maynard Keynes. The first two will be discussed in the second chapter and the last two in the third. The purpose of the two chapters will be: a) to present the expectations in view of the authors of the Cambridge School; b) to suggest a possible reason for the remarks of Marshall, Pigou and Robertson on the expectations have attracted a lesser extent the attention of the History of Economic Thought regarding the same theme in the General Theory.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1 AS EXPECTATIVAS NO PENSAMENTO DOS AUTORES MARGINALISTAS: JEVONS, MENGER E WALRAS	13
1.1 O MODELO OU OPÇÃO HOMOGENEIZADA E AS EXPECTATIVAS	15
1.1.1 A satisfação humana está condicionada a utilidade marginal decrescente	17
1.1.2 O homem é detentor de racionalidade perfeita	19
1.1.3 O homem age de maneira maximizadora	20
1.1.4 Funcionamento do modelo	21
1.1.5 As expectativas econômicas no modelo homogeneizado	23
1.2 AS EXPECTATIVAS DE ACORDO COM JEVONS, MENGER E WALRAS	25
1.2.1 Stanley Jevons	26
1.2.2 Carl Menger	29
1.2.3 Léon Walras	36
1.2.3.1 A 1ª lei ou “A Lei da Oferta e da Procura”	38
1.2.3.2 A 2ª lei ou “A lei dos custos de produção ou do preço de custo”	40
1.2.3.3 A 3ª lei ou “A lei da determinação dos preços do capital”	41
1.3 CONSIDERAÇÕES FINAIS	43
2 AS EXPECTATIVAS NO PENSAMENTO DA “ESCOLA DE CAMBRIDGE”: MARSHALL E PIGOU	47
2.1 ALFRED MARSHALL	49
2.1.1 O Longo Prazo e as expectativas em Marshall	53
2.1.2 O Curto Prazo e as expectativas em Marshall	55
2.2 OS CICLOS ECONÔMICOS E AS EXPECTATIVAS NA ANÁLISE PIGOVIANA	59
2.3 CONSIDERAÇÕES FINAIS	63
3 AS EXPECTATIVAS NO PENSAMENTO DA “ESCOLA DE CAMBRIDGE”: ROBERTSON E KEYNES	67
3.1 OS CICLOS ECONÔMICOS NA ANÁLISE ROBERTSONIANA E AS EXPECTATIVAS	69
3.2 O PAPEL DAS EXPECTATIVAS NO PENSAMENTO NA TEORIA GERAL	77
3.3 OS CICLOS ECONÔMICOS DE ACORDO COM A TEORIA GERAL	83
3.4 FINANCIAMENTO DE INVESTIMENTOS E EXPECTATIVAS EM ROBERTSON E KEYNES	85

3.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	88
CONCLUSÃO	91
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	95

INTRODUÇÃO

Nos dias correntes ao se abrir um jornal impresso, se acessar um portal jornalístico na internet, se assistir ao telejornal ou ao se ouvir o noticiário no rádio, quando a temática é a economia, uma pessoa terá contato quase certo com a palavra “expectativa”. Palavra esta que é de uso corrente no vocabulário ordinário e que, por isso, em uma primeira observação, não aparenta possuir um significado de maior complexidade ou profundidade. Como indica o dicionário Priberam seus significados são: “1. ato ou efeito de expectar; 2. esperança baseada em supostos direitos, probabilidades, pressupostos ou promessas; e, 3. ação ou atitude de esperar por algo ou por alguém, observando.”

Uma pessoa leiga em economia que está se inteirando dos fatos econômicos e tendo contato com a palavra “expectativa” a enquadrará em sua acepção ordinária, sem notar a diferença existente entre esta e a econômica. O que implica a existência de um problema no entendimento desta pessoa sobre a informação que está sendo anunciada pelo meio de comunicação, devido à palavra “expectativa” estar sendo utilizada para transmitir algo que vai além de seu significado comum, que é insuficientemente completo e generalista para permitir a assimilação do fato econômico em sua totalidade.

A palavra “expectativa”, quando observada através da lupa científica da economia, ganha *especificidade e complexidade* – o que é recorrente quando se analisa alguma relação ou fenômeno através de um método científico – e são estas duas características que impedem que alguém sem conhecimentos formais em economia possa compreender de forma completa e profunda o significado de uma questão econômica enunciada pelos meios de comunicação, através da palavra “expectativa”. Mas mesmo que o entendimento da notícia, em sua completude, não seja possível a esta pessoa – enquanto ela for leiga na matéria –, parte da informação será assimilada por ela, pois, ainda que não sejam idênticas as acepções da palavra “expectativa” em suas formas ordinária e econômica, ela permanece tendo a mesma direção lógica.

O que se quer dizer com “a mesma direção lógica”, é que a palavra “expectativa”, no interior das ciências econômicas, se tornará um termo definido¹, de acordo com as relações próprias da economia, mas que seus significados ordinários, apresentados acima, permanecerão válidos. Ou seja, o que se alteram são os pressupostos que deixam de ser generalistas e passam a ser especificados pelas relações econômicas.

Por exemplo, um homem leigo em economia lê a seguinte manchete em um jornal: “Expectativas de investimento do setor produtivo se reduzem após aumento da taxa básica de juros pelo Banco Central”. Presumivelmente, a partir dela, este homem conseguirá entender que o setor produtivo tenderá a realizar um menor investimento no futuro, como resultado das expectativas. Mas, possivelmente, seu entendimento se encerrará por aí. Dado seu desconhecimento formal da economia, é verossímil afirmar que ele não conseguirá visualizar que o comportamento das expectativas é o resultado causal do movimento da taxa de juros, nem tampouco que este é o reflexo de uma alta da inflação e assim por diante. Ou seja, sua compreensão de senso comum sobre a palavra “expectativa” lhe permite perceber pontualmente a mensagem do meio de comunicação, mas não sua complexidade e possíveis desdobramentos.

A finalidade deste trabalho não é entender os limites da compreensão de uma pessoa leiga em economia sobre como se comportam as expectativas, ou como elas podem afetar seu modo de vida. Tampouco aqui se objetivará traduzir os fundamentos econômicos para esta pessoa. A indicação acima, sobre como as expectativas se apresentam aos indivíduos, foi feita com a intenção de revelar sua presença constante no cotidiano da sociedade, o que ao mesmo tempo evidencia² a importância do assunto, bem como a necessidade de sua compreensão aprofundada por parte dos profissionais e acadêmicos das ciências econômicas.

A análise sobre as expectativas humanas poderia ser desenvolvida pelos mais diversos caminhos, desde a antropológica até a biológica, mas não será este o intento do trabalho. Ele limitará seu foco à perspectiva econômica, desta maneira, não será estudado de forma profunda o caráter das expectativas humanas como um todo, mas apenas o daquelas que

¹ Ou o que é mais correto, se tornará em um termo definido para cada escola econômica que tratar das expectativas, ou seja, há mais de uma definição para o termo em economia.

² O que não significa que a importância do assunto exista por isso, mas apenas que ela se faz notar por este fato, já que uma temática com esse nível de especificidade não é algo frequente nos meios de comunicação.

possuem natureza econômica. E, ainda, devido à limitação temporal para sua realização, será feito um corte teórico sobre a temática dentro das ciências econômicas.

O que se observa sobre a temática das expectativas dentro das ciências econômicas é que estas adquiriram relevância e foram identificadas como uma variável explicativa protagonista no interior de seus modelos a partir da publicação da Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda (TG), de John Maynard Keynes, em 1936. Indica-se isto dada à observação de que nos manuais de História do Pensamento Econômico (HPE) elas apenas passam a ser referidas a partir da discussão sobre Keynes e a TG, mas também pela relevância que a variável passa a possuir dentro dos modelos de grande influência dentro das ciências econômicas que sucederam a publicação da TG. É o caso, por exemplo, da teoria das expectativas adaptativas, da escola monetarista; dos economistas pós-keynesianos e sua reafirmação da problemática na aceção de Keynes; e, da teoria das expectativas racionais, que representa contemporaneamente a visão do *mainstream* em relação à questão. É com isto em consideração que se pergunta: 1) os economistas modernos pré-keynesianos do *mainstream* abordaram a temática das expectativas? 2) Há nas obras destes autores algo que justifique a pouca ou nenhuma atenção dada à temática pela HPE e o que se encontra sobre a temática na TG que justifique um tratamento diferenciado quando se trata dela? 3) Há déficit explicativo nas teorias modernas pré-keynesianas derivado da pouca ou nenhuma atenção dedicada às expectativas?

Serão estas as perguntas que delimitarão o objeto de pesquisa deste trabalho, realizando deste modo seu necessário corte teórico³. Assim, com o objetivo de respondê-las, a pesquisa aqui empreendida abarcará os desenvolvimentos dos economistas neoclássicos desde as primeiras formulações marginalistas até o advento da TG. O que de outra forma significa dizer, que se estudarão os economistas marginalistas e a Escola de Cambridge, até o momento de sua maior contestação, feita por Keynes, que era um de seus principais membros. Estes economistas são aqui intitulados “economistas modernos pré-keynesianos do *mainstream*”, por seus estudos terem alicerçado o método e os conceitos centrais pelos quais a economia é discutida até o presente – daí o termo *moderno* –, no que viria a se tornar com Marshall, em sua corrente dominante – donde resulta o termo *mainstream*. Considerando que o escopo da pesquisa se

³ Como se observa na primeira pergunta a intenção será estudar as obras dos economistas pertencentes à corrente principal da economia, o que fará com que apontamentos sobre a Escola de Estocolmo fiquem de fora deste trabalho. Para uma discussão sobre esta escola e seus apontamentos sobre as expectativas, bem como sobre quais foram as razões que a impediram de se tornar uma alternativa a hegemonia da época veja-se Arthmar (2001).

limita temporalmente ao surgimento da TG, tem-se que a designação dada aqui aos economistas a serem estudados se faz compreensível.

E será com a intenção de responder as perguntas levantadas que este trabalho se realizará. E é em sua busca que se depara com a relevância deste trabalho que está na evidência de um conteúdo que foi pouco explorado pela HPE – principalmente no que se refere aos economistas marginalistas. Destarte, o trabalho ocupar-se-á de investigar de forma analítico-descritiva como as expectativas eram observadas pelos economistas modernos pré-keynesianos do *mainstream* e a partir disto apresentar a maneira que elas aparecem na TG.

Para isto, no primeiro capítulo se discutirá como as expectativas se apresentam nos modelos construídos pelos autores marginalistas, quais sejam Stanley Jevons, Carl Menger e Léon Walras. É em relação à discussão das expectativas nos pensamentos destes autores que há um vazio produtivo por parte da HPE. Desta forma, o primeiro capítulo terá o intento de: i) apresentar a discussão das expectativas para os autores marginalistas; e, ii) indicar a possível causa para a HPE ter ignorado esta discussão.

Ambos, o segundo e o terceiro capítulo, por sua vez, discutem as expectativas na Escola de Cambridge. Alfred Marshall e Arthur Cecil Pigou são apresentados no segundo e Dennis Robertson e John Maynard Keynes no terceiro. Fez-se a divisão entre os capítulos para se alcançar uma melhor sistematização e devido o alinhamento em par dos pensamentos dos autores permitir a discussão de certas conexões existentes entre eles. Diferentemente do que se observou no primeiro capítulo, sobre as expectativas na Escola de Cambridge podem-se encontrar estudos da HPE se relacionando a questão, mas sua escala é maior no que se refere à TG do que quando se trata da mesma questão nos escritos dos outros autores – além do já apontado em relação a não menção do pensamento destes em relação às expectativas nos manuais da disciplina. Assim, a partir da discussão a ser feita nos dois capítulos pretende-se: i) apresentar as expectativas na visão dos autores da Escola de Cambridge; ii) sugerir a possível razão para os apontamentos de Marshall, Pigou e Robertson sobre as expectativas terem atraído em menor dimensão a atenção da HPE em relação a mesma temática na TG.

1 AS EXPECTATIVAS NO PENSAMENTO DOS AUTORES MARGINALISTAS: JEVONS, MENGER E WALRAS

As obras⁴ “*A teoria da economia política*” de Stanley Jevons, “*Princípios de Economia Política*” de Carl Menger, ambas publicadas em 1871, e “*Princípios de Economia Pura*” de Léon Walras, publicada em 1874, modificaram de maneira definitiva as ciências econômicas. Para além do debate sobre a erupção ou não de uma revolução na economia provocada por elas⁵, o que se pode afirmar é que uma nova corrente principal da economia, a neoclássica, seria fundada baseada, entre outras coisas, nas ideias centrais destes escritos.

A denominação “Escola Neoclássica”, terminologia empregada com diversas significações dentro das ciências econômicas (LAWSON, 2013), será neste trabalho entendida em um sentido amplo, que engloba as obras referidas no parágrafo anterior como sua gênese; que se torna representante do *mainstream*, a partir da contribuição marshalliana; e, que se mantém nesta posição até o advento da crítica keynesiana em 1936. Há ainda teóricos da HPE que compreendem os desenvolvimentos de John Hicks e Paul Samuelson como pertencentes ao neoclassicismo – ainda de acordo com Lawson (2013) –, aqui os apontamentos destes autores, e de outros que teorizem no mesmo sentido, tentado unir o pensamento da escola em questão ao de Keynes, serão considerados como não pertencentes à escola neoclássica, por englobarem outros elementos à sua estruturação teórica, quais sejam, os keynesianos, que de acordo com eles correspondem a um caso econômico específico.

Sendo então o objeto de análise deste capítulo o corpo teórico que compõe o momento genésico da escola neoclássica. Cabe indicar que não há atualmente em HPE unanimidade acerca da correção do enquadramento do pensamento de seus autores (Jevons, Menger e Walras) dentro de uma mesma matriz teórica, qual seja a marginalista, que foi assimilada pelo

⁴ As obras foram desenvolvidas pelos autores de maneira independente, a citação que segue evidencia isto: “O termo 'revolução marginal' é tomado geralmente para se referir à quase simultânea, mas completamente independente, descoberta do início dos anos 1870 por Jevons, Menger e Walras do princípio da utilidade marginal decrescente como a pedra fundamental de um novo tipo de estática microeconômica.” (BLAUG, 1985, p. 294, tradução minha)

⁵ Feijó (1998), assim como Roll (1977), defende que a teoria da utilidade marginal é o resultado da evolução de ideias que estavam sendo trabalhadas desde a década de 1830. Daí a argumentação de que a década de 1870 não significou uma “revolução” no pensamento econômico. Em sentido oposto ao destes autores encontram-se, por exemplo, Schumpeter (PAULA, 1977) e Mirowski (1984), que afirmam que houve uma “revolução marginalista” – para o segundo autor Menger não é um dos “revolucionários” (1984, pp. 371-372). Neste trabalho não se entrará no mérito relativo à existência ou não de uma revolução na economia na década de 1870, por esta discussão não contribuir para a consecução de seu objetivo.

neoclassicismo no *mainstream* da economia. Autores como Jaffé (1976) e Feijó (1998) defendem a necessidade de avaliar a contribuição teórica de cada um deles de maneira isolada, como forma de conseguir captar a essência de seus pensamentos de modo mais completo, com a intenção de ressaltar as diferenças existentes em suas obras, e assim identificar a particularidade da contribuição de cada um deles para a economia.

Aqui se observa que as diferentes formas de interpretar as contribuições de Jevons, Menger e Walras são resultantes de distintas visões sobre metodologia em economia. Assim, não entende as opções de enquadramento de seus pensamentos em homogeneização ou “desomogeneização” como acerto e erro, ou vice-versa, mas como modos de se posicionar metodologicamente. A homogeneização é a opção pela representação uma dos pensamentos dos três autores através de uma estruturação modelística baseada em um método de cunho matemático com análise de equilíbrio estático. Por sua vez, a “desomogeneização”, proposta por Jaffé (1976) e Feijó (1998), significa essencialmente investigar a obra de cada um dos autores de maneira isolada, o que permite observar, entre outras coisas, que o método utilizado pela opção homogeneizada é condizente com o encontrado nas construções de Jevons e Walras, mas não na mengeriana, que se utiliza do método genético-causal, que prescinde do uso da matemática e observa o tempo como um fator relevante.

Sobre esta questão cabe ainda destacar que, independente da escolha metodológica, há elementos centrais no pensamento de todos os autores que são convergentes. São estes: a) o consumo como foco da análise econômica; b) a subjetividade dos agentes – definidora em seu processo de escolha – como perspectiva da análise; e, c) os conceitos de *utilidade marginal* e *escassez*⁶ dos bens como definidores de seu valor, que, por sua vez, são a base comum de sustentação da construção teórica dos autores (JEVONS, 1996; MENGER, 1983; WALRAS, 1996).

Assim, tendo em vista a não unidade sobre qual a forma correta de estudar as obras dos autores e objetivando compreender de maneira completa o modo que as expectativas se manifestam dentro de seus pensamentos, neste capítulo se fará uma investigação de acordo com as duas opções metodológicas apontadas. Com isso, espera-se responder parcialmente as

⁶ Ambos os fatores dependem da subjetividade do agente. A utilidade por ser uma qualidade do bem que é condicionada pela possibilidade de satisfazer uma necessidade ou de aumentar a satisfação do agente; e, a escassez que por um lado é objetiva, por se relacionar com a quantidade disponível do bem, e que, por outro, é subjetiva por apenas poder existir se o bem possuir utilidade para o agente.

questões levantadas na introdução deste trabalho e desta forma verificar se as expectativas foram, ou não, abordadas pelos autores ora estudados; tentará se indicar se há em seus escritos algo que justifique o porquê da HPE não ter despendido esforços em sua investigação, uma vez que não se encontram estudos tratando especificamente da temática das expectativas nos autores marginalistas; e, assinalará se a falta de tratamento das expectativas pelos autores marginalistas limitou o alcance de seus apontamentos.

Para isto, na próxima seção se fará a exposição do que se chamou de modelo homogeneizado, com a intenção de indicar como as expectativas apresentam-se nele, isto conseqüentemente assinalará sua forma geral. Posteriormente, será feita a apresentação do pensamento de cada um dos autores citados, de forma individualizada, com a intenção de identificar, através do confronto com o modelo homogeneizado, qual ou quais deles tiveram suas ideias sobre as expectativas presentes nesta estrutura. Por fim, se farão breves indicações conclusivas, que buscarão a luz da discussão feita no desenvolvimento do capítulo responder as questões levantadas na introdução da dissertação e ressaltadas no parágrafo anterior.

1.1 O MODELO OU OPÇÃO HOMOGENEIZADA E AS EXPECTATIVAS

São os elementos centrais convergentes das obras de Jevons, Menger e Walras, apontados acima: *(a) o consumo como foco da análise econômica; b) a subjetividade dos agentes – definidora em seu processo de escolha – como perspectiva da análise; e, c) os conceitos de utilidade marginal e escassez dos bens como definidores de seu valor*, que permitem a construção de um modelo homogeneizado como forma de representar a economia a partir da contribuição dos três autores. Entretanto, este modelo não contempla todos os elementos contidos em suas obras, o que significa também, dadas as diferenças existentes entre elas, que certos aspectos serão privilegiados em detrimento de outros. Mas, independente disto, pode-se dizer que a base comum de seus pensamentos se encontra representada nele.

O que se percebe é que o modelo homogeneizado, por consequência da escolha do método matemático com equilíbrio estático, se identifica de maneira mais próxima com as obras de Jevons e Walras, em comparação com a de Menger. E é esta constatação, do maior alinhamento do modelo homogeneizado com o pensamento dos dois primeiros autores em relação ao terceiro, que impedirá que o modelo construído abaixo não seja apenas uma

replicação do que foi elaborado por Fisher (1986), dado que este autor, em linhas gerais, chega aos mesmos resultados que serão observados na conclusão da estrutura aqui elaborada. O problema da construção de Fisher (1986), que impede sua utilização aqui, está na interpretação do autor sobre os elementos apontados como componentes do núcleo duro do programa marginalista de pesquisa geral – seu modelo é construído como uma tentativa de aplicar a metodologia lakatosiana às obras dos autores marginalistas e com isso demonstrar a existência de um programa de pesquisa comum entre eles. Para o autor todos os elementos indicados por ele são representantes de mesma ordem do pensamento dos três economistas marginalistas. O que não se verifica em totalidade, devido isto ser apenas uma verdade parcial em relação ao que se encontra na obra de Menger. Mais especificamente, o erro se encontra em sugerir que os elementos (e) e (f) estão em consonância com os apontamentos feitos em sua obra – quando da análise isolada da obra de Menger ficará clara sua divergência quanto a estes dois pontos. Seguem os elementos sugeridos por Fisher:

[...] Os elementos mais importantes dos núcleos duros das três estruturas marginalistas separadas eram comuns para todos os três [Jevons, Menger e Walras]. Estes elementos são: (a) o indivíduo como uma unidade-chave de análise, (b) a lei da maximização da utilidade, (c) a distinção utilidade marginal/utilidade total, (d) a lei da utilidade marginal decrescente, (e) a prevalência de competição e (f) o potencial do mecanismo de equilíbrio. Designamos estes pressupostos como o núcleo duro do programa geral. (FISHER, 1986, p. 172, tradução minha)

Assim, a divergência essencial entre o modelo de Fisher e o abaixo construído está na forma de apreciação do pensamento de Menger, no primeiro alcança-se o equilíbrio de mercado, que representa a máxima satisfação global do sistema, como um resultado que condiz com o encontrado nas obras dos três autores marginalistas; no segundo, da mesma forma se encontra o equilíbrio de mercado, condizente com as mesmas consequências para o sistema, mas diferentemente há a indicação prévia de que este resultado não é um espelho sem distorções em correspondência com a obra de todos os marginalistas, mais especificamente com a leitura de Menger. Ou seja, este último modelo assinala antecipadamente que sua construção é o resultado de uma opção metodológica, que privilegia alguns elementos em detrimento de outros.

Como se observará no decorrer desta seção a apresentação do modelo homogeneizado é feita sem se referir o papel das expectativas em seu interior. O que se perceberá é que a ação de ignorar esta variável não prejudicará o entendimento do funcionamento da estrutura em suas

linhas gerais. Isto é o que dará a indicação sobre a possível causa de sua não observação mais detalhada pela HPE.

Assim, a seguir se fará uma descrição do modelo homogeneizado e posteriormente se identificará como as expectativas se apresentam em seu interior e se relacionam com as demais variáveis. A intenção é fazer uma síntese do funcionamento do modelo, apresentando argumentativamente suas principais características, conceitos e relações de maneira didática. Desta forma, será dispensada a apresentação de caráter matemático, pois se observa que esta, para os fins objetivados, apenas acarretaria em dificuldades para a explicação dos encadeamentos lógicos, mesmo tendo em conta a sua vantagem de permitir uma maior precisão à exposição.

O modelo neoclássico, do qual o marginalismo faz parte, para alcançar o objetivo de descrever a economia de maneira universal, se baseia em hipóteses sobre o comportamento natural do homem em atividades econômicas. A ideia é que se este for representado de maneira correta, é possível se expor o funcionamento da economia como um todo, através da agregação dos comportamentos individuais. Com esta intenção fundamenta-se o comportamento humano nos seguintes supostos: a) a satisfação humana está condicionada à utilidade marginal decrescente; b) o homem é detentor de racionalidade perfeita; e, c) o homem age de maneira maximizadora.

É assentado nestes supostos naturais do comportamento humano que a escola neoclássica construiu seu modelo econômico atomístico, através do método hipotético-dedutivo, que resulta em eficiência alocativa ótima do sistema, representada pelo bem-estar geral da coletividade. Será com base nisto e nas indicações diretas dos autores marginalistas que o modelo homogeneizado será elaborado. Assim, primeiro se descreverão as hipóteses citadas e depois se apresentará o funcionamento do modelo.

1.1.1 A satisfação humana está condicionada à utilidade marginal decrescente

O conceito fundamental para o entendimento da satisfação humana é o de “utilidade marginal” e, como já se indicou, é ele o responsável por permitir que de maneira subjetiva algo possua valor. Sendo assim, é necessário identificá-lo de forma mais precisa.

Com esta intenção, faz-se a seguir o desmembramento do termo com a intenção de tentar captar melhor seu significado: a palavra *utilidade* quando atribuída a uma coisa está indicando sua característica útil, ou seja, como ela pode ser adequada para uma ou mais finalidades⁷. A palavra *marginal*, por sua vez, está assinalando a adição de uma quantidade de algo ao seu montante, assim, com ela se indica que a análise está focada na última quantidade adicionada de alguma coisa⁸. Destarte, o termo *utilidade marginal*, sem ainda entrar em sua especificidade econômica, expressa a característica útil da última quantidade adicionada de algo.

O ato de saciar uma vontade, ou atender uma necessidade, significa para um indivíduo qualquer, que ele precisa realizar uma ação ou estar em posse de um objeto que tem as qualidades necessárias para este fim. Economicamente isto expressa, pela ótica da demanda, o consumo dos bens pretendidos e pela ótica da oferta a obtenção do lucro almejado. Em ambos os casos haverá tempo envolvido para a ocorrência do saciamento, que se realizará de forma crescente, mas cada faixa de tempo consumindo um bem ou obtendo um lucro dará ao indivíduo menor satisfação que a faixa anterior. Ou seja, a cada faixa de tempo adicional a qualidade útil da ação ou do objeto será menor.

Usando a utilidade marginal como termo para a questão, pode-se dizer que cada faixa de tempo adicional no consumo de bens ou na obtenção de lucro, tem uma utilidade marginal menor⁹, isto é, seus aumentos são decrescentes. Deste modo, pode-se afirmar que: “a satisfação humana está condicionada à utilidade marginal decrescente”.

Esta discussão é feita em termos subjetivos, ou seja, o quanto uma faixa de tempo ou uma quantidade de um bem adicional representa, em termos de utilidade, para indivíduos diferentes é algo que não pode ser inferido de condições objetivas, mas apenas a partir da

⁷ Não se deve confundir a utilidade de algo com seu valor de uso. A utilidade expressa à existência de uma característica útil de um bem. O valor de uso, por sua vez, está expressando a importância que a utilização do bem possui para um indivíduo.

⁸ Aqui não se está falando da possível interpretação infinitesimal da característica marginal, por se observar que esta é apenas uma das possibilidades interpretativas do termo, onde não necessariamente seu entendimento precisa partir de um valor tendendo ao infinito. Pelo mesmo motivo não se referiu a uma unidade ou quantidade infinitesimal, mas a uma quantidade adicionada de algo, afinal de contas, uma grandeza é apenas uma medida de valor condicionada por um consenso sobre qual deve ser sua importância padronizada.

⁹ De outra maneira, o mesmo poderia ser indicado se ao invés de tempo se estivesse tratando com quantidades. Mas estas duas formas possuem essencialmente o mesmo sentido para fins analíticos, pois, por exemplo, o consumo de uma quantidade de um bem qualquer exige algum tempo. O que permite que sua análise possa ser empreendida de uma forma ou de outra. Utilizou-se o tempo por este permitir uma maior amplitude a argumentação feita, onde em seu interior pode-se pensar além de questões que apenas envolvam bens físicos.

subjetividade de cada um deles. Da mesma maneira, é a subjetividade a causa primária dos dois fatores que determinam o valor na teoria neoclássica, quais sejam a própria utilidade, aqui discutida, e a escassez, esta como já indicado anteriormente sendo afetada pela subjetividade de maneira indireta, por apenas poder existir para coisas úteis, e parcial, pois o outro fator que influencia em sua existência, a quantidade disponível da coisa em questão, é objetivo. Assim, os bens não possuem valores em si, mas é a utilidade que os indivíduos observam neles, que lhes confere seu valor¹⁰.

Sobre a escassez de um bem se tem que quanto mais escasso ele for, maior será seu valor, sendo o contrário verdadeiro. Este fator não apenas interfere na grandeza do valor, mas também na sua existência para algo. Se uma coisa possui uma oferta muito abundante – seja ela provinda da natureza ou da ação do homem – em relação a sua demanda é possível que ela não tenha valor algum. Destarte, um bem poderá possuir muito, pouco ou nenhum valor para um indivíduo e apresentar a relação inversa para outro.

1.1.2 O homem é detentor de racionalidade perfeita¹¹

A segunda hipótese sobre o comportamento humano que se observa é a da racionalidade perfeita. Ela se refere à capacidade cognitiva dos agentes, o que lhe acarreta ser um processo pertencente à psique do homem, onde também se encontram as expectativas.

De acordo com esta hipótese os homens têm capacidade cognitiva para analisar o ambiente onde se encontram de maneira total, o que apenas é possível se todas as informações estiverem disponíveis. De forma mais específica, eles são capazes de avaliar todas as opções existentes antes de realizar uma ação, ou seja, eles têm capacidade de processar todos os dados antes de uma decisão, bem como de prever suas consequências (AUGUSTO, 2009, pp.

¹⁰ Por falta de espaço para isso, ao invés de fazer várias longas citações diretas sobre o conceito de utilidade nas palavras dos autores, segue uma indicação exata do local onde cada um deles se refere ao tema em suas obras, estas, obviamente, não são as únicas passagens sobre o tema, mas passagens significativas para este intento: Jevons (1996) nas páginas 72 e 73; Menger (1983) na página 304; e, Walras (1996) na página 90.

¹¹ Augusto (2009) faz a discussão sobre a racionalidade na escola neoclássica como sendo algo indissociável do caráter maximizador da mesma, ou seja, para este autor ser racional significa agir adequando os meios aos fins, o que para ele torna a racionalidade neoclássica instrumental. Neste trabalho não se segue a discussão na mesma linha de raciocínio, tratando a racionalidade maximizadora como um termo indissociável, por se observar que o termo exige para seu melhor entendimento de um desmembramento que resulta na explicação de duas hipóteses da escola neoclássica sobre a conduta humana. Quais sejam a *racionalidade perfeita* e o *comportamento maximizador*, onde a primeira é necessária para dar consistência lógica para a existência da segunda. De outra forma, pode-se incorrer no erro de permitir, por não estabelecer a conexão lógica correta para a explicação dos termos, uma crítica externa fácil ao modelo neoclássico.

11-12). Isto significa que eles também sabem como os outros agentes atuam, dado que suas ações também são informações. Tem-se ainda que devido os demais agentes também possuem racionalidade perfeita, que em situações análogas seus atos serão idênticos – isto sendo possível se além de todas as informações estarem acessíveis, também estiverem à disposição do conjunto dos agentes de maneira sincrônica.

É a posse de racionalidade perfeita que permite aos agentes possuírem conhecimento sobre o caráter decrescente da utilidade marginal. No consumo isto significa que eles conseguem perceber a diminuição da satisfação relativa quando do consumo de uma quantidade adicional de um bem, ou seja, tem ciência da natureza decrescente da utilidade marginal. Na produção implica na capacidade de avaliar a relação marginal existente entre trabalho e capital, bem como as condições do mercado, o que lhe indicará os preços e as quantidades que devem ser ofertadas.

1.1.3 O homem age de maneira maximizadora

A hipótese de racionalidade perfeita, por sua vez, sustenta outro postulado relativo à natureza do comportamento humano, qual seja o da maximização da função de utilidade pelo agente econômico, que significa dizer que as ações executadas por eles conseguem sempre alcançar os melhores resultados possíveis. É a capacidade de analisar as condições ao seu redor de forma perfeita, que permite ao agente maximizar sua utilidade, de outro modo, ele não conseguiria alcançar o intento de suas ações, nem sequer poderia avaliar suas ações em relação à dos demais integrantes do mercado no qual está inserido, o que lhe impediria de conceber o grau de sucesso de sua decisão.

É devido à relação entre racionalidade perfeita e maximização da função de utilidade, ambos fatores relativos a natureza humana, de acordo com o modelo tratado, que se pode falar na existência de uma racionalidade maximizadora por parte dos agentes neoclássicos. Onde se ressalta a essencialidade da racionalidade perfeita para a consecução desta relação, pois somente é possível a maximização da função de utilidade dos agentes, se eles forem capazes de assimilar e processar todas as informações existentes no mercado.

Assim, a maximização do consumo se dá através do uso eficiente dos recursos possuídos pelo agente com o objetivo de alcançar a maior satisfação possível. Isto é, dada a forma de

racionalidade dos indivíduos e a característica decrescente da utilidade marginal, tem-se que para maximizar seu consumo o agente deverá, tendo em consideração sua restrição orçamentária, escolher quais as quantidades e qualidades – esta última característica sendo definida de acordo com suas preferências – de bens que lhe proporcionam a maior satisfação possível.

E de acordo com a mesma lógica, a maximização da produção, por sua vez, é resultante da alocação eficiente dos insumos dentro do processo produtivo, ou seja, da efetivação material da abstração matemática da função ótima de produção de uma firma, com a finalidade de auferir o maior lucro possível – o que somente é factível devido à racionalidade perfeita dos agentes, que conseguem projetar e operacionalizar a razão marginal de substituição entre os elementos de produção.

Uma consequência da racionalidade maximizadora dos agentes para a economia é a existência de um mercado em concorrência perfeita, pois a forma de racionalizar dos agentes impedirá que uns cresçam mais que os outros nos negócios. Isto implica que em um mercado com um grande número de compradores e vendedores, ao ponto de nenhum deles, de maneira isolada, poder influenciar nos preços.

Destarte, as relações de troca no modelo neoclássico se dão em um sistema onde os preços são ajustados pela livre concorrência, de modo que o mecanismo da demanda e oferta definem as quantidades ajustadas a um preço que equilibra o mercado (JEVONS, 1996, pp. 97-98).

1.1.4 Funcionamento do modelo

A partir da explanação das hipóteses relativas ao comportamento humano, apresentadas anteriormente, pode-se partir para uma breve descrição sobre o modelo e seu funcionamento.

A escola neoclássica, como indica Bresser-Pereira (2009), utiliza-se do método hipotético-dedutivo, que foi inserido na economia por Stuart Mill em 1836. Este método foi introduzido na economia com a intenção de criar um modelo que tivesse poder de explicar universalmente seus fenômenos. Assim, ele encontra-se fundamentado em um mecanismo lógico de aplicação generalista, que é suportado por axiomas que tentam replicar a natureza do comportamento

humano, com a intenção de prever a partir de condições iniciais o resultado de acontecimentos futuros¹².

Outra característica do modelo neoclássico é a adoção em larga escala da matemática¹³ em sua forma de teorizar a economia, a partir de seus autores fundadores. A intenção apontada era a necessidade de se dar maior precisão a modelização e fazer com que a economia adquirisse desta forma o caráter científico que lhe era condizente (JEVONS, 1996, p. 133).

Soma-se a estas características ainda o atomismo, que permite descrever o sistema em sua totalidade pela agregação das partes. Isto é possível devido às ações dos agentes serem idênticas em situações semelhantes, por causa da hipótese de racionalidade maximizadora. É esta característica que permite a agregação das funções de demanda e oferta dos agentes, de maneira que o funcionamento do modelo pode ser descrito como uma reprodução macro do comportamento micro. Isto sendo feito de maneira precisa, devido o uso da matemática.

A maximização de uma função de um agente pode ser analisada como um exercício de alocação ótima de seus recursos, ou seja, se ele conseguiu através de sua ação o maior bem-estar possível. A característica atomística, em conjunto com as hipóteses comportamentais dos agentes – que faz seus comportamentos serem previsíveis –, permite a agregação das partes em um todo, sem perdas de coerência para a explicação global do modelo. Assim, tem-se que em nível macro há uma eficiência alocativa¹⁴ dos recursos do sistema, que implica que o mesmo conseguiu alcançar o máximo bem-estar possível para a coletividade, de forma que qualquer tentativa de modificação nesta alocação, visando aumentar o bem-estar de um indivíduo ou grupo, implicaria em uma perda de bem-estar de mesmo grau, para outro indivíduo ou grupo (BLAUG, 1985, p. 297).

¹² A argumentação de Jevons (1996, p. 56) sobre a necessidade de a economia fazer predições e como o método contribuiria para isso rumam no mesmo sentido que as indicações que seriam prescritas em momento futuro por Karl Popper - para uma discussão sobre a metodologia popperiana ver Fernandez e Bêni (2012).

¹³ Alguns autores defendem que a matematização do modelo neoclássico se deve ao tratamento dado ao conceito de marginalismo, que foi analisado de maneira infinitesimal – esta não é a única maneira de se observar a característica marginal –, por meio do ramo matemático do “cálculo”. Como pode-se observar nos trechos a seguir: “Blaug (1997) e Backhouse (1985) compartilham da mesma ideia de que foi a partir do marginalismo que a matemática assumiu um papel proeminente na Ciência Econômica.” (SOARES, 2009, p.157) e “De novo, não é a teoria da utilidade, mas o marginalismo como tal, que deu a matemática um papel proeminente na economia depois de 1870. (BLAUG, 1985, p. 296, tradução minha)

¹⁴ A eficiência alocativa indicada corresponde ao conceito de “Ótimo de Pareto”. Uma discussão introdutória sobre a temática, com o viés microeconômico encontra-se em Varian (2006).

Assim, o funcionamento do modelo nada mais é do que a agregação dos comportamentos individuais, que obedecem aos postulados construídos sobre sua conduta natural humana, baseado em uma metodologia instrumentalizada pela matemática, com o objetivo de precisar melhor as relações.

1.1.5 As expectativas econômicas no modelo homogeneizado

Intencionalmente, quando se tratou do comportamento maximizador dos agentes neoclássicos, não se referiu à questão da temporalidade inerente as ações humanas, pois ela envolve a problemática das expectativas, e assim optou-se por apresentá-las de forma conjunta nesta seção.

As ações humanas são sempre resultantes de uma prévia concepção mental, quer dizer, elas precisam ser pensadas antes de realizadas. É no momento desta mentalização que as expectativas estão presentes e é a partir dela que seu papel é executado, influenciando na definição do caminho a ser seguido pela ação. Há dois pontos onde se pode observar o tempo se manifestando na decisão do homem: o primeiro é observado entre o pensar e o agir, que sempre demandam certo prazo entre si, por menor que seja, é nele onde se apresentam as expectativas; o segundo é observado no momento da execução da ação, aqui as expectativas são afetadas pelo prazo necessário para o recolhimento de seus frutos, pois quanto maior este período, maior será a quantidade de informações necessárias para o indivíduo absorver. No mesmo sentido, serão maiores os esforços para criar expectativas sobre o que acontecerá em consequência do maior volume de dados a serem processados. O inverso é verdadeiro, ou seja, sendo menor o tempo necessário para a obtenção dos resultados de uma atividade, menores as quantidades de informações necessárias e menor o esforço para a formação das expectativas.

Assim, a formação das expectativas é condicionada pelo tempo que os resultados da ação levam para ser obtidos, devido à quantidade de informações que estão envolvidas na operação¹⁵. Mas a importância do entendimento sobre quais os fatores que influenciam na

¹⁵ Durante o tempo de execução da ação, tanto ela pode vir a ter novos determinantes, como o meio onde ela é realizada pode apresentar modificações possíveis de afetar seus resultados, quando se trata da análise marginalista, bem como da neoclássica, isto não se verifica, ou seja, estas possíveis modificações no tempo são excluídas do problema.

formação das expectativas está no papel que elas possuem na determinação das ações, pois elas são o elemento crucial para a tomada de decisão.

As ações econômicas não diferem do apresentado acima, do mesmo modo, elas serão afetadas pela mentalização prévia necessária a sua concepção e pelas expectativas sobre seus resultados, que por sua vez serão afetadas pelo prazo que a maturação da atividade necessita. O que há de particular na ação econômica, postulada pela escola neoclássica, é que ela é resultado do comportamento maximizador de um agente possuidor de racionalidade perfeita. As expectativas neste modelo são elaboradas por agentes que conseguem captar e processar todas as informações necessárias à obtenção do melhor resultado possível para uma ação, qualquer que seja a temporalidade envolvida. O que implica que as expectativas dos agentes possuidores de racionalidade maximizadora sempre estarão de acordo com o resultado da ação.

O que possibilitou a descrição do modelo neoclássico até aqui sem a necessidade de referir o papel das expectativas, não foi sua inexistência, mas apenas que o seu papel no modelo é implícito a hipótese de racionalidade maximizadora dos agentes. Ou seja, não é que as expectativas não existam, nem que seu papel não seja preponderante para a definição dos caminhos que a economia seguirá, mas que sua formação está definida pela possibilidade de processar e prever todos os dados existentes, de acordo com o tipo de racionalidade que os agentes possuem. Isto significa não apenas que se consegue perceber todo o ambiente onde se dará a ação, mas também que a configuração deste está dada de maneira ótima e assim permanecerá devido à capacidade de maximização dos agentes, o que implica na existência de certeza sobre a configuração alocativa que a economia continuará apresentando em momento futuro.

Não é possível que um homem execute uma ação sem idealizá-la previamente, neste processo as expectativas estão presentes e desempenham um papel fundamental na definição do conteúdo das ações. Deste modo, não conferir qualquer atribuição às expectativas seria um grande erro, pois excluiria do modelo a parte da racionalidade humana que contribui de forma decisiva para a ocorrência ou não de uma ação. Com isso, pode-se afirmar que as expectativas no modelo neoclássico possuem um papel determinante na definição das ações dos agentes, mas o caráter da racionalidade faz com que sua evidenciação não seja necessária, pois sua

influência, que é determinante para a tomada de decisão, que define as ações sobre o modelo, está predeterminada.

Para os neoclássicos os investimentos são sempre precedidos de poupança, e com isso é a disponibilidade desta que garante as condições materiais do futuro. A poupança, por sua vez, é o resultado de abstinência do consumo no presente, com o objetivo de garanti-lo no futuro, ou seja, uma ação previdente e essencial para o porvir da sociedade.

São a poupança e o investimento dois elementos de natureza temporal, que visam atender as condições materiais no futuro, sendo assim a decisão que leva as suas existências é definida pelo componente expectacional do agente. A poupança é um ato de abstinência do consumo presente expectando sobre o consumo futuro, seja com intenção de manter os recursos disponíveis ou de ampliá-los. O investimento é uma ação produtiva expectando sobre os seus resultados futuros, que garantirão ou expandirão as condições materiais de maneira direta ou indireta. Será o componente expectacional, em um caso ou em outro, que moverá a ação do agente.

Anteriormente se apresentou o funcionamento do modelo neoclássico sem se fazer referência a estes dois elementos de grande importância para seu fechamento. Para incluí-los na estrutura apresentada é necessário ter em mente que eles se igualam no modelo neoclássico. O fator que permite isto é a taxa de juros, que é tida por esta escola como a recompensa pela abstinência do consumo.

Desta maneira, o resultado agregado da economia que é resultante do montante de consumo e investimentos realizados, será definido pela preferência dos agentes pelo consumo intertemporal, que disponibilizará os recursos para a formação da poupança. Tanto a poupança disponível, como o total de investimentos, são resultados de decisões subjetivas dos agentes, onde as expectativas são elementos determinantes, mas condicionados pelo caráter da racionalidade dos agentes. O que faz com que sua não explicitação não seja um problema para o fechamento do modelo.

1.2 AS EXPECTATIVAS DE ACORDO COM JEVONS, MENGER E WALRAS

Os modelos de Jevons e Walras estão bem representados pela estrutura homogeneizada da escola neoclássica exposta anteriormente. Isto devido estes autores se utilizarem do método matemático com equilíbrio estático. Sendo assim, no que se segue apenas se apresentarão suas ideias sobre as expectativas e de um ou outro conceito que seja necessário para sua explicação. De maneira diversa, o modelo de Menger, por se utilizar de um método diferente, o causal-genético, onde o tempo não é estático e a matemática é dispensada, exige uma apresentação, mesmo que sintética, para que o entendimento das ideias do autor sobre as expectativas em seu interior possa ser alcançado.

Para a apresentação das expectativas no pensamento dos autores referidos se respeitará a ordem da publicação de suas obras, sendo assim, primeiro se tratará de Jevons, logo em seguida de Menger e, por fim, de Walras.

1.2.1 Stanley Jevons

O modelo de Jevons apresentado em sua principal obra “A Teoria da Economia Política”, é uma construção, de forma geral¹⁶, alinhada com o funcionamento do modelo homogeneizado. Com isso, como já se indicou, é dispensável fazer-se aqui a sua repetição para o entendimento do papel das expectativas em seu interior. Desta maneira, se partirá diretamente para a apresentação das expectativas no pensamento do autor, bem como das ideias acessórias à sua compreensão.

As expectativas cumprem dois papéis na obra de Jevons. O primeiro como um dos elementos que definem a “força” do prazer ou sentimento proporcionado pelo uso ou posse de algo por um indivíduo, o que é essencial para o seu conceito de utilidade de um bem. O segundo é condizente com o que foi apresentado no modelo homogeneizado. E é neste que se encontra a maior contribuição das expectativas para o entendimento geral do pensamento do autor, mesmo que sua forma e função não sejam explicitadas. Assim, para apresentar o primeiro se caracterizará o conceito de utilidade e para o segundo, devido seu alinhamento com o que já foi apresentado, apenas se fará sua indicação.

¹⁶ Há apontamentos dissonantes feitos pelo autor, que poderiam ser referidos como divergências com o modelo homogeneizado neoclássico e com seu próprio modelo, mas que por não terem sido levados as últimas consequências por ele, não devem ser vistos como incoerências. Devido à falta de espaço aqui apenas se indica o local preciso onde os citados apontamentos podem ser encontrados: sobre custos de produção, em Jevons (1996, p. 109 e 114); sobre liderança de preços, em Jevons (1996, p. 116); e, erros de previsão dos agentes, em Jevons (1996, pp. 165-166).

A utilidade em Jevons, devido à influência do pensamento benthaniano, possui característica marcadamente hedonista. Desta forma, as ações dos indivíduos são sempre realizadas visando alcançar a felicidade, o que implica que eles buscam em todas as situações obter prazer e evitar sofrimento. Assim, para o autor a busca constante por felicidade é uma peculiaridade da natureza humana. A regra é que prazer gera felicidade e sofrimento a reduz, como em uma operação matemática possuidora de grandezas opostas (JEVONS, 1996, p. 65-66).

É com a finalidade de alcançar a saciedade de prazer, ou seja, a felicidade, que o homem usará os meios a sua disposição. O processo que leva a referida saciedade pode ser descrito da seguinte maneira: um indivíduo utiliza seus meios para obter quantidades de um determinado prazer, mas a cada parcela adquirida adicionalmente por ele, será alcançada uma menor satisfação em comparação com as parcelas anteriores, ou seja, há um aumento decrescente da satisfação obtida a cada parcela adicional do determinado prazer¹⁷. Em algum momento o indivíduo não obterá mais satisfação por quantidade de prazer adicionada, chegando ao ponto em que o excesso pode gerar sofrimento. Daí que naturalmente, quando da obtenção de prazer, será recebido um menor nível de satisfação às quantidades subsequentes de prazer que venham a ser adquiridas, até que chegue o momento onde a última quantia de prazer usufruída não gere mais felicidade, ou se iguale a felicidade proporcionada pela simples manutenção dos meios possuídos.

Por ser parte do comportamento natural do homem o sentido ou finalidade de sua ação será sempre o de alcançar o máximo de prazer, que lhe possibilitará a felicidade esteja ele lidando com uma relação material ou imaterial, esteja ele localizado em qualquer parte do globo¹⁸ (JEVONS, 1996, p. 69).

O papel das expectativas na definição do conceito de utilidade se encontra na busca de Jevons por indicar como variam as grandezas do prazer e do sofrimento. Como estes são fatores subjetivos, fazem parte das relações que o autor não pôde mensurar de modo preciso, com isso apenas discutiu as bases lógicas que compõem seu sentido. Para isto, recorreu a Bentham para apontar que existem 7 fatores que influenciam no grau de prazer ou sofrimento de um indivíduo, sendo que apenas 4 deles possuem significação para a economia: 1) sua

¹⁷ Isto é o mesmo que a explicação da utilidade marginal decrescente feita na apresentação do modelo homogeneizado, com a diferença do caráter hedonista de Jevons.

¹⁸ Aqui pode-se perceber que a teoria do autor está assentada sobre pilares que lhe permitiram desenvolver um modelo com características gerais. O que possibilita explicar as situações mais diversas sobre a mesma base.

intensidade; 2) sua duração; 3) sua certeza ou incerteza; e, 4) sua proximidade ou “longinquidade” (JEVONS, 1996, p. 63).

Para relativizar as grandezas dos fatores 1 e 2, intensidade e duração, Jevons comparou o nível de prazer e sofrimento obtidos por um indivíduo, dada certa intensidade ou duração da posse de um objeto ou realização de uma ação de seu desejo, com o prazer ou sofrimento conseguidos por outra intensidade ou duração da posse do objeto ou da duração da ação de seu desejo. E daí observou qual das duas relações permitiu ao indivíduo em questão obter maior prazer e menor sofrimento, o que é o objetivo da maximização da função de utilidade. A ideia do autor é identificar, através deste processo comparativo, para o conjunto dos indivíduos, além do que lhes causa maior prazer e menor sofrimento, também qual a intensidade e duração ótima que promovem sua maior felicidade, ou a maximização de sua utilidade.

Os fatores 3 e 4 estão relacionados entre si, pois a temporalidade afeta no grau de certeza, de maneira que quanto maior a “longiquidade” de um evento, maior a incerteza sobre ele, sendo o inverso verdadeiro. É no tratamento desta relação que as expectativas se apresentam e para Jevons seu papel, no que tange ao conceito de utilidade, é o de gerar um “sentimento antecipado” para o agente, o que implica dizer que elas contribuem para a definição de seu nível de felicidade, ou seja, para a maximização de sua função de utilidade.

Mais de perto, o que se tem é que a partir do momento que o agente antecipa ou planeja seu futuro, começa a se beneficiar idealmente dos possíveis resultados de sua ação. Jevons indica que o ato de planejar o futuro é acompanhado de prazer para o agente no presente e que quando o momento vindouro se tornar atual, é possível que a intensidade ou duração do prazer expectados pelo agente difiram dos planejados, isto no plano subjetivo. Ou seja, mesmo que os resultados concretos de uma ação sejam idênticos aos esperados, é possível que o nível de prazer esperado pelo agente seja diferente do efetivo. Isto seria produto de superestimação do prazer futuro pelo agente (JEVONS, 1996, pp. 66-67).

A relação entre as expectativas e a temporalidade se apresenta, por ser esta última que determina, a depender da proximidade do acontecimento, o nível do sentimento antecipado que o agente possuirá. Assim, a intensidade de sentimento é função do que se espera sentir no futuro e da proximidade da realização do esperado. Quanto mais distante o acontecimento

menor será o sentimento esperado e quanto mais próximo, maior a antecipação (JEVONS, 1996, p. 67). Assim, na obra do autor, o primeiro papel das expectativas – mencionado anteriormente – se apresenta na sua contribuição para o nível de prazer ou sofrimento dos agentes, por meio do “sentimento antecipado”.

O segundo papel que as expectativas cumprem na obra de Jevons é o de influenciar na formação de poupança e na efetivação dos investimentos visando o futuro. Dada à correspondência das hipóteses comportamentais do modelo homogeneizado com as jevonianas, tem-se que caso aqui fosse feita uma análise pormenorizada do sistema do autor se obteriam os mesmos resultados observados na estrutura homogeneizada. Ou seja, se alcançaria um equilíbrio estático com eficiência alocativa, onde as expectativas seriam confirmadas. Assim, pode-se dizer que o papel das expectativas de maneira sistêmica em Jevons é condizente a anteriormente discutida estrutura homogeneizada neoclássica, quer dizer, elas possuem relevância na tomada de decisão dos agentes, que definirá os rumos da economia, mas sua evidenciação – ou sua natureza causal dentro do modelo – não é realizada, por não ser necessário, devido a sua forma de influenciar os agentes estar condicionada pela hipótese de racionalidade maximizadora.

1.2.2 Carl Menger

O pensamento de Menger é o que tem menos similaridades com o que se descreveu como modelo homogeneizado da escola neoclássica. A razão para isto não está na menor importância ou capacidade explicativa do modelo deste autor, mas na opção metodológica pelo método matemático com análise de equilíbrio estático, onde grande parte das análises feitas por Menger não se enquadram.

Além dos já citados elementos convergentes das obras de Jevons, Menger e Walras presentes no modelo homogeneizado não há nos escritos do Menger outras semelhanças com o apresentado como escola neoclássica. Destarte, como se referiu anteriormente, será necessário expor, mesmo que maneira sintética, o modelo do autor, para que assim possam-se compreender as expectativas em seu pensamento.

A análise de Menger repousa sobre os elementos que ele julga serem fenômenos naturais que independem da vontade do homem, ou seja, a essência de seu comportamento (MENGER,

1983, pp. 240-241). Ele indica que “Todas as coisas são regidas pela lei da causa e do efeito.” (1983, p. 243) Assim, sua pesquisa será norteadada pela busca e entendimento dos elementos que compõem a essência da natureza humana e das relações causais¹⁹ existentes entre estes elementos, que articulam os movimentos que compõem o que se chama de economia. Menger, segundo Alter (1990, p. 82, tradução minha), caracteriza “[...] a tarefa da teoria econômica como a explicação da natureza e origem dos fenômenos econômicos [...]”.

A relação causal básica identificada pelo autor, de onde derivam todas as relações que compõem a economia, é a existente entre a *necessidade* e a *satisfação*, sendo a existência do segundo fator possível por em algum momento antes ter havido a existência da primeira. A importância desta relação está na identificação da existência da *utilidade*, que é para o autor o *algo* que possibilita a consecução do *nexo causal* entre ambos os fatores.

Desta primeira relação causal, que é representada pela utilidade, tem-se que dada sua existência em algo, se um indivíduo possui conhecimento sobre ela, bem como tem capacidade e possibilidade de usá-la, configura-se este algo como um *bem* (MENGER, 1983, p. 243). De maneira sistemática seguem quais as características simultâneas que uma coisa (algo) deve possuir²⁰ para ser considerada um bem:

1º A existência de uma necessidade humana.

2º Que a coisa possua qualidades tais que a tornem apta a ser colocada em nexo causal com a satisfação da referida necessidade.

3º O reconhecimento, por parte do homem, desse nexo causal entre a referida coisa e a satisfação da respectiva necessidade.

4º O homem poder dispor dessa coisa, de modo a poder utilizá-la efetivamente para satisfazer à referida necessidade. (MENGER, 1983, p. 244)

Deste modo, a utilidade em Menger é um conceito que mantém o caráter subjetivo, mas diferente do que acontecia em Jevons, não é em busca de prazer que o indivíduo esforça-se para obtê-la, mas com a intenção de satisfazer uma necessidade. E ainda, na visão do autor, ela é uma característica útil existente em uma coisa, mas isto não basta para credenciá-la como bem, é preciso ainda que atenda uma necessidade de um indivíduo e, por fim, que ele tenha consciência disto e possua condições reais de fazer o uso dela.

¹⁹ É o que corresponde, de forma simplista, ao seu método de pesquisa, que busca identificar os nexos-causais naturais entre os homens e as coisas. Para o autor, a boa realização desta etapa permitiria identificar o funcionamento da economia como um todo após a inserção dos seus elementos mais complexos, que sendo pertencentes ao mesmo sistema, responderão de forma igual aos mais simples em uma situação similar.

²⁰ Se qualquer das condições apontadas não for correspondida não se poderá chama a *coisa* em questão de bem.

Para Menger os bens são divididos em bens econômicos e não-econômicos, o que os definirá de uma maneira ou de outra será a relação existente entre sua oferta e sua demanda. Assim, um bem que possua uma pequena oferta em relação à demanda, ou seja, um bem escasso, será considerado um bem econômico, enquanto que um bem que possua a relação inversa será considerado como não-econômico – esta relação sendo válida tanto da perspectiva micro, quanto da perspectiva macro (MENGER, 1983, p. 269).

Será essa a divisão que gerará os comportamentos dos indivíduos que o autor indica configurarem a economia, ou seja, é o bem econômico a forma que adequa os comportamentos dos indivíduos à maneira econômica. Daí a importância desta divisão, onde apenas estes bens são objeto da atenção dos estudos da economia (MENGER, 1983, pp. 269-271).

Outra característica que deriva dos bens econômicos é que *apenas* eles possuem valor, ou seja, apenas eles terão importância para os indivíduos (MENGER, 1983, p. 283). A grandeza desse valor será dada de acordo com a utilidade que os bens possuem para o atendimento das necessidades subjetivas de cada indivíduo. Sendo esta utilidade de caráter marginal decrescente, assim como se apresenta no modelo homogeneizado, com a diferença de em Menger o traço marginal ser tratado de forma ordinal²¹ e sem a utilização do instrumental matemático do cálculo para o tratamento da questão (1983, p. 290).

De acordo, com Menger um indivíduo possui diversas necessidades, que possuem entre si graus de importância diferentes. Será sua subjetividade que elencará a ordem de importância entre as necessidades e é de acordo com ela que serão distribuídos seus recursos.

Conjuntamente com a variação da utilidade do bem variará seu valor, pois como este é a importância que o indivíduo atribui ao bem, por conseguir atender as suas necessidades, tendo variado sua capacidade de fazer isto, tem-se que conseqüentemente sua dimensão variará. Dada à característica decrescente da utilidade esta variação do valor ocorrerá na mesma direção (MENGER, 1983, 294).

²¹ O autor constrói uma tabela onde escala ordinalmente as necessidades com as respectivas utilidades possuídas pelos bens para o atendimento das primeiras (MENGER, 1983, p. 291).

O valor na teoria de Menger condiciona a forma que se darão as trocas em uma economia²² e estas ocorrerão como resultado da tentativa dos homens de satisfazerem suas necessidades de modo mais completo. Para que as trocas se realizem é necessário que pelo menos dois indivíduos possuam bens que para eles, tem valor menor que os bens possuídos por outrem e que eles tenham consciência desta relação, bem como possam executá-la. Como se observou acima e como é facilmente visualizado na tabela presente em Menger (1983, p. 291), isto pode ser indicado como uma troca onde um indivíduo cederá um bem que para ele possui o valor de atender uma necessidade de menor importância, em sua escala valorativa, para receber em troca um bem que atenderá uma necessidade de maior importância. O mesmo acontecerá com o outro indivíduo envolvido na operação e assim ambos conseguirão obter um valor maior do que o que possuiriam caso a troca não fosse efetivada, isso quer dizer que houve ganhos para ambas as partes (1983, pp. 323-324).

A permuta entre os indivíduos se realizará até o momento onde não haja mais ganho econômico para uma ou ambas as partes, ou seja, seu limite ocorrerá quando o valor de um dos bens envolvidos na permuta deixar de ser maior que o do outro, para uma das partes envolvidas na operação²³.

A natureza dos preços na análise de Menger respeita os limites estabelecidos para que uma troca possa ser executada, ou seja, os preços possíveis envolvidos em uma permuta se localizarão entre o limite mínimo que o ofertante esperar receber por seu bem e o máximo que o demandante está disposto a pagar²⁴, sendo estes mínimos e máximos citados referentes ao valor que os bens possuem para o ofertante e para o demandante²⁵, respectivamente.

²² O autor faz a diferenciação entre os conceitos de utilidade, valor de uso e valor de troca. Utilidade é a característica útil de uma coisa que permite estabelecer o nexos causal entre necessidade e satisfação (MENGER, 1983, p. 243); valor de uso é a importância que um bem possui para a satisfação direta de uma necessidade; e, valor de troca é a importância que um bem possui para satisfação indireta de uma necessidade, através de sua venda, que possibilitará a compra de outro bem que permitirá de maneira direta atender a necessidade (1983, pp. 354-355).

²³ Este exemplo, onde há apenas dois indivíduos envolvidos na operação de troca, é o mais simples possível, mas através dele é possível captar o essencial que envolve esta relação.

²⁴ Esta relação, assim como a desenvolvida acima para tratar das relações de troca, é a mais simples possível. O autor desenvolverá sua análise para operações em situações de monopólio e concorrência, mas para os objetivos do trabalho não será necessário avançar nesta direção, tendo em conta que os princípios estabelecidos em uma troca ou no estabelecimento de preços em uma relação com apenas dois indivíduos permanece válida nas construções mais complexas empreendidas pelo autor.

²⁵ O autor indica que o valor exato, entre os limites apontados, será alcançado pela negociação entre as partes envolvidas na relação.

O bem que possui apenas valor de troca para a pessoa que o possui, independente de suas características materiais, é para Menger uma mercadoria (MENGER, 1983, p. 362). Existem mercadorias que possuem um maior grau de “vendabilidade” que outras e que são aceitas quase que em todas as situações, são estas que ele aponta que por costume historicamente se tornaram em dinheiro²⁶. Ou seja, devido ao seu alto grau de “vendabilidade” e pelo costume, se tornou uma mercadoria que é utilizada quase que exclusivamente para realizar e facilitar as trocas via preços – sendo necessário indicar que para o autor a existência de valor de uso na mercadoria é uma condição para que ela possa executar sua função (1983, p. 374).

O exposto acima é uma síntese do raciocínio derivado do nexos causal entre necessidade e satisfação, representado pela utilidade. Pode-se observar que a partir dele foi possível conceitualizar, de maneira concatenada, os elementos que formam uma estrutura econômica, que tem sua representação nas relações de trocas de mercadorias, que se realizam tendo como mediador o dinheiro.

Dito isto, retorna-se agora para tratar da natureza do referido nexos causal, pois será a partir dele que se poderá entender as expectativas para Menger e, dado que o funcionamento da economia para ele já foi apresentado, pode-se indicar qual sua influência nesta estrutura. É neste ponto onde fica evidente o encadeamento existente no processo produtivo que origina os bens econômicos, o que não significa que seja este processo que dá esta característica a uma coisa, como se discutiu anteriormente, esta é proveniente da subjetividade dos indivíduos e da escassez do bem, sendo assim o processo produtivo, apenas reproduz uma coisa que possui as características que lhe permitem lhe enquadrar como um bem econômico.

Assim, a utilidade, que representa o nexos causal, está contida em um bem econômico²⁷, que é resultado de um processo produtivo que envolve uma gama de bens de ordens diferentes, que pode ter seu grau de complexidade maior ou menor, a depender do bem a ser produzido. A complexidade do processo produtivo de um bem pode ser observada através da quantidade de encadeamentos causais existentes, entre os bens das diversas ordens, em sua produção. Desta

²⁶ O autor discorda das teorias que creditam à autoridade do estado a criação do dinheiro, para ele o estado contribuiu para a consolidação do dinheiro, por criar regras que facilitaram seu manuseio, mas sua origem está no costume e não em uma lei (MENGER, 1983, pp. 377-378).

²⁷ Para que um uma coisa tenha sua utilidade como bem é necessário que o indivíduo tenha a possibilidade de utilizá-la efetivamente, para isso é necessário que ele possua todos os bens complementares de mesma ordem e de ordens diferentes que permitem isto, ou de outra forma o bem volta a ser uma coisa, pois perde sua utilidade (MENGER, 1983, p. 238).

maneira, os bens mais complexos terão um maior número de encadeamentos causais produtivos, sendo o inverso verdadeiro.

Os bens são divididos em diversas ordens por Menger, o que permite observar como se dá o encadeamento causal da produção. Assim, existem os bens de primeira ordem, que são aqueles que servem ao atendimento das necessidades, através de um nexos direto, e os bens das demais ordens (2ª, 3ª, 4ª...) que também atendem as necessidades, mas através de um nexos indireto (MENGER, 1983, p. 247). Em outros termos, os bens de primeira ordem são os de consumo final, as demais ordens de bens são representadas pelos que são necessários para a consecução do processo produtivo, sendo os de ordem superior ou de última ordem os bens de capital²⁸.

Os processos produtivos visam atender de maneira mais completa as necessidades dos homens, sendo assim quando se inicia um processo como este, que só terá resultado em momento futuro, se dá por entendido que o objetivo é o atendimento de necessidades vindouras. Ou seja, o elemento tempo está presente e é um fator que influencia no resultado da produção e da decisão de produzir.

Deste modo, tem-se que quanto maior a cadeia causal entre bens de diferentes ordens necessários para a execução da produção de um bem de primeira ordem, maior será a tendência de tempo a ser demandado no processo. Com isso pode-se observar que o elemento tempo é importante na análise de Menger, diferentemente do que se observou em Jevons e do que se observará quando do exame de Walras.

O que autor indica a partir disto é que o indivíduo se verá a frente de uma escolha entre possuir um bem de ordem inferior, que pode ser utilizado imediatamente para atender uma necessidade, e um de ordem superior, que não pode ser consumido automaticamente e que necessita de um período de tempo, maior ou menor a depender do caso, para produzir os bens de ordem inferior desejados. Há ainda outro fator a ser considerado, quando da escolha, que é quanto às qualidades dos bens inferiores, pois se optando por tê-los no presente se poderá

²⁸ Cabe ainda indicar que os bens de ordem superior tem sua utilidade dependente da utilidade dos bens de ordem inferior, bem como da necessidade que cria utilidade do bem de primeira ordem (MENGER, 1983, p. 253).

conhecê-las, se escolhendo ter a posse dos bens superiores não se poderá ter certeza quanto à qualidade daqueles bens no futuro (MENGER, 1983, p. 254).

Com isto fica evidente a existência do componente *incerteza* nas análises do autor, o que terá desdobramentos sobre o processo produtivo, que visa atender as necessidades futuras. Para Menger há diferentes graus de incerteza distribuídos pelos diversos setores produtivos da economia – estes podem ser reduzidos pelo avanço tecnológico – e suas diferenças são resultantes, entre outros fatores, de seus diferentes níveis tecnológicos.

Assim, para Menger o grau de incerteza está em ordem direta com o grau de controle do processo produtivo pelo homem, que é influenciado em grande escala pelo progresso científico. Quanto maior seu domínio sobre a produção via progresso científico, menor seu grau de incerteza quanto aos resultados, no que diz respeito à qualidade e quantidade (MENGER, 1983, p. 256).

Indica-se isto, pois é aqui que os elementos apontados ganham maior relevo, pois é o processo produtivo, utilizando bens de ordem superior, o responsável pela garantia da satisfação das necessidades futuras. Assim, é a escolha entre os bens de primeira ordem e os bens superiores, crucial para a previdência do futuro.

Para Menger é necessário aos homens com a intenção de realizar previsões corretas, sobre como agir em relação à escolha apontado acima, e assim garantir a satisfação plena de suas necessidades: a) a capacidade de conhecer sua demanda completa, ou seja, qual é ela no presente e qual será ela futuro, isto significa conhecer as necessidades presentes e futuras, de modo quantitativo e qualitativo; e, b) ter ciência dos recursos possuídos no presente que possibilitarão cumprir o primeiro propósito (MENGER, 1983, pp. 260-261).

Os apontamentos acima permitem concluir a forma que as expectativas se apresentam na obra de Menger. A existência de incerteza no modelo – relativa às quantidades e qualidades futuras que a produção de bens resultará –, a incompletude das informações e a racionalidade limitada dos homens fazem com que as expectativas em Menger não sejam necessariamente condizentes com os resultados que serão observados no futuro, seja no processo produtivo, seja na previsão feita sobre quais serão as necessidades do amanhã.

Desta forma, no pensamento de Menger, o papel das expectativas é de grande relevância para a determinação dos desdobramentos econômicos, pois serão elas que conduzirão as ações dos homens com o objetivo de garantir a satisfação das necessidades em momento futuro. De outra maneira, serão elas que definirão a direção da escolha dos homens entre bens de primeira ordem, para satisfazer necessidades presentes, e bens de ordem superior, para satisfazer as necessidades futuras. Tendo em consideração que deve haver uma distribuição entre estas duas opções, ou em momento vindouro não existirão bens para satisfazer as necessidades humanas.

A diferença crucial da forma que as expectativas se apresentam no modelo de Menger e no homogeneizado é observada pela possibilidade de não realização das expectativas que se encontra presente no primeiro. Isto é suficiente para modificar toda a estrutura da economia, pois caso as expectativas sejam negativas podem não ocorrer investimentos, o que paralisaria a atividade econômica, dada a impossibilidade de atendimento da demanda.

1.2.3 Léon Walras

O modelo walrasiano, presente na *Magnum opus* do autor, assim como ocorre com o jevoniano, segue de perto, em suas linhas gerais, a estrutura do modelo homogeneizado apresentada anteriormente. De maneira mais precisa, o sistema do autor francês está alinhado com o citado modelo homogeneizado em sua forma de análise estática²⁹, que corresponde em sua obra a maior parte do esforço teórico empreendido.

De maneira ampla, pode-se dizer que o modelo de Walras descreve o funcionamento das relações econômicas entre os homens, tendo como pressuposto a inexistência de qualquer tipo de intervenção externa e dada uma distribuição inicial dos fatores materiais que permita a

²⁹ Walras tinha compreensão dos limites da análise estática, mas considerava que era esta a forma de se teorizar a economia de maneira mais precisa, por ela permitir analisar os fenômenos desejados, resultantes das interações entre as diversas variáveis fundamentais do problema, sob hipóteses estabelecidas anteriormente pelo estudioso, em um ponto específico do tempo (WALRAS, 1996). Ou seja, a estática como ferramenta do método hipotético-dedutivo para a análise da economia.

A demonstração da compreensão por Walras sobre os limites da estática pode ser observada quando o autor, sem aprofundar muito esta análise, por não precisa-la matematicamente, indica que para conseguir visualizar os desdobramentos de seus apontamentos de maneira “mais próxima da realidade” seria necessário incluir a análise dinâmica na questão. O que se verifica é que o equilíbrio, possível sob o exame estático, é “desestabelecido” ante a observação dinâmica. Nesta maneira de estudar a economia, o equilíbrio passa a estar sendo sempre perseguido, porém nunca é alcançado. Cabe notar que isto não se dá pela violação das hipóteses que sustentam a livre-concorrência, mas pela simultânea e ininterrupta modificação nas disposições e necessidades de capital circulante, que afetarão todas as demais variáveis do problema (WALRAS, 1996, pp. 272-273).

existência de um mercado em livre-concorrência – aqui estando implícito um comportamento humano idealizado³⁰. Seu objetivo é, a partir de uma exposição modelizada, demonstrar que os resultados obtidos pela livre-concorrência são os que fornecem o maior grau de satisfação para seus participantes³¹.

Para alcançar o objetivo desta seção, qual seja o de entender como as expectativas se enquadram e qual influência exercem sobre o modelo walrasiano, será preciso explicitar, mesmo que de maneira sucinta, como se alcança o equilíbrio geral alicerçado por Walras. Para isso se descreverão as três leis elementares construídas pelo autor, pois será através dos mecanismos de cada uma delas que se observará o papel das expectativas na determinação dos equilíbrios simultâneos do modelo walrasiano.

Mas antes disso é necessário indicar o encadeamento existente entre utilidade, raridade e quantidade de uma coisa. Dado que é a relação existente entre estes três elementos que indicará aos agentes econômicos, a partir de suas análises subjetivas, como agir com o intuito de obter a máxima satisfação possível de suas necessidades.

Utilidade para Walras é a característica de atender uma necessidade que uma coisa deve possuir para ser demandada, sendo aqui a subjetividade um fator determinante, dado que para o autor algo pode ser ou não útil a depender das inclinações individuais. “Digo que as coisas são úteis desde que possam servir a um uso qualquer, desde que atendam a uma necessidade qualquer e permitam sua satisfação.” (WALRAS, 1996, p.45) A raridade, por sua vez, é a característica de finitude que algo possui, em uma dimensão que impeça que sua demanda possa ser completamente atendida. “Digo que as coisas existem à nossa disposição apenas em quantidade limitada desde que elas não existam em quantidade tal que cada um de nós possa encontrá-las ao alcance e à vontade para satisfazer inteiramente a necessidade que tem delas.” (1996, p. 46)

Dado que uma coisa só pode ser rara se possuidora de utilidade e que a quantidade é um elemento determinante na existência ou não de raridade, Walras (1996, p. 46) estabelece o conceito de raridade como a relação existente entre a utilidade e a quantidade. Pode-se dizer, a

³⁰ Aqui se referem às hipóteses sobre o comportamento humano discutidas no modelo homogeneizado.

³¹ Cabe indicar que Walras, devido sua visão sobre o que é ciência e qual sua forma, não fará prescrições sobre como a economia deve ser ou juízos de valor acerca de seus resultados (WALRAS, 1996). A máxima satisfação sinalizada refere-se puramente a realização, por parte dos agentes econômicos, de suas funções-objetivo.

partir dos apontamentos do autor, de maneira lógica, que quanto maior a utilidade, *ceteris paribus*, maior a raridade e quanto maior a quantidade, *ceteris paribus*, menor a raridade. Ou seja, há uma relação direta entre raridade e utilidade e inversa entre a raridade e a quantidade. Sempre tendo em consideração a subjetividade da utilidade, o que implica ser a própria raridade subjetiva, dadas suas conexões indicadas.

A raridade, indicada acima, gera três desdobramentos principais, no que diz respeito à riqueza social: a existência da propriedade; o valor de troca; e, a indústria. São estes que se relacionam, por meio das ações dos agentes compondo o *mercado*, que se encontra no centro das atenções da construção teórica walrasiana, devido ser em seu seio que se efetuam os mecanismos que proporcionam a satisfação máxima das necessidades dos participantes da economia (WALRAS, 1996, Lição III).

Sabendo que os agentes walrasianos, devido à existência da raridade das coisas úteis, se organizam em mercados com a finalidade de maximizar a satisfação de suas necessidades, pode-se indicar as três leis fundamentais do modelo do autor, que identificam os resultados globais alcançados por suas ações racionais sob livre-concorrência.

1.2.3.1 A 1ª lei ou “A Lei da Oferta e da Procura”

A primeira lei walrasiana é a responsável pela existência dos preços de equilíbrio nos mercados, como o título acima deixa claro, é ela que permite que exista igualdade entre a demanda e a oferta. A composição desta lei é dada pela junção de outras duas construídas pelo autor, quais sejam: a) “a lei do estabelecimento dos preços de equilíbrio” que indica como os preços de equilíbrio se estabelecerão, através de variações para cima ou para baixo no preço das mercadorias, onde o primeiro movimento é uma reação ao excesso de demanda efetiva em relação a oferta efetiva e no segundo à falta de demanda efetiva em relação a oferta efetiva (WALRAS, 1996, p. 132) e; b) “a lei de variação dos preços de equilíbrio” que fornece a compreensão sobre as relações existentes entre utilidade e quantidade que fazem os preços de equilíbrio variar (1996, p. 142), isso é o mesmo que dizer que as variações ocorrem como resultado de mudanças nas raridades das mercadorias.

Estas duas leis condicionam “a lei da oferta e da procura” de maneira a tornar possível a compreensão sobre o estabelecimento dos preços de equilíbrio, bem como sobre quais fatores

geram variações em sua estabilidade. Tendo isto em consideração, pode-se enunciar que o preço de equilíbrio se verifica quando: “Sendo dadas duas mercadorias, para que haja equilíbrio do mercado em relação a elas, ou preço estacionário de uma na outra, é necessário e suficiente que a demanda efetiva de cada uma dessas mercadorias seja igual à sua oferta efetiva.” (WALRAS, 1996, p. 81)

Na análise estática walrasina o equilíbrio é sempre uma constante e qualquer alteração em sua estabilidade, de acordo com “a lei de variação dos preços de equilíbrio”, será automaticamente corrigida pelo mecanismo de ajuste do modelo, que corresponde “a lei de estabelecimento dos preços de equilíbrio”. Ou seja, por exemplo, se há um aumento na utilidade de uma mercadoria qualquer, que leve a alteração relativa de sua raridade, esta de forma direta também será aumentada, mantendo-se as raridades das demais mercadorias constantes e, excetuando-se casos esdrúxulos, se terá um aumento da demanda efetiva da mercadoria em questão em relação a sua oferta efetiva. Este aumento da demanda efetiva será corrigido por um aumento dos preços, de modo que a demanda efetiva se reduzirá, levando o preço a também diminuir, mas ambos não retornarão ao ponto inicial, mas a um novo patamar que garantirá um novo preço de equilíbrio ajustado as novas relações de raridade.

As expectativas dos agentes walrasianos são iguais aos resultados de suas ações nesta 1ª lei devido ao papel exercido por um agente singular presente na estrutura de mercado de Walras, o “leiloeiro”, que permite à função alocativa *ex-ante* dos indivíduos se realizar de maneira a maximizar sua utilidade (WALRAS, 1996, p. 64).

O “leiloeiro walrasiano” é capaz de assegurar que todas as operações de mercado sejam efetivadas no ponto de equilíbrio que maximiza a satisfação das necessidades de todos os seus participantes, garantindo a realização das expectativas (WALRAS, 1996, p. 136), por ser possuidor de racionalidade perfeita, mas também pelas informações estarem disponíveis de maneira completa e pelos demais agentes agirem de forma maximizadora. Outra condição que se faz necessária, para que isto aconteça, é que todas as transações devem ser realizadas simultaneamente, dado que de outra maneira as raridades se modificariam, mas esta condição

fica plenamente atendida pela manutenção da estática do modelo, que é anunciada pelo autor repetidas vezes³².

1.2.3.2 A 2ª lei ou “A lei dos custos de produção ou do preço de custo”

Esta lei indica que o preço de equilíbrio na produção é dado pela igualdade entre o preço de venda e o preço de custo de uma mercadoria qualquer. Será esta igualdade que definirá as quantidades a serem produzidas.

O agente walrasiano fundamental na organização do processo produtivo é o empresário, dada sua forma de racionalidade, perfeita e maximizadora, ele é capaz de processar todas as informações necessárias para alcançar o maior lucro possível. Isto acontecendo em todo o sistema, de modo que em todos os setores se verifiquem lucros econômicos iguais a zero. Em caso extraordinário, ou seja, na eventualidade de um setor da economia estar gerando lucro extraordinário, acontecerá que todos os empresários para ele migrarão, aumentando sua oferta, até o ponto onde o lucro se normalize³³ (WALRAS, 1996, pp. 169-170). Desta maneira, no tocante a produção, diferente da organização do mercado, onde se fazia presente o “leiloeiro”, é o empresário o agente que capacita o sistema a alcançar seu preço de equilíbrio em uma economia em livre-concorrência.

Quando da organização da produção o empresário terá função dupla nos mercados: será ele comprador no mercado de serviços, demandando rendas da terra, trabalho e lucros, e; será ele vendedor no mercado de produtos (WALRAS, 1996, pp. 170-171). A atuação dos empresários nos dois mercados citados é responsável pelo estabelecimento e manutenção de seus preços de equilíbrio, demonstrando como a racionalidade deste agente é marcante e definidora, chegando mesmo a substituir a função do “leiloeiro”. Sua atuação serve como ponte entre os dois mercados citados, garantindo sempre a estabilidade do preço de equilíbrio via suas operações baixistas ou altistas, mas isto não significa que sua ação possua o poder de individualmente modificar os preços de equilíbrio, mas que pelo fato de os demais empresários agirem da mesma maneira simultaneamente, devido o caráter de sua racionalidade, tem-se um conjunto de ações espontâneas e não combinadas, que seguem no

³² O mecanismo walrasiano de equilíbrio estático simultâneo em diversos mercados é conhecido na literatura como *Tatonnement* (JAFFÉ, 1981). Para uma discussão detalhada sobre o tema e sua controvérsia ver Walker (1987).

³³ Isto ser possível indica a inexistência de custos de alocação de capitais no modelo de Walras.

mesmo sentido, garantindo a igualdade entre demanda e oferta efetivas, promotor da satisfação máxima para todos os participantes dos mercados (1996, p. 171).

O mecanismo de ajuste da produção ocorre como se segue, por exemplo, se a demanda efetiva de uma mercadoria qualquer for maior que sua oferta efetiva, se terá um aumento de seu preço de venda, como antes se anunciou, o que não se referiu é que essa modificação no preço de venda gera uma desigualdade entre este e seu preço de custo, levando a um conseqüente incremento produtivo da mercadoria em questão, isto ocasionará um crescimento da oferta efetiva, que levará a uma redução do preço de venda, até o ponto onde ele se iguale novamente ao seu preço de custo.

O que se observa como resultado da 2ª lei de Walras é a confirmação das expectativas dos agentes, neste caso específico as dos empresários que maximizam seus lucros, produzindo de maneira ótima, de acordo com o esperado, através da igualação entre preço de venda e preço de custo. Isto se efetua, como nos outros casos, devido a racionalidade maximizadora dos agentes.

É a partir do descrito acima que os mecanismos de mercado em conjunto com os de produção levam o sistema a se manter em constante equilíbrio. O primeiro o faz pelo ajuste do preço que pode estimular ou desestimular a demanda e o segundo que pela modificação da quantidade produzida ajusta a oferta. O que se tem é que ambos os movimentos contribuem para a manutenção do preço de equilíbrio (WALRAS, 1996, pp. 171-172).

1.2.3.3 A 3ª lei ou “A lei da determinação dos preços do capital”

Esta lei indica que *o preço de equilíbrio no mercado de capitais é dado pela igualdade entre o excedente sobre o consumo e o os preços dos capitais novos da economia*³⁴. As quantidades destes novos capitais, por sua vez, serão determinadas de acordo com sua 2ª lei de Walras, ou seja, de acordo com a igualação entre seus preços de vendas e preços de custos (WALRAS, 1996, pp. 203-204). Se colocadas estas duas leis em conjunto com as hipóteses de lucro zero e

³⁴ Até aqui não se inseriu a moeda na problemática walrasiana tratada, isto não se deu devido o autor não desenvolver a questão, mas apenas para facilitar a exposição e não a estender para questões além das necessárias para o entendimento das expectativas.

inexistência de custos para realocação de capitais tem-se a existência de uma taxa de rendimento líquido dos capitais novos uniforme em toda a economia.

As relações no mercado de capitais³⁵ se darão entre os agentes poupadores e os investidores, onde a oferta de recursos, por parte dos primeiros, se igualará em nível de equilíbrio com a demanda, por parte dos últimos.

A razão que leva os agentes a demandar capitais mobiliários é a mesma que move os demais agentes walrasianos, qual seja a de satisfazer suas necessidades da melhor maneira possível. Destarte, quando se adquire capitais mobiliários tem-se a intenção de receber o máximo de rendimentos. O preço dos capitais mobiliários é dado por sua capacidade de fornecer rendimentos, pelo grau de risco de sua destruição e pela velocidade e intensidade de seu desgaste (WALRAS, 1996, p. 203).

Para que ocorra a compra e recompra de capitais novos é necessário que existam recursos disponíveis a nível global. Desta forma, Walras indica que apenas em uma economia onde o rendimento exceda o consumo, ou seja, que possua poupança, é que se verificará a existência de investimentos. Este tipo de economia é caracterizada pelo autor como em estado progressivo³⁶.

O que faz os agentes poupadores e investidores, possuidores de um mesmo tipo de racionalidade, a tomar decisões diferentes é sua subjetividade que implica que eles possuam necessidades diferentes a serem satisfeitas. Assim, os agentes poupadores tendem a adquirir os capitais existentes, devido seu retorno ser mais facilmente previsível, enquanto que os proprietários destes capitais existentes – se refere aos empresários – tendem a adquirir capitais novos, que possuem uma maior dificuldade para a previsão de seu retorno, mas que por isso possuem um componente especulativo, que pode lhes auferir um lucro extraordinário (WALRAS, 1996, p. 231).

³⁵ Na discussão deste ponto Walras se preocupa diretamente apenas com os capitais propriamente ditos, ou os capitais mobiliários, que são artificiais e destrutíveis, tendo, por isso, suas quantidades manipuláveis pela vontade humana.

³⁶ Outras condições para que a economia encontre-se neste estado é que sejam produzidos capitais novos e que exista uma constante demanda por eles.

É neste ponto que as expectativas afetam o comportamento dos agentes econômicos walrasianos no mercado de capitais, quando de suas decisões de investimento, separando-os em investidores e poupadores. Tem-se que serão as expectativas subjetivas dos agentes que definirão qual a forma alocativa que eles escolherão para seus recursos. Inexistindo o componente subjetivo todos os agentes escolheriam uma única alternativa para investir, o que inviabilizaria o funcionamento do sistema econômico, devido a não existência de razões lógicas para a efetuação de trocas comerciais.

No mercado de capitais, os agentes poupadores terão suas expectativas realizadas pelo retorno seguro que os capitais existentes adquiridos lhes fornecem. E os agentes especuladores confirmarão suas expectativas pelo retorno mais aleatório de seus investimentos – que ainda assim serão condizentes com o esperado –, seja com ganho, perda ou igualdade do investimento.

O que se tem, por fim, é que através das três leis walrasianas apresentadas, que sinalizam como o sistema econômico funciona e alcança seu preço de equilíbrio, pôde-se observar as expectativas de seus agentes, em diferentes situações, condizendo com os resultados esperados das ações, bem como se encontra no modelo homogeneizado. De maneira mais específica, verifica-se que as expectativas dos consumidores, presentes em suas funções alocativas, se confirmaram nas operações no mercado que se encontra em equilíbrio com a intervenção do “leiloeiro”; o mesmo se deu com as expectativas dos empresários que se confirmaram quando ele maximizou seus lucros, produzindo de maneira ótima, através da igualação entre preço de venda e preço de custo; e, por fim, as expectativas dos poupadores e investidores se confirmaram, com o retorno esperado de seus capitais, permitindo, com isso, a capitalização necessária à progressividade econômica.

1.3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da discussão feita neste capítulo pode-se indicar que as expectativas cumprem um papel definidor nos modelos econômicos dos autores marginalistas, mas que este não é explicitado na opção homogeneizada, nem nos desenvolvimentos encontrados em Jevons e Walras.

Na opção homogeneizada a função das expectativas se encontra implícita à hipótese de racionalidade maximizadora do agente econômico. O que permite ao modelo discutir o comportamento do agente sem a necessidade de explicitar o papel das expectativas, que é determinante, na sua tomada de decisão. E, ainda, é devido ao caráter da racionalidade, que sempre se observará a igualdade entre o que se expectou e o resultado das ações, o que implica em estas serem passíveis de previsões, o que globalmente significa que o resultado alocativo do sistema econômico pode ser expectado.

O mesmo é verificado nos modelos encontrados nas obras de Jevons e Walras. No desenvolvimento do primeiro destes autores as expectativas aparecem de maneira explícita apenas quando da determinação da utilidade, por meio do “sentimento antecipado” que goza o agente ao vislumbrar o consumo de algo, mas isto apenas tem consequências indiretas sobre a determinação do resultado do sistema. O segundo autor em nenhum momento chega a discutir explicitamente as expectativas, nem mesmo para a elucidação de algum conceito, como o fez Jevons.

Diferentemente do encontrado no modelo homogeneizado e nas construções isoladas de Jevons e Walras, quando se observa o pensamento de Menger se visualizam apontamentos explícitos e de significação global para o sistema no que se refere às expectativas. Assim como para o modelo homogeneizado, para Jevons e Walras as expectativas têm em Menger função crucial no fechamento do sistema, a diferença essencial encontrada é que para este último autor, devido a sua forma de encarar a racionalidade dos agentes, não há necessariamente a igualdade entre o expectado e o resultado da ação, o que implica também que não há um determinismo na previsibilidade do resultado do sistema econômico. Isto é devido em parte a opção metodológica deste último autor, que observa o tempo como uma variável crucial para o estudo da economia, bem como sua forma de enxergar a racionalidade dos agentes.

Com isto dito, é possível responder parcialmente as questões levantadas na introdução desta dissertação, dado que apenas será em referência ao pensamento dos autores marginalistas:

- 1) as expectativas foram abordadas de maneira explícita apenas por Jevons e Menger, mas apenas o último dos autores discute suas consequências para o sistema econômico. Entretanto, mesmo não tendo sido evidenciadas em nível sistêmico por

Jevons e Walras, bem como pelo modelo homogeneizado, as expectativas possuem papel definidor em caráter sistêmico tanto nas estruturas construídas pelos autores, como na homogeneizada, mas de maneira implícita, condicionadas pela racionalidade maximizadora dos agentes econômicos;

- 2) a resposta aqui apontada para a segunda questão não pretende ser absoluta, dado que para isto seria necessário fazer um estudo bibliográfico e histórico sobre os fatores que levaram os autores do grande número de manuais de HPE a não incluir neles a discussão sobre as expectativas nos autores marginalistas, bem como sobre o porquê dos autores da HPE não terem publicado artigos e outras produções sobre a questão. Assim, esta resposta é dada como um apontamento lógico derivado das observações feitas no decorrer deste capítulo. Deste modo, a indicação que este trabalho faz é que o provável motivo para os estudos sobre as expectativas nos autores marginalistas não terem sido empreendidos está na opção metodológica pela homogeneização, que não explicita a função das expectativas. De outro modo os apontamentos de Menger sobre as expectativas poderiam ter sido apreciados ou confrontados a seu tempo e a problemática poderia ter composto de modo explícito os modelos econômicos do *mainstream* antes do advento da TG.
- 3) e, por fim, cabe assinalar que a não explicitação das expectativas pela opção homogeneizada não ocasionou um déficit explicativo por parte da teoria marginalista, dado que a função que elas cumprem implicitamente no modelo é a mesma que cumpririam no caso de sua explicitação, devido sua condicionalidade ao caráter da racionalidade dos agentes. O mesmo pode ser dito sobre os modelos de Jevons e Walras, se observados de maneira isolada. Dado que Menger trata da questão não há necessidade de uma resposta para a questão em relação a ele.

2 AS EXPECTATIVAS NO PENSAMENTO DA “ESCOLA DE CAMBRIDGE”: MARSHALL E PIGOU

Este capítulo é o segundo da dissertação e o primeiro de dois que tratarão das expectativas na Escola de Cambridge. Como se apontou na introdução deste trabalho foi feita uma divisão entre os autores desta escola que aqui serão abordados, com a intenção de melhor sistematizar suas ideias e com isso possibilitar a discussão de certas conexões existentes entre eles.

A Escola de Cambridge está fundamentada nos escritos de Alfred Marshall e sua proeminência, enquanto corrente do pensamento, nas ciências econômicas deveu-se ao frutífero trabalho de seus teóricos. Pode-se citar entre seus principais nomes, além do próprio Marshall, Arthur Cecil Pigou, Dennis Holme Robertson e John Maynard Keynes, autores que serão discutidos na dissertação, sendo os dois primeiros neste capítulo e os outros dois no próximo.

A obra Marshall, de maneira direta, através de seus escritos, e indireta, por meio das construções contributivas ou críticas de seus seguidores influenciou as ciências econômicas de forma à Escola de Cambridge ter se tornado o cerne de seu pensamento, em sua versão neoclássica, até meados da década de 1930. Como sugere Schumpeter (2006, p. 1049, tradução minha): “Por uma questão de justiça histórica, deve-se ressaltar que, no desenvolvimento das teorias monetárias inglesas de nosso tempo, Hawtrey, Lavington, Keynes, Pigou e Robertson desenvolveram ensinamentos marshallianos – embora em linhas próprias”.

Em sua análise Marshall, como se observará na seção seguinte, diferencia as causas, desdobramentos e resultados dos fatos econômicos entre o Curto Prazo (CP) e o Longo Prazo (LP), sendo esta separação temporal meramente metodológica, pois “não há linha de separação rígida e nítida entre ‘longos’ e ‘curtos’ [períodos]” (MARSHALL, 1996, v. 2, p. 55). Em LP, de acordo com o modelo do autor, se verifica um equilíbrio estável entre oferta e procura (demanda)³⁷ normais (1996, v. 2, pp. 27-28); e, em CP, o equilíbrio pode temporariamente ser desestabilizado, gerando os ciclos econômicos.

³⁷ Marshall usa o termo “procura”, aqui ambos serão usados indistintamente.

Blaug (1985, p. 371) sugere a existência de quatro tempos na análise marshalliana: a) o “prazo de mercado”, onde a oferta é totalmente fixa; b) o “curto prazo” no qual a oferta pode ser incrementada, mas a capacidade produtiva permanece inalterada – de acordo com Marshall (1996, v. 2, p. 52) este incremento seria resultante do emprego integral dos instrumentos de produção *e talvez fazendo horas extras*; c) o “longo prazo” em que a capacidade produtiva é variável, mas os recursos disponíveis são fixos; e, d) o “muito longo prazo” quando tudo pode ser alterado. Neste trabalho se continuará a usar a dicotomia CP/LP, pois ela expressa bem o sentido geral da divisão temporal marshalliana, dado que os apontamentos feitos para CP são válidos para as duas primeiras categorias indicadas por Blaug, assim como os para LP o são para as duas últimas – nos casos excepcionais, quando isso não se verificar, será chamada a atenção.

Um dos elos teóricos que liga os autores citados no segundo parágrafo é a herança marshalliana da teoria dos ciclos econômicos (MEYRELLES FILHO; ARTHMAR, 2013, p. 04). E será a discussão dos esquemas conceituais produzidos por cada um deles, como resposta a esta problemática de CP levantada por Marshall, que permitirá a este trabalho visualizar as diferentes percepções existentes no seio da Escola de Cambridge sobre as expectativas, sendo este o seu objetivo.

Robertson (1926) no início de seu tratado divide as respostas até então apresentadas para a questão das flutuações econômicas em duas vertentes principais³⁸: a) a monetarista, onde se encontra Keynes³⁹; e, b) a psicológica, onde, por sua vez, ele enquadra Pigou – aqui se observa que nesta também se enquadra Marshall, mesmo que Robertson não o tenha indicado por qualquer que seja o motivo. Por sua vez, Robertson explora ambas as vertentes, mas dá prioridade aos fatores reais como causas iniciais dos ciclos.

Por ora deixando a discussão sobre Keynes e Robertson de lado, é possível identificar no que se refere a Marshall e Pigou que eles têm comum, além do instrumental analítico, que foi erigido pelo primeiro deles e utilizado com maior ou menor sintonia por todos os autores da

³⁸ Esta não é a única forma de separar os autores da teoria dos ciclos econômicos, veja-se, por exemplo, a classificações feitas por Haberler, Hansen e Laidler, citadas por Arthmar (2005), e ainda a feita por este autor no mesmo artigo, onde são enquadrados os teóricos dos ciclos econômicos, para além dos tratados aqui, em ligados a “tradição clássica” e os “subconsumistas”.

³⁹ É importante ter em consideração que esta separação feita por Robertson foi realizada antes de Keynes lançar a TG, ou seja, este autor ainda não tinha feito sua crítica ao pensamento cambridgiano. E ainda, como se observará na seção que trata de Keynes, não se abordará sua visão sobre os ciclos econômicos, por esta não apresentar nenhum novo fator para a discussão das expectativas feitas pelo autor na TG.

Escola de Cambridge, a visão sobre os ciclos econômicos que sugere o fator psicológico como o responsável principal pelas flutuações da econômica, ou seja, ambos se enquadrariam na primeira das vertentes indicadas acima. E é este o elo que faz a apresentação dos dois ser feita no mesmo capítulo e por onde a discussão sobre as expectativas em seus pensamentos rumará de modo geral.

Pretende-se a partir da apresentação das expectativas nos pensamentos dos dois autores fazer a segunda aproximação das respostas às questões levantadas na introdução desta dissertação. Assim, se intentará através da análise dos autores verificar se as expectativas foram ou não abordadas por eles; em caso positivo, tentará se indicar se há em seus escritos algo que justifique o porquê da HPE ter despendido poucos esforços em sua investigação; e, em caso negativo, assinalar se a falta de tratamento das expectativas pelos autores limitou o alcance de seus apontamentos.

Desta maneira, com a intenção de alcançar o entendimento sobre as expectativas no pensamento dos autores da Escola de Cambridge tratados neste capítulo, quais sejam Marshall e Pigou, na seção que segue se apresentarão, de modo sintético, as características gerais do modelo marshalliano, distinguindo em duas subseções seus apontamentos sobre LP e CP, respectivamente; posteriormente, dando prosseguimento a discussão sobre os ciclos econômicos – que se inicia na subseção sobre a visão de CP de Marshall –, apresenta-se na segunda seção o modelo pigouviano; e, por fim, fazem-se considerações finais destacando como os apontamentos feitos no capítulo contribuem para responder as questões levantadas na introdução da dissertação.

2.1 ALFRED MARSHALL

A teoria do valor marshalliana⁴⁰ é composta por elementos clássicos e marginalistas⁴¹, o que faz sua essência ser composta tanto pelos custos de produção, quanto pela utilidade do bem⁴².

⁴⁰ Marshall descredencia o uso do termo “valor de uso” como expressão de um bem para uso direto de um indivíduo; e, para ele o termo “valor” deve ser utilizado como sinônimo de “valor de troca”, sendo este uma expressão pela qual duas coisas podem ser permutadas. Onde em “sociedades modernas” esta expressão é feita por meio do dinheiro e o valor é nada mais que o preço. (1996, v. 1, pp. 126-127)

⁴¹ Contra a sugestão de que a maior contribuição de Marshall para economia foi à síntese das teorias clássica e marginalista, Strauch (1996, v. 1, p. 20) indica que “Há quem prove, porém, como fez Shove, que ele nada deve nem a um nem à outra, tendo em vista a originalidade ou prioridade subjetiva das suas idéias, as datas de publicação das obras dos marginalistas e as referências e reconhecimentos de Marshall às principais fontes de suas contribuições. Quanto à contribuição dos clássicos, o que Marshall tentou fazer, segundo ele próprio, foi

Marshall distingue a maneira como estes elementos influenciam na determinação do valor através da inclusão do fator temporal na análise, onde faz a dicotomia entre CP e LP, anteriormente referida. É por meio dela que se pode perceber como a relação entre oferta e demanda se efetiva distintamente a depender da temporalidade em questão, pois os fatores que tem preponderância em CP não são os mesmos que em LP. Nas subseções abaixo será possível observar como funcionam os mecanismos de determinação do valor em CP e LP, bem como as expectativas se apresentam neles.

Mas antes disso, com a intenção de subsidiar esta discussão, cabe apontar algumas características gerais do modelo de Marshall que se apresentam indistintamente tanto em CP, quanto em LP:

- a) a análise se dá sobre situações *estáticas* (SCHUMPETER, 2006, p. 1108), utilizando-se do artifício “*coeteris paribus*”. Isto é feito desta forma devido à impossibilidade de tratar de maneira dinâmica o sistema econômico (MARSHALL, 1996, v. 1, p. 63; v. 2, p. 47). A intenção é então estudar de maneira decomposta problemas complexos e através da soma das partes se aproximar o máximo de sua real solução. Sobre isto, pode-se observar, por exemplo, que grande parte da análise do autor é feita com caráter setorial, isto é, se referindo a uma indústria qualquer e seu respectivo mercado;
- b) para Marshall a situação de competição perfeita é uma exceção a regra (MARSHALL, 1996, v. 1, pp. 83-84; SCHUMPETER, 2006, p. 1107), mas ainda assim, com o intuito de simplificar a discussão de LP, a postula como artifício hipotético (1996, v. 2, p. 30);
- c) a forma de ver a racionalidade dos agentes de Marshall é semelhante a encontrada no “*modelo homogeneizado*” dos marginalistas – discutido no primeiro capítulo desta dissertação –, ou seja: i) sua satisfação está condicionada a utilidade marginal decrescente (MARSHALL, 1996, v. 1, p. 160); ii) possuem racionalidade perfeita, o

completar e generalizar, por meio do aparato matemático, os postulados de Smith e principalmente Ricardo, conforme expostos por Mill.”

⁴² Para Marshall os elementos da *procura* apenas receberam a atenção devida a partir dos autores marginalistas, devido Ricardo e seus seguidores “[...] dar excessiva importância ao custo da produção, quando analisava as causas que determinam o valor da troca. [E por embora] soubessem que as condições da procura têm um papel tão importante como as da oferta na determinação do valor, não expressaram contudo o que pretendiam com suficiente clareza, e têm sido mal compreendidos, salvo pelos leitores mais cuidadosos. [Mas mesmo tendo seu lugar de importância] não é verdade que ‘a teoria do consumo seja a base científica da Economia’ [...] As duas teorias se complementam; uma é incompleta sem a outra. Mas se uma delas pudesse ser considerada, mais do que a outra, [...] seria antes a teoria das atividades e não a teoria das necessidades.” (MARSHALL, 1996, pp. 150; 156-157)

que em Marshall se observa, pelo lado do consumo, na capacidade de alocação ótima dos recursos possuída pelos agentes, (1996, v. 1, p. 185), possível pela percepção subjetiva do nível de utilidade marginal de cada bem e, pelo lado da produção, no “*princípio da substituição*” – existente pois “para qualquer dada tecnologia há métodos alternativos de produzir a mesma mercadoria” (BRIDEL, 1987, p. 08) – que corresponde à forma como os produtores alcançam a forma mais econômica de produzir (1996, v. 2, p. 29 e 40); e, iii) agem de maneira maximizadora, isto é, dado o caráter de sua racionalidade, maximizam utilizando sua compreensão sobre a característica decrescente da utilidade marginal e a respeito das características técnicas vigentes, o que leva ao princípio da substituição. E através disto buscam auferir em suas operações de compra e venda no mercado um excedente – ou do consumidor ou do produtor – que lhe proporcione maior utilidade (1996, v. 1, pp. 189 e 205).

Mas a ação racional maximizadora dos agentes em Marshall está condicionada por dois fatores:

i) a institucionalidade, condição objetiva, que corresponde ao caráter histórico do pensamento do autor e que, por sua vez, pode ser dividida em dois níveis:

- o individual, onde subordina a ação do agente, podendo limitar seu intento maximizador (MARSHALL, 1996, v. 1, p. 286), que direciona a alocação dos recursos entre consumo, poupança e investimento;
- e, o global, que influencia no nível de incerteza⁴³ de um conjunto de agentes, impedindo ou, em caso contrário, impelindo-os a maximizar suas ações – o que permite explicar a diferença entre sistemas econômicos diversos (MARSHALL, 1996, v. 1, p. 197).

ii) a subjetividade dos agentes, que influencia a forma que eles escolherão para maximizar sua utilidade, de modo que vários serão os caminhos adotados por eles com esta intenção.

Ambos os fatores, institucional e subjetivo, subordinam a racionalidade maximizadora dos agentes quando da alocação temporal de seus recursos, o que significa dizer, que no momento em que eles os distribuírem entre bens presentes (consumo) e futuros (investimento ou poupança), com a intenção de otimizar sua utilidade, terão sua ação

⁴³ Marshall (1996, v. 1, 185) aponta que esta incerteza é objetiva e que todos os agentes possuidores do mesmo grau de informação poderiam estimá-la, logo, ela é redutível ao risco.

condicionada por elementos do ambiente onde está inserido⁴⁴ e por suas preferências pessoais. Assim, de acordo com Marshall (1996, v. 1, p. 185) a *utilidade marginal presente obtida pela aquisição de um bem futuro*⁴⁵ é estimada a partir da *incerteza*, fator objetivo, que é calculada da mesma forma por todos os agentes bem informados de um mercado qualquer; e, da *subjetividade*, que implicará em diferentes escolhas por parte dos indivíduos⁴⁶.

A partir disto, fazem-se as primeiras indicações sobre as expectativas no pensamento de Marshall: em nível sistêmico elas são definidas pelas condições objetivas, que são estimáveis de uma mesma maneira por todos os indivíduos bem informados de um mercado qualquer; e, em nível individual elas são resultantes das preferências subjetivas, o que implica na possibilidade de ações diferentes advindas de sujeitos diversos. O que sugere que o comportamento díspar entre os indivíduos que poupam⁴⁷ e os que consomem não decorre necessariamente de observações diferentes sobre a realidade, mas de suas maneiras subjetivas de esperar a utilidade marginal presente de um bem futuro, onde os primeiros as tem em nível maior que os segundos;

- d) a *lei geral da procura* que é enunciada como “a quantidade procurada aumenta com a baixa, e diminui com a alta do preço.” (MARSHALL, 1996, v. 1, p. 165) Esta lei é subordinada a *elasticidade da procura*, o que significa dizer que os diversos bens reagem diferentemente a mudanças em suas quantidades ofertadas. “[...] a *elasticidade* (ou *receptividade*) da *procura* num mercado é forte ou fraca, conforme a quantidade procurada aumente muito ou pouco, dada uma certa baixa no preço, e diminua muito ou pouco, dada uma certa elevação de preço.” (1996, v. 1, p. 169, grifos do autor);
- e) as categorias de preços correntes e preços normais⁴⁸, onde a primeira corresponde ao que se verifica em um dado momento em um mercado qualquer, enquanto que a segunda se refere aos preços que verificariam no caso de os acontecimentos se desdobrarem pelo período de tempo necessário (MARSHALL, 1996, v. 1, pp 56-57).

⁴⁴ Kregel (1977, p. 496) indica que a preocupação da economia neoclássica inglesa com as instituições implicava em um distinto papel para as expectativas em cada mercado. Ainda sobre isto, Facirolli Sobrinho (2005) sugere que a institucionalidade influencia, entre outros fatores, na formação de poupança.

⁴⁵ A discussão sobre este ponto foi feita na seção sobre Jevons no primeiro capítulo da dissertação.

⁴⁶ Na discussão feita sobre Walras no primeiro capítulo da dissertação chegou-se a mesma conclusão quanto ao que gerava, no modelo deste autor, comportamentos diferenciados entre seus agentes.

⁴⁷ O ato de poupar é visto por Marshall como “[...] uma espera deliberada de um prazer que uma pessoa tem a faculdade (justa ou injustamente) de desfrutar imediatamente [e tem como sua contrapartida] o juro do capital como a recompensa do sacrifício causado pela espera do gozo dos recursos materiais [...]” (1996, v. 1, pp. 285-286).

⁴⁸ Sendo a taxa de juros também um preço da economia, tem-se que há uma taxa corrente e outra normal. Uma discussão sobre isto encontra-se em Facirolli Sobrinho (2005, subseção 2.4).

Sendo que os acontecimentos tendem a fazer a convergência entre ambos se verificar. Por exemplo, pode-se verificar no presente um preço X para um bem qualquer A , que possui um preço normal Y , o que se verificará é que X terminará por convergir com Y ;

f) e, no que se refere à *firma representativa*, “[...] deve ser uma que tenha tido uma existência bastante longa e razoável êxito, que seja dirigida com habilidade normal e que tenha acesso normal às economias externas e internas⁴⁹ pertencentes àquele volume global de produção [...]” (MARSHALL, 1996, v. 1, p. 362). Esta firma representativa consegue maximizar sua produção, através da igualação entre receita e custo marginal e como indica Blaug (1985, p. 391) é a construção abstrata que permite à Marshall trabalhar sua análise da indústria sem que todas as firmas se encontrem em equilíbrio.

2.1.1 O Longo Prazo e as expectativas em Marshall⁵⁰

De acordo com o que anteriormente foi mencionado, a diferença entre os dois subperíodos que compõem o Longo Prazo, “longo prazo” e “muito longo prazo”, é que no primeiro apenas a capacidade produtiva pode variar, enquanto que no segundo isto pode ser verificável para todos os recursos produtivos. No que se refere às expectativas dos agentes marshallianos apenas o primeiro é importante, pois o segundo se encontra fora de seu horizonte de percepção. Assim, o “muito longo prazo”, indicado por Blaug (1985), não é o conjunto de condições que são expectadas pelos agentes, mas como elas se apresentarão de fato, ou seja, o desfecho que o futuro exhibirá como resultado de todas as ocorrências de mercado que se deram em tempo pretérito, em decorrência das diversas formas de organização que possam ter acontecido (MARSHALL, 1996, v. 2, pp. 27-28).

O “muito longo prazo” é o período onde todas as relações de mercado terão se realizado. Neste ponto se verificará um equilíbrio estável entre oferta e procura normais, correspondente a satisfação máxima do sistema, pois não há mais espaço para a existência de excedentes, seja do produtor ou do consumidor, nas trocas a serem efetuadas (MARSHALL, 1996, v. 2, p. 121).

⁴⁹ Podemos dividir as economias derivadas de um aumento da escala de produção de qualquer espécie de bens em duas classes: primeira, as dependentes do desenvolvimento geral da indústria; e segunda, as dependentes dos recursos das empresas que a ela se dedicam individualmente, das suas organizações e eficiência de suas administrações. Podemos chamar as primeiras de *economias externas*, e as últimas de *economias internas*. (MARSHALL, 1996, v. 1, pp. 315-316)

⁵⁰ Seguindo a linha cronológica o mais coerente seria começar a discussão por CP ao invés de LP, mas como a atenção da próxima seção será centrada na análise de CP de Pigou, assim como a que será feita no próximo capítulo em relação à Robertson, aqui se adota o caminho inverso e se inicia pela apresentação de LP.

Devido à inexistência do componente expectacional no “muito longo prazo” aqui apenas será discutido o mecanismo do “longo prazo”. Com isso, no restante desta seção o termo ou sua abreviação (LP) se referirá sempre a este período, o que deixa subentendido que a capacidade produtiva é variável, mas os recursos produtivos não.

Em LP são as expectativas dos empresários relacionadas aos preços futuros dos bens (preços de oferta) e sua comparação com os correspondentes custos de produção⁵¹, que definirão se a capacidade produtiva de uma empresa, indústria ou mesmo global aumentará, diminuirá ou ainda permanecerá a mesma: “O preço cuja expectativa induziu as pessoas a empreenderem negócio deve ser suficiente para cobrir à longo prazo o custo que supõe o estabelecimento de relações comerciais, e uma parte proporcional desse custo deve ser computada para formar o custo total de produção.” (MARSHALL, 1996, v. 2, p. 47)

Desta forma, para que novos investimentos produtivos sejam realizados é necessário que os preços futuros dos bens sejam expectados em um patamar que cubra os *custos médios de produção* (VARIAN, 2006, Cap. 21). Caso isto não se verifique, além de não ocorrerem novos investimentos, haverá saída dos empresários presentes em uma indústria qualquer que apresente esta situação (MARSHALL, 1996, v. 2, pp. 54; 86).

Com isto dito, pode-se observar que os custos de produção exercem o papel chave na determinação da estrutura produtiva em LP. E tendo em consideração que não se produzirá por preços expectados abaixo do nível de custo médio, pode-se indicar que são também os custos que definem o valor em LP (MARSHALL, 1996, v.2, pp. 34-36), ou seja, os elementos da oferta são preponderantes nesta periodicidade analítica. O papel da procura aqui se limita a modificações nas quantidades, sendo sempre o limite dado pelos custos de produção.

Veja-se então como se realizam os ajustes em LP, tendo em consideração que o apresentado se dá em uma firma representativa e as situações em questão são estáticas. Seguindo Marshall (1996, v. 2, Cap. XII e XIII) é possível indicar que aumentos na procura normal ocasionarão respostas da oferta condizentes com o tipo de rendimento⁵² apresentado pela indústria em

⁵¹ Entre os componentes dos custos de produção cabe mencionar o custo do capital, ou a taxa de juros, que regula o equilíbrio entre a oferta e a procura de recursos da poupança, garantindo que os novos investimentos possam ser realizados (MARSHALL, 1996, v. 2, pp. 168-169).

⁵² [...] a parte desempenhada pela natureza na produção apresenta uma tendência ao rendimento decrescente, o papel do homem tem uma tendência ao rendimento crescente. [...] Se as ações das leis do rendimento crescente e

questão. No caso de rendimentos decrescentes, os possíveis aumentos das quantidades ofertadas serão acompanhados de aumentos nos preços; em se tendo rendimentos crescentes, os potenciais aumentos das quantidades ofertadas serão seguidos por reduções nos preços; e, com rendimentos constantes, aumentos nas quantidades ofertadas não modificarão os preços – cabe indicar que em qualquer das situações o preço que se alcançará será o responsável pelo estabelecimento de um novo equilíbrio, adequado à nova situação estrutural, resultante da ampliação da capacidade produtiva realizada para atender a expansão da demanda.

Tem-se ainda, como consequência dos tipos de rendimentos apresentados pelas indústrias, que a magnitude do aumento das quantidades ofertadas será maior para as de rendimentos crescentes, seguidas pelas de rendimentos constantes e, por fim, pelas de rendimentos decrescentes. No mesmo sentido, por diminuírem menos, os preços serão maiores nas últimas, do que nas primeiras e as possuidoras de rendimentos constantes ocuparão posição intermediária entre elas.

Para o aumento do bem-estar do conjunto social as indústrias que mais contribuem são aquelas que auferem uma maior produção, com um menor custo, que se reflete em um menor preço para a coletividade. Ou seja, as indústrias que apresentam rendimentos crescentes.

Como os fatores que alteram a relação entre preço e custo de produção no LP são aqueles de caráter estrutural, os decorrentes aumentos ou diminuições da capacidade produtiva instalada são ajustamentos necessários para a adaptação à nova relação entre oferta e demanda normais. Desta forma, as expectativas dos agentes, que os levam a executar os investimentos, ou desinvestimentos, serão sempre condizentes com o resultado esperado da ação. Pois estes estarão perfeitamente adequados às novas relações de utilidade existentes, que promovem o equilíbrio do sistema, e que o levam à no “muito longo prazo” alcançar a satisfação ótima pelo pleno emprego dos fatores de produção.

2.1.2 O Curto Prazo e as expectativas em Marshall

Em CP o valor é determinado pelo lado da demanda, por meio da utilidade que os bens possuem para a satisfação das necessidades dos agentes (MARSHALL, 1996, v. 2, pp. 34-36).

do rendimento decrescente se equilibram, temos a *lei do rendimento constante*, e uma produção maior é obtida por um aumento exatamente proporcional de trabalho e de sacrifício. (MARSHALL, 1996, v. 1, p. 362)

Como aqui a capacidade produtiva é invariável, mudanças na procura afetam a estrutura de preços da economia. Veja-se como o mecanismo se desenvolve e como acarreta na existência dos ciclos econômicos na teoria marshalliana.

Como se indicou no início desta seção há dois subperíodos no CP marshalliano, o “prazo de mercado” e o “curto prazo”. O que os diferencia é a possibilidade de modificar o volume de mercadorias à disposição, que existe no segundo, mas não no primeiro, por meio da utilização máxima da capacidade produtiva já instalada. Desta forma, um aumento na demanda no “prazo de mercado” leva a um aumento nos preços, no caso contrário, ou seja, com uma diminuição da demanda, haverá um movimento na mesma direção dos preços. O limite para essa diminuição nestes últimos será dada pelos custos variáveis médios (VARIAN, 2006, Cap. 21). Marshall (1996, v. 2, Cap. II) indica que no fim do período o preço que vigorará será o de equilíbrio. O que não significa que toda a mercadoria tenha sido negociada com a mesma relação, mas que no final do período o preço existente será aquele que gera o equilíbrio entre as partes envolvidas no mercado.

Mas como no “prazo de mercado” não há espaço para modificações no volume ou capacidade de produção, também não se configuram expectativas dos empresários para este período. No máximo a contribuição do “prazo de mercado” para as especulações empresariais se encontra nas condições por ele apresentadas, que podem impactar a mentalidade geral, quanto à forma que o futuro se apresentará. Assim, os apontamentos que se seguirão se referem apenas ao “curto prazo”⁵³, onde pode-se observar as expectativas tendo uma função determinante para os rumos das ações dos agentes.

Em CP como indicam Meyrelles Filho e Arthmar (2013, p. 12) “[...] qualquer que fosse a causa inicial, a fase ascendente do ciclo teria como ponto de partida uma elevação da demanda por mercadorias, ocasionada pelo que se poderia chamar de um renascimento da confiança (revival of confidence).” Este aumento da demanda, resultante de expectativas positivas sobre os preços, ocasionará um movimento que pode ser dividido em dois

⁵³ Segundo Blaug (1985, pp. 371-172) há três problemas que impedem a definição de um período de tempo como Curto Prazo: o primeiro seria que expansões na capacidade produtiva podem se efetivar simultaneamente aos aumentos na utilização da capacidade produtiva; o segundo que os ajustes de CP podem depender das mudanças nos preços serem esperadas como dependentes ou permanentes, o que indica que as expectativas definem estes possíveis movimentos; e, o terceiro que a resposta dos produtores, em um dado momento, são assimétricas em relação a um aumento ou uma baixa nos preços.

momentos: no primeiro os preços aumentarão para ajustar a demanda⁵⁴, assim haverá um novo equilíbrio onde seu nível será maior, a elevação dos preços – agora efetiva e não esperada – influenciará as expectativas dos empresários, fazendo-os aumentar sua produção, por meio da utilização integral da capacidade produtiva instalada (MARSHALL, 1996, v. 2, p. 52); no segundo momento, devido o aumento da produção, haverá uma quantidade maior de bens disponíveis no mercado, isto provocará uma diminuição dos preços, que será contrabalanceada por um aumento da demanda até um novo ponto de equilíbrio.

O que não se apontou na descrição acima, é que os preços elevados no primeiro momento podem ter levado um conjunto de empresários não só a aumentar sua produção com a capacidade produtiva instalada, mas também a fazer novos investimentos. Isto gerará um problema no segundo momento, onde os investimentos ainda não estarão maturados, pois os preços voltarão a se reduzir. O que se terá é uma frustração do investimento realizado, que pode levar os empresários ou interromper o investimento inacabado e ter a perda referente ao que já foi realizado; ou mantê-lo esperando uma nova subida dos preços, o que pode gerar, caso não ocorra, um déficit ainda maior para eles.

Os investimentos e a utilização integral da capacidade produtiva mencionados são consequência além das expectativas positivas dos agentes, da disponibilidade de recursos excedentes do sistema, que dado o estado inicial de equilíbrio entre poupança e investimento, significa o aumento do crédito. Segundo Meyrelles Filho (2011, p. 06) a expansão do ciclo seria alimentada pelo elemento monetário por três fatores: a) a diminuição da retenção de moeda pelo motivo precaução durante as fases ascendentes dos ciclos; b) a impossibilidade da taxa de juros corrente acompanhar o nivelamento constantes dos preços para cima, o que faria paulatinamente o crédito mais barato; c) e, o descompasso entre os fatores de produção e os bens produzidos, ou seja, a perda de poder de compra dos salários.

⁵⁴ As mudanças nas expectativas dos agentes, que podem levar ao surgimento de um movimento cíclico, podem ser ocasionadas por fatores reais, monetários ou psicológicos. “O impulso inicial na geração dessas flutuações poderia advir de uma série de fatores, como guerras, rumores ou simplesmente a superação de um estado de desconfiança decorrente de infortúnios anteriores. [ou ainda] pela ocorrência de oscilações imprevistas nas colheitas” (MARSHALL [1879]1994, p.152 apud MEYRELLES FILHO; ARTHMAR, 2013, p. 12). Cabe destacar aqui que os fatores que tenham caráter estrutural podem também provocar ciclos indiretamente, pois podem levar agentes de indústrias que não tiveram sua relação entre oferta e demanda estrutural modificadas, à incrementar sua produção – seja por meio de utilização plena de sua capacidade ou de novos investimentos – impulsionados pelas expectativas positivas de mercado das indústrias que passaram por modificações em sua estrutura.

Tido isto em consideração, pode-se dizer que os ciclos econômicos em Marshall são os movimentos de CP, que não geram impactos estruturais na economia⁵⁵, ou seja, que não modificam o LP, e que têm sua origem no estado das expectativas dos agentes e que é (des)monetizado pelo crédito.

Como uma primeira aproximação, poderíamos dizer que, para Marshall, o ciclo nada mais seria do que uma alternância de movimentos cumulativos de expansão e contração do crédito, associados ao estado de confiança nos negócios, com efeitos transitórios sobre as condições materiais de vida da sociedade. (MEYRELLES FILHO; ARTHMAR, 2013, p. 12)

Tem-se então que serão as expectativas que definirão se os agentes observarão os preços futuros como permanentes ou não, o que pode ocorrer simultaneamente (Blaug, 1985)⁵⁶, e a disponibilidade de crédito que permitirá a transformação das perspectivas em ação. No caso de elas levarem a uma expansão produtiva, através unicamente do emprego integral da capacidade produtiva, o que significa que a alta dos preços é esperada como passageira, quando a reversão do ciclo se fizer o que se observará será apenas um aumento dos estoques. Mas caso, conjuntamente ou exclusivamente, a expansão cíclica se fizer por meio de investimentos com a intenção de aumentar a capacidade produtiva, o que indica que a majoração dos preços foi expectada como permanente, no momento de declínio do ciclo se terá, além do aumento dos estoques, investimentos inacabados abandonados e outros que se mantém em realização, mas que ao seu final trarão maiores prejuízos para quem os empreendeu.

Destarte, será a direção das expectativas que definirá a forma que os ciclos assumirão, podendo eles apresentar sua ascensão, como resultado da expansão do uso da capacidade produtiva, ou de investimentos fadados ao fracasso, ou ainda de ambos. Como consequência, serão elas também que definirão como se dará a fase declinante do ciclo, se com excesso de estoques produzidos ou com investimentos inúteis a serem perdidos. Isto indica, que diferentemente do apontado para o LP, as expectativas em CP não necessariamente são

⁵⁵ Pode-se então visualizar dois tipos de investimentos: os estruturantes, que terão os resultados maturados no LP; e, os cíclicos, que não terão impacto no sistema econômico, pois ou serão abortados durante sua realização, dada a reversão das expectativas dos empresários, ou serão perdidos após finalizados, devido os empresários perceberem que sua manutenção não garante os lucros esperados.

⁵⁶ Isto vai na mesma direção do apontado por Kregel (1977, p. 496), que indica que as expectativas dos agentes marshallianos não são iguais. Veja-se, por exemplo, o já indicado, desdobramento de um aumento da demanda em CP, que tem como resultado alguns empresários, além de usando sua capacidade produtiva integralmente, fazendo novos investimentos; enquanto que outros apenas utilizam em nível máximo as instalações já existentes. A diversidade das ações é resultado da dessemelhança das expectativas existentes.

condizentes com o resultado da ação. Mas, como após a ocorrência dos movimentos ascendente e descendente dos ciclos, as utilidades se ajustam novamente, é permitido afirmar que um novo equilíbrio se realizará, de modo a não coincidência entre o resultado esperado e o realizado da ação não interferir estruturalmente no sistema.

2.2 OS CICLOS ECONÔMICOS E AS EXPECTATIVAS NA ANÁLISE PIGOVIANA

O mecanismo de funcionamento dos ciclos econômicos pigovianos é uma construção alinhada com os alicerces do pensamento de Marshall, o que é possível identificar pela manutenção do princípio da preservação do equilíbrio⁵⁷ e do princípio da compensação clássico⁵⁸, indicados por Arthmar (2005) como constantes nas obras de ambos, o que lhe possibilitou enquadrá-los como membros de uma mesma tradição, a “clássica”.

De acordo com Collard (1983, p. 411), utilizando-se da ótica moderna das expectativas racionais, o modelo de Pigou: não apresenta erros sistemáticos, devido os postulados sobre o equilíbrio e racionalidade; os fatores monetários apenas influenciam na oferta por meio de inesperados movimentos de inflação/deflação; e, a “psicologia dos homens de negócios” pode criar movimentos cíclicos e ainda que a causa deste estado de espírito coletivo pode ser devida aos fatores monetários.

Para Facirolli Sobrinho (2005, pp. 10-11), teria sido Pigou o responsável por inserir o fator psicológico na geração do impulso inicial dos ciclos econômicos. Mas como se pode observar a partir da citação de Meyrelles Filho e Arthmar (2013, p. 12), feita acima no texto, isto não é acertado, pois Marshall já identificava esta possibilidade. O que Pigou fez em relação a este fator foi aprofundar a discussão de seu papel para a sistemática dos ciclos, assim como o fez para os demais fatores (real e monetário).

Mas é acertado afirmar que o fator psicológico é determinante na dinâmica dos ciclos pigovianos, como indica Arthmar (2005, p. 365) “[...] Pigou estabelece como elemento decisivo nas flutuações econômicas a psicologia dos homens de negócios [...]”. E também Collard (1983, p. 411, tradução minha) que afirma “que seu tratamento [Pigou] das

⁵⁷ Ou seja, que o equilíbrio existia antes da deflagração dos ciclos e que se reestabelecerá após seu fim.

⁵⁸ Que significa dizer que a poupança precede o investimento; e, que todos os recursos poupados na economia serão invertidos automaticamente, gerando uma igualdade entre poupança e investimento.

expectativas não foi de forma incidental [e segue usando as palavras de Pigou] ‘a variação das expectativas dos homens de negócios... e não outra coisa qualquer, constituem as imediatas e diretas causas ou antecedentes das flutuações industriais’ (IF, pp. 33-4; EE, p. 214).” Ou seja, o fator tem destaque na análise do autor, mas isto não significa dizer que foi ele quem o inseriu nas discussões dos ciclos econômicos.

O seu papel na dinâmica dos ciclos para Pigou se dá através de “ondas de otimismo ou pessimismo”, em relação aos preços futuros, que se desencadeiam entre os agentes, servindo de mecanismo de transmissão que impulsiona as fases de ascensão e declínio dos ciclos. “[...] durante períodos de estagnação, [...] artifícios técnicos e melhorias acumulam-se, mas eles não ocasionam uma expansão da indústria. É a confiança que a deflagra, e os novos processos são meramente os canais pelo meio dos quais ela se manifesta” (PIGOU [1920] 1953, p. 105 *apud* FACIROLLI SOBRINHO, 2005, p. 46, tradução da autora). Como sugere Meyrelles Filho (2011, pp. 11-12) estas ondas psicológicas seriam disseminadas entre os empresários, devido: primeiro, à existência de uma “interdependência psicológica” entre eles, onde uns influenciaram os outros, de maneira direta ou indireta; segundo, à existência também de uma “interdependência real”, pela qual os negócios efetuados afetam as expectativas dos envolvidos; e, terceiro, a existência de comprometimento financeiro entre os empresários.

Além disso, de acordo com Facirolli Sobrinho (2005), as mencionadas “ondas” poderiam ser provocadas por fatores reais⁵⁹, monetários ou psicológicos (2005, p. 52), sendo a simultaneidade e/ou causalidade entre eles possíveis (2005, p. 56). Todavia, estes fatores não provocam diretamente os ciclos econômicos, mas apenas indiretamente através de sua influência sobre a formação das expectativas dos agentes (2005, pp. 66-67). Com isso, pode-se dizer que a relação causal entre estes fatores e as ondas de otimismo ou pessimismo dos agentes não são nada mais que as expectativas derivadas de acontecimentos reais ou imaginários se manifestando de maneira coletiva na economia.

Os agentes dinâmicos dos ciclos de Pigou são os empresários, para o autor, eles possuem vantagens perceptivas de mercado em relação aos banqueiros e trabalhadores, o que lhes permite formar suas expectativas de maneira superior a destes últimos. Estas vantagens

⁵⁹ Entre os fatores reais estão presentes, por exemplo, “invenções humanas” e “descobertas de minérios” (FACIROLLI SOBRINHO, 2005, p. 39), que têm caráter estrutural, dado que seu impacto no LP da indústria, pois aumentam sua capacidade produtiva. Assim como em Marshall, a influência destes fatores estruturantes deve ser observada indiretamente, ou os ciclos pigovianos perderiam seu caráter de CP.

podem ser visualizadas: em relação aos banqueiros, quando da avaliação do valor do dinheiro em um determinado momento do tempo, onde os empresários conseguem julgar quais as oportunidades mais proveitosas para tomar empréstimos, ou seja, tem capacidade de enxergar primeiro quando a *taxa juros monetária* está depreciada em comparação à *natural*⁶⁰; em relação aos trabalhadores, a vantagem se estabelece por eles reagirem lentamente à perda de poder de compra de seus salários reais, o que fornece aos empresários em momentos inflacionários um capital extra para suas inversões⁶¹ (ARTHMAR, 2005, p. 366).

Como se indicou as ondas de otimismo que levam à ocorrência das flutuações são provocadas por fatores diversos, o que não se sinalizou é que as ondas de otimismo para gerarem um movimento cíclico ascendente carecem ainda da disponibilidade de recursos no sistema. Como indica Arthmar (2005, pp. 365-366) em momentos de expectativas positivas, ou seja, de ciclos ascendentes, os investimentos seriam financiados pela diminuição dos encaixes⁶² das empresas e pela ampliação do crédito bancário. Em decorrência da maior liquidez no sistema se verifica um processo inflacionário, que implicará em poupança forçada, outra forma de repasse de recursos para os empresários levarem seus planos à frente. Assim, os três tipos de agentes mencionados contribuem com seus recursos, não importando a espontaneidade do ato, para que a ascensão do ciclo possa se verificar: os empresários por meio da utilização de suas reservas de precaução; os banqueiros através da expansão creditícia; e, os trabalhadores mediante poupança forçada.

O mecanismo que resulta nos ciclos econômicos em Pigou pode ser explicado da seguinte maneira, tendo em consideração o estado de equilíbrio inicial do sistema, uma onda de otimismo dos empresários, resultante da ocorrência de algum dos fatores antes mencionados, levaria a um aumento de sua demanda por recursos para investimentos, que teriam em um primeiro momento suas fontes nos encaixes e no crédito bancário e em um segundo se acresceria a elas a poupança forçada. No que se refere ao crédito, fator que tem preponderância sobre os outros dois, tem-se que devido à diferença de percepção dos

⁶⁰ Os termos taxa de juros monetária e natural correspondem, respectivamente, a taxa de juros corrente e normal, indicados quando da discussão de Marshall.

⁶¹ Isto é o que se chama de “poupança forçada”. Facirolli Sobrinho (2005, p. 50) indica que o termo leva à Robertson, autor que será discutido na próxima seção. Para os apontamentos sobre o termo de acordo com este autor veja-se, por exemplo, Robertson (1926, pp. 55-57).

⁶² Meyrelles Filho e Arthmar (2013, p. 10) discutindo Marshall indicam a natureza destes recursos: “Estes são recursos que se encontram em posse dos empresários devido ao motivo precaução, que os impele a estar preparados para adversidades, mas também para executar ações expansivas rápidas em caso de oportunidades de negócios imediatas. Ou seja, são recursos mantidos por sua liquidez.”

empresários e banqueiros, sua oferta será feita vantajosamente para os primeiros, pois a taxa de juros monetária cobrada estará em nível menor que o natural, configurando um desequilíbrio. Assim, pode-se dizer, segundo Arthmar (2005, p. 363), que as flutuações cíclicas características de movimentos ascendentes “[...] nasceriam, invariavelmente, de um descompasso entre as taxas de juro natural e monetária, estimulando a demanda por capital sem correspondente queda no consumo.”⁶³ Ou seja, é o crédito em situação de desequilíbrio que cria as condições para a violação do “princípio da compensação” e é a ocorrência desta que permite à existência da flutuação cíclica, de outra maneira a onda otimista dos empresários não impactaria a economia, pois o aumento do investimento seria contrabalanceado por uma diminuição de montante correspondente do consumo e o ciclo não teria lugar. Mas observada a violação, o movimento de expansão dos investimentos se faria até que o ajuste entre as taxas de juros sucedesse, através de um aumento da taxa de juros monetária, ou o consumo diminuísse em função da poupança forçada – o que mostra que esta tem um impacto duplo.

Expectativas otimistas dos empresários, que o sejam de maneira exagerada, os levam a investir excessivamente e “Quando os produtos decorrentes dos novos investimentos chegam ao mercado e encontram uma demanda menor do que esperada pelos negociantes, a confiança é abalada.” (FACIROLLI SOBRINHO, 2005, p. 67) Isto “desvenda” a existência de erros de previsão⁶⁴ otimista dos agentes e, ainda de acordo com a autora, faz com que sua tendência seja destruída, o que pode acarretar na existência de expectativas negativas, e mesmo a erros de previsão pessimistas. Os primeiros, como se indicou, engendram excessos de produção, os segundos, por sua vez, ocasionam o seu entorpecimento, característico das fases declinantes dos ciclos.

⁶³ Na descrição feita por Arthmar (2005) dos ciclos econômicos de Pigou é utilizada a técnica de análise “poupança-investimento”, citada por Meyrelles Filho (2011, p. 04) como a forma usada pelos autores de Cambridge que se seguiram a Marshall, que significa “[...] analisar o ciclo econômico tendo como referência fundamental as oscilações verificadas nos volumes de investimento e poupança, e não [como Marshall fazia] o comportamento do crédito e do nível de preços.” Ou como indica Bridel sobre ela (1984, p. 01, tradução minha): “Esta análise, que envolve analisar o impacto de mudanças na taxa de juros de mercado sobre a economia através de seu efeito sobre a oferta de poupança e o volume de investimento, ao invés de através de mudanças na oferta monetária e no nível de preços, é a linha de raciocínio a qual em última análise levou ao princípio da demanda efetiva de Keynes em 1936.”

⁶⁴ Para Collard (1983), veja-se a sua primeira citação, feita anteriormente, estes erros não podem ser sistemáticos. De acordo com Meyrelles Filho (2011, p. 11) estes erros poderiam ser influenciados pela: a) capacidade e competência dos empresários; b) pelo acesso à informações relevantes para os negócios; e, c) pelo grau de descentralização dos negócios.

Uma consequência destes erros expectacionais na teoria dos ciclos de Pigou é que eles “quando descobertos, dariam origem a um processo cíclico cumulativo” (FACIROLLI, 2005, p. 48). Isto significa que os ciclos não são processos estagnantes, no sentido de possuírem começo e fim determinados. Sua análise através do equilíbrio estático é meramente metodológica, dado que sua existência é um processo contínuo.

Tendo em consideração que durante toda a fase ascendente do ciclo, o crédito se faz favoravelmente aos empresários – através do desequilíbrio entre as taxas de juros – e ainda, que a partir de certo ponto, eles obtêm outra fonte para alimentar os investimentos, qual seja, a poupança forçada, resultante do aumento dos preços, pode-se afirmar que o elemento monetário contribui tanto para possibilitar a deflagração do ciclo, quanto para sua continuidade, bem como para o agravamento dos erros expectacionais. Como aponta Facirolli Sobrinho (2005, p. 51) “[...] as condições monetárias e bancárias têm uma grande parcela de responsabilidade pelos distúrbios ocasionados no sistema econômico. [...] elas ampliam e reforçam as flutuações [...]”.

Mas segue que mesmo considerando a importância do fator monetário para a consecução dos ciclos econômicos, no pensamento de Pigou prevalece o elemento psicológico como o determinante essencial das flutuações. Como indica Facirolli Sobrinho (2005, pp. 57-58) mesmo que a influência do elemento monetário fosse anulada, ainda se verificariam onda de otimismo e pessimismo que levariam a ocorrência das flutuações. “[...] se uma política de estabilização fosse sustentada com sucesso, a amplitude das flutuações nas indústrias poderiam ser substancialmente contraídas – talvez pela metade – mas flutuações poderiam ainda conservar-se” (PIGOU, [1927] 1967, p. 211 *apud* FACIROLLI SOBRINHO, 2005, p. 58, tradução da autora).

2.3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As expectativas apresentaram-se de modo similar nos pensamentos de Marshall e Pigou tanto no que diz respeito ao CP quanto ao LP. A discussão realizada neste capítulo permitiu constatar parcialmente, em relação aos autores que foram nele discutidos, que as expectativas na Escola de Cambridge foram tratadas de maneira explícita por seus autores no tocante a discussão de CP dos ciclos econômicos. Quando se analisa o LP as abordagens dos autores sobre a temática se assemelham ao que se observou no modelo homogeneizado, em Jevons e

Walras, pois para eles também nesta temporalidade os resultados das ações se igualarão às previsões dos agentes.

As expectativas em Marshall e Pigou são um elemento decisivo não apenas no LP, onde há previsibilidade dos resultados das ações dos agentes, mas também em CP, onde o fator determinante dos movimentos cíclicos na visão dos autores é o psicológico. Uma diferença essencial entre a forma de observar as expectativas no CP e LP pelos autores, além da questão de sua explicitação ou não, é que na primeira destas temporalidades elas não são necessariamente condizentes com os resultados das ações dos agentes, ou seja, há possibilidade de erros. O que contrasta com o já apontado sobre esta relação no LP.

Para os autores, com ênfase na exposição pigouviana, as expectativas, por meio do fator psicológico, são os determinantes das flutuações cíclicas da economia em CP. Para eles os demais fatores podem influenciar o psicológico, mas sem a ocorrência de modificações neste, representadas por ondas de otimismo ou pessimismo, não haverá a ocorrência de flutuações na economia em CP.

As expectativas, além de determinar a ocorrência das flutuações, sejam elas ascendentes ou descendentes, também as moldam, definindo se seus movimentos de subida serão resultado de um aumento da produção através da utilização da capacidade já instalada, ou da ocorrência de novos investimentos, ou ainda de ambos. O que se tem é que será isto que definirá também a forma que terá a fase de descida do ciclo, que poderá ser caracterizada por um excesso de estoques, ou por investimentos realizados perdidos, ou mesmo por ambos, respectivamente ao ocorrido na fase de ascensão do ciclo.

Tendo isto em consideração, é possível avançar mais um pouco nas respostas para as questões levantadas na introdução da dissertação, desta vez o fazendo em relação ao que foi discutido neste capítulo:

- 1) Marshall e Pigou mantêm o tratamento implícito à hipótese de racionalidade maximizadora para as expectativas no que diz respeito à discussão de LP, mas quando tratam do CP, através da problemática dos ciclos econômicos, o fazem destacando as expectativas de maneira explícita e lhe atribuindo um papel determinístico na ocorrência das flutuações econômicas próprias da temporalidade em questão;

- 2) assim, como quando da resposta dada a esta questão no capítulo 1, se indica aqui que o que segue é uma sugestão, derivada logicamente do anteriormente discutido, dado que a resposta completa pra ela exigiria um estudo bibliográfico e histórico mais profundo sobre as opções dos autores da HPE. Deste modo, este trabalho sugere que são duas as possíveis causas para o pouco dispêndio de tempo pela HPE para o estudo das expectativas na Escola de Cambridge, no que se refere aos dois autores tratados neste capítulo: a) Marshall que foi o fundador da tradição de Cambridge e que por isso foi também o autor que teve suas obras aceitas de maneira mais completa pela academia, teve nos ciclos econômicos a parte mais frágil de sua teoria – daí inclusive a atenção que seus discípulos deram a esta matéria como forma de melhorá-la –, o que impediria que maiores atenções fossem dadas à questão das expectativas em sua obra pelos autores da HPE; e, b) em relação à Pigou, a sugestão que se faz é que antes que sua obra viesse a ser aceita de maneira ampla pela academia, possibilidade que poderia vir ou não a se efetivar, em razão da intensa disputa entre os componentes da Escola de Cambridge sobre a problemática dos ciclos, surge a TG de Keynes que quebra com tradição cambridgiana e retém a atenção da academia da época e também dos historiadores econômicos em relação, entre outras coisas, as expectativas;
- 3) e, a resposta para esta questão tanto em referência a Marshall quanto a Pigou é negativa para o LP, pelas mesmas razões indicadas para o modelo homogeneizado na conclusão do primeiro capítulo, e para o CP devido os autores discutidos neste capítulo terem explicitado seu entendimentos sobre as expectativas nesta periodicidade.

3 AS EXPECTATIVAS NO PENSAMENTO DA “ESCOLA DE CAMBRIDGE”: ROBERTSON E KEYNES

Neste terceiro capítulo da dissertação, e segundo que aborda a Escola de Cambridge, se apresentará as expectativas no pensamento de Dennis Holme Robertson – último dos três autores representantes do neoclassicismo cambridgiano a serem discutidos aqui – e na visão de John Maynard Keynes contida na TG, que foi responsável por desestruturar o pensamento hegemônico de então, sendo a publicação desta obra o ponto de ruptura deste autor com o pensamento neoclássico.

Assim como em Pigou, no segundo capítulo, o estudo das expectativas no pensamento de Robertson será feito aqui através da identificação das principais características e mecanismos dos ciclos econômicos no pensamento do autor. Como já se indicou no trabalho, a problemática dos ciclos foi desenvolvida pelos autores cambridgianos posteriores a Marshall com a intenção de compreender melhor a questão do funcionamento da economia no CP e assim completar a obra deste último autor, que devotou suas maiores atenções ao LP. O caminho que Robertson seguiu para isto o levou a apontar para uma direção diferente daquela presente em Pigou e em Marshall sobre a questão, para ele seria nos fatores reais onde se deveria buscar a resposta para a determinação das flutuações econômicas.

Em direção diferente da que foi seguida para o estudo das expectativas em Pigou e Robertson, quando da análise de Keynes não se iniciará por sua discussão sobre os ciclos econômicos, na realidade esta será secundária na apresentação do pensamento do autor. Devido à TG ter representado uma ruptura no pensamento de então, será necessário descrever, mesmo que de maneira resumida, o funcionamento do modelo nela construído, o que terá a intenção de subsidiar o entendimento das expectativas em seu interior. Os ciclos econômicos para Keynes apenas serão apresentados de maneira simples, seguindo os breves apontamentos feitos pelo autor na própria TG, o que será suficiente para entender como esta discussão se adequou aos termos da nova teoria fundada então.

A TG, dado seu tom crítico à teoria neoclássica da época, gerou grande debate em torno de si desde seu lançamento até a contemporaneidade. Neste trabalho a controvérsia em torno das ideias de Keynes na TG não será discutida, por não contribuir para seu objetivo. Desta forma, com a intenção de evitar assumir qualquer das perspectivas existentes sobre seu pensamento,

se restringirá a discussão às indicações feitas por ele, sem conjecturar sobre suas aplicações em modelos alternativos ao seu ou sobre sua adaptação à “realidade”. Do mesmo modo que se procedeu para os demais autores, a apresentação se aterá ao modelo de Keynes, aceitando-se suas hipóteses e respectivos desdobramentos como verdadeiros para aquilo e somente aquilo que o autor pretendia afirmar – este apontamento apenas foi feito aqui, em razão do teor polêmico que a TG possui no interior da economia.

A relação contributiva que existiu entre os dois autores tratados neste capítulo – mesmo que de importância tal que resultou, ainda que não assinados por ambos, nos principais trabalhos de Robertson, inclusive o que terá papel central na análise deste autor neste capítulo “*Banking Policy and the Price Level*” e em grande influência deste último autor sobre Keynes (PRESLEY, 1978, pp. 3 e 5) – não é o motivo para o enquadramento de ambos aqui. Esta poderia ser a justificativa para trabalhá-los em um mesmo capítulo, caso a análise a ser feita sobre Keynes fosse mais ampla e englobasse seus trabalhos pretéritos à TG, quando o autor tinha seu pensamento mais próximo do neoclassicismo cambridgiano, mas não será esta a situação. Assim, as razões para eles serem aqui tratados conjuntamente são: 1) mesmo que Robertson tenha o objetivo de discutir os ciclos econômicos, movimentos restritos ao CP, e Keynes na TG tente construir um modelo que englobe tanto fenômenos de CP, quanto de LP, ambos observam que serão elementos reais os determinantes iniciais dos movimentos econômicos, mais especificamente, para o primeiro dos autores apenas os fatores reais podem ocasionar flutuações econômicas, para o segundo será o nível de atividade econômica de uma economia, expresso pela renda monetária, que influenciará primeiramente os demais fatores do sistema de modo a determinar os resultados de CP e LP; e, 2) a possibilidade fazer a discussão sobre o financiamento dos investimentos de ambos conjuntamente, dado que suas críticas mútuas neste sentido permitem observar os limites de suas análises sobre a questão.

O objetivo deste capítulo será através da apresentação das expectativas nos pensamentos de Robertson e Keynes, criar os subsídios finais para, em conjunto com os apontamentos feitos nos dois primeiros capítulos, conseguir responder as questões levantadas na introdução desta dissertação. Deste modo, aqui se buscará, por meio do exame dos autores, primeiramente para Robertson verificar se as expectativas foram ou não abordadas por ele; se sim, se procurará apresentar de acordo com seu pensamento algo que explique a HPE ter despendido poucos esforços em sua investigação; e, em caso negativo, apontar se o modelo do autor teve sua análise prejudicada pela falta de tratamento das expectativas. Em segundo lugar, dado o saber

generalizado e já apontado no trabalho sobre o evidente tratamento das expectativas por Keynes, cabe responder se há na TG algo no exame das expectativas que justifique seu tratamento diferenciado pela HPE ou se este é derivado de outros motivos.

Assim, com o propósito de esclarecer as questões indicadas no parágrafo anterior sobre Robertson e Keynes, na próxima seção se discutirá resumidamente o modelo robertsoniano dos ciclos econômicos e a forma que as expectativas se manifestam nele; depois, será feita a apresentação do modelo keynesiano, indicando seus principais encadeamentos, que permitem o entendimento das expectativas em seu interior; posteriormente, indica-se brevemente como a discussão dos ciclos econômicos se apresenta na TG e como as expectativas com ela se relacionam; na quarta seção, realiza-se uma breve discussão sobre o financiamento dos investimentos no pensamento dos dois autores, tentando-se indicar a relação entre este mecanismo e as expectativas; finalmente, as considerações finais do capítulo são realizadas ressaltando os apontamentos feitos no capítulo que ajudam a responder as questões da introdução deste trabalho.

3.1 OS CICLOS ECONÔMICOS NA ANÁLISE ROBERTSONIANA E AS EXPECTATIVAS

Robertson foi um autodesignado seguidor de Marshall e como indica Anyadike Danes (2008) seus estudos tiveram seu centro de atenção nos ciclos econômicos, por serem estes a parte da teoria marshalliana menos aprofundada. Para Robertson (1926, p. 06) a manifestação mais evidente dos ciclos é o movimento “quase-rítmico” dos níveis de preços, lucros e emprego. E a importância de seu estudo para ele era conseguir explicar as conseqüentes e também “quase-rítmicas” modificações ocorridas na renda da economia.

“Por flutuação industrial, então, eu entendo a alegada ocorrência alternativa de períodos de expansão industrial e de depressão industrial” (ROBERTSON, [1915] 1948, p. 02 *apud* MEYRELLES FILHO, 2012, p. 05, tradução minha). Esta sentença resume como Robertson entendia as ocorrências cíclicas da economia, que para ele eram movimentos naturais do sistema econômico capitalista, que possui a capacidade de por meio de seu inerente mecanismo de mercado se auto ajustar (Robertson, 1926, Cap. II): “Parece não haver razão para duvidar que, de tais formas, cada período de expansão traz em si as sementes de sua

própria dissolução.” (ROBERTSON, [1915]1948, p. 165 *apud* MEYRELLES FILHO, 2012, p. 08, tradução minha).

De antemão cabe destacar três aspectos dos ciclos em Robertson (1927, pp. 07-08):

- a) a produção agrícola pode afetar o ritmo industrial, mas devido às causas de suas flutuações serem relativas a fenômenos que fogem ao controle do homem, o autor concentra a atenção de sua análise nos eventos relacionados à indústria;
- b) durante as flutuações declinantes a produção de bens de capital diminui abaixo do nível alcançado nas flutuações ascendentes, mas o comportamento da produção dos bens de consumo se apresenta de maneira diversa, podendo manter-se no nível alcançado no decorrer da fase ascendente, ou ainda continuar aumentando. Com isso pode-se dizer que o problema, nas fases depressivas, ocorre de modo mais acentuado nas indústrias produtoras de bens de capital, que nas de bens de consumo;
- c) e, que nas fases extremas das flutuações há uma tendência de refluxo da produção na direção inversa a que se verificava, ou seja, no pico das fases ascendentes o crescimento da produção tende a cessar e no ponto mais baixo das etapas recessivas a produção deve voltar a crescer.

Tal como Anyadike Danes (2008) indica, as formas de Robertson abordar os problemas cíclicos o levaram a construir quatro arranjos econômicos diferentes, onde a forma de organização da produção e dos mercados são os determinantes⁶⁵: a produção poderia ser feita de maneira cooperativa ou não-cooperativa, onde no primeiro caso as decisões, ações e resultados teriam caráter coletivo, e no segundo se observaria a diferença entre as funções dos empregadores (*rich employing class*) e dos empregados (*poor wage-earner*); os mercados, por sua vez, poderiam se organizar através do escambo ou da utilização da moeda como meio de pagamento, tendo sua oferta controlada por uma autoridade central. Como se observa em Robertson (1926) este modo de abordar os problemas tinha a intenção de permitir a visualização da problemática em sua total complexidade, dado que algumas características são melhores abordadas com um ou outro modelo.

⁶⁵ Como se observará em seguida estes dois elementos, com suas peculiaridades específicas em cada caso, são combinados para que se tenha o funcionamento do modelo. Assim, a intenção do autor era destacar as características inerentes à produção e ao intercâmbio de seu resultado de maneira separada e em níveis de complexidade diferenciados.

O modelo inicial, construído por Robertson (1926, pp. 07-08), tem suas indústrias organizadas cooperativamente e o mercado efetuando as trocas por meio do escambo. Assim, as indústrias são associações de produtores individuais, que tomam decisões de modo coletivo e são possuidores de seus próprios instrumentos de produção, indiferenciados tecnologicamente. Assume-se também a não mobilidade dos produtores entre as diversas indústrias existentes, que nesta simplificação são separadas apenas nas qualidades de produtoras de bens de consumo e bens de capital, que intercambiam entre si. Neste modelo, como sugere Anyadike Danes (2008), seria a diferença entre o tempo de produção e destruição (consumo completo) dos bens de capital, dada sua durabilidade, que provocariam as flutuações cíclicas no produto da economia. Em outras palavras, devido à necessidade de um maior tempo para o consumo completo de um bem de capital, que para sua produção, tem-se a ocorrência de um descompasso entre a oferta e a demanda por eles, o que geraria as flutuações econômicas próprias dos ciclos.

Tendo a indicação precedente em consideração é possível afirmar que os ciclos em Robertson têm sua origem em fatores reais. E unindo o apontamento de Anyadike Danes (2008) com o enunciado no “aspecto b)” acima, pode-se asseverar que nas fases descendentes dos ciclos o comportamento distinto verificado na produção dos bens de consumo e de capital é devido à natureza destes últimos, não consumíveis na mesma velocidade em que são produzidos. Ou seja, nos momentos de flutuações declinantes a produção destes bens desacelera, como resultado de um movimento na demanda no mesmo sentido, ocasionado pelo processo de destruição dos bens de capital ainda não ter sido completado.

Verificada a relação dos fatores reais com a natureza dos ciclos cabe indicar que, tal como sugere Meyrelles Filho (2012, p. 05), na análise robertsoniana os fatores monetários e psicológicos apenas teriam a capacidade de influenciar nas flutuações, mas não de causá-las: “Fatores monetários e/ou psicológicos seriam capazes de exacerbar os movimentos expansivos e agravar as depressões econômicas, porém impotentes no sentido de gerarem por si próprios tais movimentos.”

Assim, aqueles movimentos quase-rítmicos entre preços, lucros e emprego indicados são resultantes, ainda de acordo com o modelo inicial, do comportamento cíclico natural da produção dos bens de capital, resultante de sua não contínua demanda, que por sua vez flutua devido o caráter durável dos bens em questão. De acordo com Robertson (1926, pp. 09-18) há

três possíveis motivos que poderiam incentivar racionalmente uma alteração na escala produtiva de uma indústria:

- a) uma alteração em seu custo real. No caso de redução a produção aumentará, em caso contrário, diminuirá. Segundo o autor, a produção tende a apresentar, com maior ou menor intensidade, este movimento para todas as indústrias de acordo com as fases cíclicas, ou seja, sua ocorrência é sistêmica;
- b) um aumento no desejo de uma indústria qualquer em adquirir os bens de outras, o que a levará a aumentar sua produção, com o intuito de criar condições para a realização de sua demanda. Aqui o importante é o impacto que isto tem sobre a produção de bens de capital, dado que mudanças no gosto ou moda referentes aos bens de consumo não teriam capacidade de influenciar deterministicamente nos ciclos econômicos.

É interessante assinalar uma relação entre isto e o designado no “motivo a)”, caso haja uma diminuição do custo real de uma indústria, sua influência sobre a atividade econômica se fará sentir mais de maneira indireta, por meio do impacto que causará no desejo de outras indústrias por seus bens, do que diretamente pelo aumento de sua produção. Isto se tornando definidor para a questão dos ciclos quando se trata de bens de capital.

Outra colocação a se fazer sobre este ponto é que o fator psicológico, impulsionador do desejo de uma indústria pelos bens de outra(s), não é capaz de gerar as flutuações, mas apenas de influenciá-las, como destacado anteriormente. E, com isso, é possível adiantar que as expectativas em Robertson, através do fator psicológico, são capazes de influenciar os ciclos econômicos, mas não de provocá-los. Dado que elas são o resultado de modificações reais na economia e não sua causa, podendo assim impulsionar ou atenuar os movimentos, mas se limitando a isto.

- c) e, uma alteração no preço da demanda real por seus produtos, ou seja, na demanda das outras indústrias por seus bens, ou ainda, na taxa que outras indústrias estão dispostas a trocar sua produção pela da primeira. Onde esta alteração será significativa a depender da relação de elasticidade da demanda.

O que se pode observar é que os três motivos capazes de estimular o aumento da produção são pertencentes à esfera real da economia. É importante ter em consideração que estes motivos ocasionariam movimentos cíclicos ascendentes da economia quando sua influência resultasse direta ou indiretamente em aumento da produção de bens de capital. Mas este incremento

produtivo, consequência da elevação do nível de investimentos, pode se fazer de forma excessiva, ocasionando o fim da fase ascendente e inaugurando o momento depressivo do ciclo. “[...] a explicação crucial para as crises, segundo a teoria robertsoniana, seria o advento de um estado de sobreinvestimento na economia durante as fases expansivas e que conduziria a uma queda acentuada na demanda por bens de capital.” (MEYRELLES FILHO, 2012, p. 08).

Desta forma, o modelo simplificado discutido permite evidenciar as causas que levam a economia a possuir movimentos cíclicos e a identificar que estes fazem parte da sua natureza, sem que para isto seja necessário incluir o fator monetário ou o psicológico. Isto foi possível devido à preponderância dos fatores reais na análise robertsoniana frente aos monetários e psicológicos, que somente são capazes de influenciar as flutuações, mas não de determiná-las.

No segundo modelo construído por Robertson (1926, pp. 19-24) as indústrias são organizadas não-cooperativamente e as transações no mercado se realizam através do uso da moeda⁶⁶. A não-cooperação no processo produtivo implica uma divisão de funções onde os empregadores são os responsáveis pela tomada de decisões e os empregados da realização das funções que lhe forem atribuídas, derivando daí a existência de interesses diferentes⁶⁷ entre os dois grupos envolvidos – os primeiros teriam a intenção de aumentar a produção em momentos de ciclos ascendentes e diminuí-la em descendentes, enquanto os segundos não (ANYADIKE DANES, 2008). Assume-se também que há apenas duas mercadorias no mercado, que serão trocadas entre si por meio da moeda. Esta, por seu turno, será inconvertível e terá sua oferta controlada por uma autoridade central, que utiliza empréstimos como forma de intervenção direta, regulada pela taxa de juros. Os indivíduos apenas têm a capacidade de alterar o tamanho de seus depósitos bancários individuais, mas não influenciam em seu agregado (1926, pp. 52-53).

⁶⁶ Os motivos e a rota a ser seguida para se alcançar a solução do sistema são diferentes da observada no modelo simplificado, mas o resultado a ser obtido em ambos é o mesmo (ROBERTSON, 1926, p. 23), ainda que, de acordo com Anyadike Danes (2008), as flutuações sejam mais agudas no esquema não-cooperativo, possuidor de moeda. Para este autor as causas disto estariam na existência de divergência nos interesses dos agentes.

⁶⁷ Sobre isto Robertson (1926, pp. 19-21) indica: a) possuem elasticidade da demanda diversa; b) modificações nos custos e/ou técnicas de produção são de interesse direto apenas dos empregadores, os empregados se beneficiam indiretamente, através da baixa dos preços; e, c) o comportamento do sistema monetário em fases de ciclos – reduzindo custos em fases ascendentes e aumentando-os nas descendentes – faz os empregadores agirem em suas “políticas de produção” como se estivesse havendo uma modificação na distribuição de renda, quando está ocorrendo uma mudança real nos custos de produção.

Como já indicado, os fatores monetário e psicológico teriam o papel de influenciar, possivelmente aprofundando, as flutuações cíclicas em Robertson, mas as causas determinantes destas sempre ocorreriam a partir de elementos reais. Assim, por exemplo, refazendo uma discussão previamente estabelecida, mas sob a perspectiva do segundo modelo, tem-se que em um primeiro momento a diminuição dos custos reais de produção de uma indústria de bens de capital qualquer, *coeteris paribus*, ocasionaria o aumento de sua produção. Este, por seu turno, provocaria uma diminuição nos preços destes bens, o que estimularia sua demanda, por aumentar o desejo das outras indústrias por eles. Em um segundo momento, como consequência do aumento da demanda por moeda, necessário para a realização dos investimentos que permitiram o crescimento da produção, os preços se elevarão, estimulando ainda mais os investimentos da indústria em questão e das demais, e assim por diante. Aqui é possível observar os fatores reais, monetários e psicológicos tendo participação na ocorrência dos ciclos, o primeiro na diminuição dos custos; o segundo pelo impacto desta diminuição e aumento dos preços; e, o terceiro como consequência do último aumentando o desejo dos agentes. Iniciados os ciclos o fator monetário contribuirá por meio do crédito e da poupança forçada⁶⁸; e, o fator psicológico, por seu lado, fará com que as expectativas acompanhem o ritmo dos negócios, em fases ascendentes as estimulando e em depressivas as retraindo.

No que se refere ao fator monetário é importante notar ainda que para Robertson há necessidade de acumulação prévia de recursos para que os investimentos tenham viabilidade nas fases ascendentes. Bem como indica Meyrelles Filho (2012, p. 11, grifo do autor) “Se esses recursos reais não fossem acumulados *ex-ante*, seria fisicamente impossível realizar os investimentos.” Esta indicação é alusiva do conceito de *lacking* desenvolvido pelo autor (ROBERTSON, 1926, pp. 40-41), que transmite a ideia de que os recursos excedentes ao consumo dos agentes não resultam nem de uma *espera* por consumo futuro⁶⁹ – o que é uma concepção diversa e diretamente confrontante com a marshalliana –, nem de *abstinência* do consumo⁷⁰ – o que ataca a ideia clássica de poupança –, mas apenas de um consumo abaixo da renda disponível. Nas palavras de Meyrelles Filho e Arthmar (2014, p. 254, grifo dos autores) “[...] um indivíduo estaria poupando (*lacking*) se, durante dado intervalo, consumisse

⁶⁸ O termo será apresentado na seção sobre o financiamentos de investimentos e expectativas.

⁶⁹ Robertson (1926, pp. 50-51) rejeita este conceito marshalliano por observar que o sistema monetário está capacitado a através de *Automatic Stinting* a gerar crédito sem a necessidade qualquer *espera* prévia.

⁷⁰ O que faz o autor rejeitar este conceito é sua composição ser baseada em um componente moral.

menos que o valor do seu produto corrente.” Sendo a soma das coisas que resultaram de *lacking* passada o estoque de capital do presente.

Assim, o capital fixo⁷¹ da sociedade seria formado pelo *Spontaneous Long Lacking* das empresas e indivíduos; e, o capital circulante pelo *Spontaneous Short Lacking*, pela transformação de *Spontaneous New Hoarding* em *Applied Lacking* e através de *Imposed Lacking* sobre os indivíduos (ROBERTSON, 1926, p. 50). O capital fixo se refere aos recursos que manterão a economia funcionando em LP e o circulante aos que o fazem em CP. As dificuldades se apresentam para garantir que nesta última temporalidade eles estejam disponíveis em quantidade e velocidade necessários.

Para Robertson (1926, p. 54-57) o papel do sistema bancário é o de fornecer recursos para que a atividade econômica se faça sem contratempos, o que é possível de realizar em LP, pois nesta temporalidade a oferta de *lacking* se faz de maneira espontânea, deixando a atividade bancária de ser essencial para o alcance do equilíbrio entre sua demanda e oferta (1926, p. 86). Em CP, por outro lado, o fornecimento de Capital Circulante na devida medida, para corrigir os desajustes nos preços gerados pelos movimentos cíclicos não consegue ser feito em tempo hábil. Assim, para o autor, estes desajustes monetários em CP são o resultado da inadequada velocidade da circulação do dinheiro, que impede que ele esteja disponível para os agentes que dele necessitam de maneira imediata.

Ocorrendo um fator real que impulse uma flutuação se terá um aumento da demanda por *Short Lacking*, mas sua oferta, em geral, não será suficientemente elástica para cobrir este aumento inesperado de sua demanda. É aqui que entra o setor monetário em CP, tendo a tarefa de disponibilizar os recursos para cobrir esta diferença entre a oferta e demanda por *Lacking*, de maneira a garantir a estabilidade nos preços. Para isto utiliza-se de seus instrumentos, que são: a) a taxa de juros; b) os títulos do governo; e, c) o controle restritivo sobre a oferta de novos empréstimos em dinheiro (ROBERTSON, 1926, pp. 70-77).

Todas as possíveis modificações na demanda por moeda em CP ou em LP no modelo tratado se relacionam com o fator psicológico, a diferença nas duas temporalidades é a capacidade de previsão pela autoridade monetária, que lhe permite ou não a ajustar com velocidade

⁷¹ Sobre os tipos de capital na análise robertsoniana veja-se Meyrelles Filho (2012, pp. 13-14).

suficiente a demanda e a oferta por *lacking*. A relação causal entre o fator monetário e o psicológico se dá em etapas diferentes e consecutivas em direções diversas, voltando ao exemplo: 1) *fator psicológico determinando o monetário*: a redução nos custos reais de produção apenas promoverá um aumento na escala produtiva, se as expectativas dos empresários forem positivas quanto às elasticidades de seus produtos, que lhes permitirão vendê-los e assim obter os lucros almejados. Serão então as expectativas, no caso de serem positivas, que levarão ao aumento da demanda por capital circulante para elevar a produção; 2) *fator monetário determinando o psicológico*: o aumento da demanda por capital circulante promoverá uma tendência nos preços oposta à provocada pelo incremento da produção, ou seja, a sua alta. Isto fará as expectativas dos empresários motivarem-se mais ainda. Haverá uma relação cumulativa entre os fatores até que o ciclo ascendente se reverta, ou seja, as expectativas levarão os empresários a demandar mais moeda e esta alimentará o estado psicológico coletivo de maneira positiva até que, por fim, a fase descendente aconteça. Neste momento o que se observará será o contrário: o pessimismo desencorajando a demanda por capital circulante e os preços em queda aprofundando a depressão da psique coletiva.

Assim, para finalizar, pode-se se indicar que o papel das expectativas no modelo robertsoniano é o de influenciar na direção e aprofundamento dos ciclos econômicos, em conjunto com o fator monetário. E é esta influência que leva o sistema à fase depressiva, dado que em algum momento se perceberá que de maneira agregada se caminhou para uma situação de sobreinvestimento, devido ao exagero das expectativas positivas dos agentes. Neste ponto as expectativas iniciam a influenciar na direção contrária, ou seja, antes estimulavam a economia ao crescimento, mesmo que modo excessivo, agora a estagnam.

Mas o apontado sobre as expectativas é diverso quando se trata de LP, ou seja, a relação de causalidade cumulativa do fator psicológico com o monetário deixa de existir quando não se trata dos ciclos econômicos e as ações dos agentes passam a ter seus resultados previsíveis, ou seja, nesta periodicidade as expectativas se confirmarão. Isto significa dizer que a incerteza é reduzível ao risco e este é coberto pelo setor bancário, que em caso de uma possível insustentabilidade do investimento efetuado ainda no momento cíclico, evitará as perdas provendo o setor produtivo com novos empréstimos, que serão financiados por *Imposed Lacking* para o público em geral, até que ocorra o ajustamento necessário (ROBERTSON, 1926, p. 88).

3.2 O PAPEL DAS EXPECTATIVAS NO PENSAMENTO NA TEORIA GERAL

Keynes ao publicar a TG, como já mencionado, rompe com a tradição cambridgiana a qual fazia parte até então. Nesta obra o autor construiu um modelo em nível agregado onde postulou sua teoria do equilíbrio com desemprego, que, segundo ele, representava o caso geral encontrado na economia, sendo então a tese de sua antiga escola do equilíbrio com pleno emprego, apenas um caso especial. “Na verdade, advertia Keynes, o equilíbrio com pleno emprego seria pouco provável, constituindo-se apenas uma das inúmeras situações às quais estariam sujeitas as economias capitalistas.” (MEYRELLES FILHO; ARTHMAR, 2014, p. 262) Tendo esta ruptura teórica em consideração será necessário descrever o modelo keynesiano, mesmo que de maneira simplificada, para possibilitar o entendimento do papel das expectativas em seu interior.

Um fator essencial na distinção do pensamento de Keynes em relação ao que ele chamou de clássico – neste se enquadram, entre outros, os autores que foram discutidos nas seções anteriores deste capítulo e do anterior⁷² – é sua concepção de incerteza, que é proveniente de sua noção probabilística dos eventos. Segundo Camargos (2006, pp. 16-24) os eventos probabilísticos seriam para Keynes: a) subjetivos, ou seja, resultantes do conhecimento ou crença dos indivíduos; e, b) não mensuráveis. É esta segunda característica a determinante da forma que a incerteza possui na abordagem do autor. Nela é a não possibilidade de mensuração das estimativas dos agentes que faz com que suas ações sejam exercidas em um ambiente de incerteza, que não pode ser reduzida ao risco.

Esta incapacidade de mensuração implica que os agentes keynesianos não conseguem analisar os dados do problema de maneira completa, o que é o mesmo que dizer que eles possuem incerteza. Tendo isto em consideração é possível desdobrar às relações que justificam a incerteza em dois planos distintos: a) no epistêmico, devido à incapacidade de processamento de todas as informações disponíveis no presente pelos agentes, que indica que eles não são possuidores de uma racionalidade perfeita. “[...] relaciona a incerteza keynesiana a uma questão epistêmica: existe incerteza porque não podemos apreender além de certo limite.” (LAWSON, 1988 *apud* CAMARGOS, 2006, p. 23); e, b) no ontológico, por causa da não

⁷² Na análise de Marshall, Pigou e Robertson a incerteza é um fator reduzível ao risco, ou seja, ela é mensurável. E é isto que permite a seus modelos alcançarem em LP o equilíbrio estável com pleno emprego e em CP terem os movimentos cíclicos partindo de uma posição inicial de repouso e rumando para um novo ponto de equilíbrio – ainda que em alguns casos se admita, como o fez Marshall, que este dificilmente será alcançado em CP.

possibilidade de previsão dos resultados das ações tomadas no presente até que elas se finalizem no futuro, o que leva “[...] a reconhecer outra forma – ontológica – de conceber a incerteza: ‘ela surge porque não podemos conhecer os elementos do mundo, os quais, num sentido, ainda não foram criados’” (ROTHEIM, 1995, p. 161 *apud*, CAMARGOS, 2006, p. 23).

A forma que a incerteza keynesiana possui condicionará completamente o funcionamento do modelo do autor – como se verá posteriormente quando da explicitação de seu funcionamento –, mas será por meio de sua relação com as expectativas, que sua influencia se transmitirá para os demais mecanismos do sistema.

Com isso, pode-se dizer tendo em consideração o já indicado, que as expectativas são formadas em um ambiente de incerteza tanto sobre o presente, quanto sobre o futuro⁷³. O que indica que o tempo é um elemento importante na análise keynesiana e em relação a ele pode-se separar as expectativas em duas categorias: a) as de CP, que são referentes à tomada de decisão dos agentes sobre a produção do presente, que se relacionam com os retornos dos investimentos realizados no passado a serem auferidos monetariamente no período vigente; e, b) as de LP, que são concernentes à produção futura, ou seja, aos investimentos, que devem ser realizados no presente, mas que apenas terão retorno monetário no futuro. As expectativas de LP influenciam nas de CP apenas quando seus resultados produtivos estão completos, ou seja, as expectativas de LP do passado, que provocaram investimentos e que por isso alteraram a quantidade de emprego atual, impactarão as de CP no presente. De modo inverso, as expectativas de LP são afetadas pelas de CP, na medida em que estas podem alterar diariamente o volume de emprego, o que influencia em como os agentes esperam o futuro. (KEYNES, 1996, pp. 77-79)

Isto deixa explícito que os resultados da tomada de decisão realizada no passado influenciam diretamente na formação das expectativas dos agentes no presente, ou ainda, que as consequências da tomada de decisão no presente influenciarão as futuras expectativas. Mas cabe destacar, com a intenção de evitar confusões, que as expectativas passadas não possuem importância para a determinação das expectativas futuras, apenas seus resultados concretos é

⁷³ Cabe destacar ainda que a visualização da realidade pelos agentes é feita de uma perspectiva subjetiva, o que influencia determinadamente em suas expectativas – isto é resultado da primeira característica da noção de probabilidade de Keynes destacada anteriormente.

que são considerados. Desta forma, as expectativas sobre o futuro serão determinadas pela influência das condições materiais presentes em conjunto com as previsões dos empresários sobre a economia no período vindouro (KEYNES, 1996, p. 78). Mas as rotas que a economia poderá traçar, a partir das ações executadas pelos agentes, não estão predeterminadas e mesmo quando uma ação é realizada no presente, o seu resultado no futuro não pode ser tido como certo, pois outras serão realizadas no hiato temporal que separa as duas temporalidades.

A importância das expectativas na análise de Keynes está no fato de serem elas o elemento determinante do volume de emprego agregado de economia, “[...] o volume de emprego em um momento qualquer depende, em certo sentido, não apenas do estado atual das expectativas, mas também de todos os estados de expectativa que existiram no curso de certo período anterior” (KEYNES, 1996, p. 80). O trecho citado deve ser tido em consideração às expectativas já realizadas, como no parágrafo anterior se indicou, de outro modo elas não afetariam o volume de emprego presente. Ou seja, como o autor aponta de maneira resumida, o volume do emprego do presente é o resultado das expectativas atuais em conjunto com o equipamento produtivo existente instalado.

Devido às expectativas serem incertas os agentes keynesianos não despendem automaticamente todos os seus ganhos monetários em gastos correntes ou futuros como função do consumo, como acontecia na análise econômica da escola neoclássica. A incerteza sobre o porvir faz com que estes agentes possam preferir manter parte de seus ativos líquidos, ou seja, que tenham alguma *preferência pela liquidez*, que variará de acordo com suas expectativas. Para Keynes há três motivos para os agentes econômicos demandarem moeda:

As três divisões que acabamos de distinguir na preferência pela liquidez podem ser definidas pelos motivos que as governam: (i) o motivo transação, isto é, a necessidade de moeda para as operações correntes de trocas pessoais e comerciais; (ii) o motivo precaução, ou seja, o desejo de segurança com relação ao equivalente do valor monetário futuro de certa parte dos recursos totais; e (iii) o motivo especulação, isto é, o propósito de obter lucros por saber melhor que o mercado o que trará o futuro. (KEYNES, 1996, pp. 176-177)

A preferência pela liquidez de uma economia é a quantidade de recursos que os agentes desejam manter em forma de moeda e é sua medida, em conjunto com a oferta de moeda, que determinará a taxa de juros prevalecente. Pois esta não é “[...] um rendimento da poupança ou da espera como tal. [Mas] Pelo contrário [...] ela é a recompensa da renúncia à liquidez por um período determinado” (KEYNES, 1996, p. 174). *Coeteris paribus*, a relação entre taxa de

juros e a preferência pela liquidez se dá inversamente, isto é, quanto maior for a primeira, menor será a segunda e vice-versa.

Mas há um terceiro conceito, além da preferência pela liquidez e da taxa de juros, que precisa ser apresentado para que se possa compreender a relação completa que subsidia a tomada de decisão dos agentes, o de eficiência marginal do capital, que pode ser descrito como: “A relação entre a renda esperada de um bem de capital e seu preço de oferta ou custo de reposição, isto é, a relação entre a renda esperada de uma unidade adicional daquele tipo de capital e seu custo de produção, dá-nos a *eficiência marginal do capital* desse tipo.” (KEYNES, 1996, p. 149, grifo do autor). Onde nota-se que a eficiência marginal do capital é tanto resultado de fatores concretos, quanto expectativas.

Deste modo, tendo em consideração o CP, os empresários em função da incerteza quando da formação de suas expectativas compararão as taxas de retorno pagas pela taxa de juros e a eficiência marginal do capital. Enquanto a segunda for maior que a primeira os investimentos ocorrerão, quando ambas forem idênticas, ou ainda, quando a primeira for maior que a segunda, os investimentos diminuirão até cessarem, dada a insegurança quanto a seu retorno. Destarte, o movimento ascendente na taxa de investimento da economia no CP continuará se observando até que a eficiência marginal do capital se iguale a taxa de juros. Isso acontece devido ao efeito do aumento do investimento ser a diminuição da eficiência marginal do capital, já que um aumento da demanda por fundos para serem investidos aumentará a taxa de juros, o que acarreta na diminuição da diferença entre eficiência marginal do capital e taxa de juros.

No curto prazo, o aumento da demanda por capital faz com que seu preço de oferta aumente (TG, p.115 e 116), para expectativas de receitas constantes. [...] O equilíbrio de curto prazo se dá quando a eficiência marginal do capital se torna igual à taxa de juros; neste caso, o fluxo de capital novo se anula. O fluxo de investimento é positivo quando o preço de demanda é superior ao preço de oferta, ou seja, quando a eficiência marginal do capital é superior à taxa de juro. (HERSCOVICI, 2008, p. 08)

Mas é importante frisar que quanto maior a incerteza, maior será a taxa de juros, que é o prêmio pago ao agente para ele se desfazer de sua liquidez. O resultado óbvio desta relação é que em momentos de economia conturbada haverá um incentivo para os agentes alocarem sua liquidez em títulos que paguem juros, o que implica em uma menor taxa de investimento, ou seja, é o inverso da relação apresentada anteriormente. Em conjunto com isto se verificará que

os agentes também tenderão a não abrir mão de sua liquidez, devido ao motivo precaução, o que provocará conjuntamente com a baixa taxa de investimentos uma estagnação econômica.

A observação do movimento, explicitado acima, entre eficácia marginal do capital e taxa de juros, apresenta diferenças quando de uma análise de LP. Por exemplo, suponha-se que num período qualquer as expectativas de LP dos empresários eram de um retorno determinado, este poderá ser alcançado ou divergir do esperado, pois mesmo a avaliação da eficiência marginal do capital pode ter seu valor alterado no LP, devido à incorporação futura de um novo capital mais eficiente à economia ou através do aumento da taxa de juros. Assim, os movimentos econômicos ocorridos no hiato temporal que separa o curto do longo prazo podem modificar o resultado esperado pelas previsões feitas no passado pelos empresários. “No longo prazo [...] o investimento antigo entrará em concorrência com o novo, este último permitindo produzir a preços menores (TG, p. 119). Assim, haverá uma diminuição da eficiência marginal do capital e das expectativas de receitas.” (HERSCOVICI, 2008, pp. 08-09).

Destarte, após os apontamentos feitos, cabe observar seus desdobramentos para o entendimento da economia global, ou seja, como o sistema keynesiano tem seu fechamento através das relações entre a Oferta Agregada (OA), a Demanda Agregada (DA) e a Demanda Efetiva (DE).

A OA é o resultado econômico das expectativas dos empresários, ou seja, o investimento realizado de acordo com as expectativas de LP e com os estoques de capital existentes em um dado momento. Estes estoques de capital, por sua vez, são o resultado de outra decisão de investimento feita em um período passado. Herscovici (2008, p. 02) explicita que: “A função de oferta agregada é definida a partir da seguinte relação: $Z = \Phi(N)$, N representando o volume do emprego; esta função de oferta agregada corresponde a todas as possibilidades de lucro esperado em função da quantidade de trabalho empregada.” Assim, a partir de suas expectativas os empresários definirão o quanto investirão e esse montante de investimento determinará, por sua vez, a quantidade de trabalho utilizada na economia em um dado momento.

A DA, por sua vez, é o que os empresários expectam obter como retorno dos seus investimentos, que para o funcionamento pleno da economia precisa ser igual à OA realizada pelos empresários. Como aponta Herscovici (2008, p. 02): “A demanda agregada representa o

‘produto que os empresários esperam receber do emprego de N homens’ (TG, p. 38) e pode ser representada pela seguinte função: $D = f(N)$.”

Com isso, pode-se observar que a DA no momento presente é o resultado esperado pelas expectativas de LP passada dos empresários, ou seja, é o retorno monetário esperado no momento passado que fez com que investimento fosse realizado naquele período. Se efetivada a DA pode-se dizer que se tem um resultado de pleno emprego de LP no momento presente, o que não significa que este será constante em todos os períodos do tempo, mas apenas que em uma situação particular ele se realizou.

A DE é o que de fato foi consumido pela economia no momento presente, ou seja, é o retorno monetário real verificado pelos empresários. Keynes aponta que em apenas um caso específico esta se iguala a DA, é o caso do pleno emprego dos fatores de produção, em geral aquela difere desta, o que gera um hiato entre OA e DA. Este resultado diferente do esperado pelos empresários modificará suas expectativas de LP, isso é de suma importância para o entendimento da teoria keynesiana, pois, como aponta Setterfield (1999, p. 04), é mais importante para análise econômica os desdobramentos que se verificarão sobre as expectativas, do que se houve ou não igualdade entre a DE e a DA. É interessante observar ainda que isto só ocorrerá quando o resultado divergente for global, o caso específico de um resultado divergente de um empresário não é suficiente para alterar as expectativas globais do sistema econômico.

Com a determinação da DE pode-se observar que ela, na análise keynesiana, é o mecanismo responsável pela transmissão dos resultados do mundo econômico para as expectativas dos agentes, se ela for convergente com as expectativas passadas dos empresários, então se terá uma DA passada igual à DE presente e conseqüentemente se observará um produto de pleno emprego ou um produto de LP, este é o caso que Keynes atribui à economia “clássica”. Para o autor o que se verifica com frequência na economia é um resultado divergente entre os valores das duas, o que altera as expectativas de LP dos empresários. A ação destes, quando da modificação de suas expectativas, resultará em um nível de investimento distinto daquele que se observaria no caso da convergência de suas expectativas com os resultados, e esse novo nível de investimento realizado alterará o produto futuro, mas não se pode afirmar qual será o grau dessa mudança, pois o espaço temporal futuro pode conter novas divergências ou convergências entre produto esperado e produto realizado.

Com o explicitado acima se pode perceber que as expectativas têm um papel central na teoria de Keynes, serão elas que determinarão, condicionadas pelo nível de incerteza presente na economia, o funcionamento e os resultados do sistema tanto em curto, quanto em longo prazo.

3.3 OS CICLOS ECONÔMICOS DE ACORDO COM A TEORIA GERAL

Keynes (1996) no capítulo 22 da TG faz breves apontamentos sobre os ciclos econômicos em uma visão alinhada com a construção feita na TG. É sobre isto que esta seção tratará. Já de início o autor sugere que todas as questões por ele discutidas durante a TG são importantes para a discussão dos ciclos, mas indica que teriam um papel destacado “[...] as flutuações na propensão a consumir, no estado da preferência pela liquidez e na eficiência marginal do capital [...] Sugiro, todavia, que o caráter essencial do ciclo econômico [...] se devem principalmente ao modo como flutua a eficiência marginal do capital.” (1996, p. 193)

Disto pode-se destacar que a visão de Keynes sobre os ciclos, pelo menos parcialmente, tem aqui um primeiro ponto de conexão com Robertson, pois a eficiência marginal do capital, como já si indicou, é em parte resultado de fatores concretos. Como já se citou: “A relação entre a renda esperada de um bem de capital e seu preço de oferta ou custo de reposição, isto é, a relação entre a renda esperada de uma unidade adicional daquele tipo de capital e seu custo de produção, dá-nos a *eficiência marginal do capital* desse tipo.” (KEYNES, 1996, p. 149, grifo do autor). Desta forma, os autores em graus diferentes de determinação observariam nos fatores reais influência sobre a natureza do ciclo econômico.

Por outro lado, a eficiência marginal do capital é determinada pelas expectativas. O que demonstra que esta variável é também responsável pela ocorrência das flutuações cíclicas no pensamento de Keynes. Deste modo, quando abaixo se mencionar à eficiência marginal do capital e sua influência na determinação dos ciclos econômicos é importante ter em mente que isto faz referência tanto ao fator real da economia, quanto ao psicológico dos agentes, por meio das expectativas.

Em linhas gerais, os ciclos para Keynes seriam caracterizados pela ocorrência de flutuações na atividade econômica possuidoras de certa regularidade. Estas ocorrências seriam ascendentes ou descendentes e uma acompanharia a outra sequencialmente, onde de modo

geral a alternância da primeira para a segunda se faria abruptamente, enquanto que o inverso se daria de maneira mais lenta. (KEYNES, 1996, pp. 293-294) Sobre isto o autor aponta ainda que “*Qualquer* flutuação no investimento, não compensada por uma variação correspondente na propensão a consumir, resulta, necessariamente, numa flutuação no emprego.” (1996, p. 294, grifo do autor)

Sobre a razão das crises indica: “Creio que a explicação mais normal, e por vezes a essencial, da crise não é primordialmente uma alta taxa de juros, mas um repentino colapso da eficiência marginal do capital.” (KEYNES, 1996, p. 295) Para ele nos picos das fases ascendentes dos ciclos as expectativas de ganhos futuros, resultantes dos ânimos positivos dos mercados, é que farão os agentes observarem a possibilidade de continuar investindo mesmo com a existência de uma grande oferta de bens e com custos de produção e taxas de juros elevadas. Será a quebra deste movimento que levará a citada crise, que trará consigo uma onda de pessimismo e incerteza, reduzindo a propensão a consumir e aumentando a preferência pela liquidez, que traz consigo uma nova alta da taxa de juros. E ainda sobre isto é importante destacar que o estopim do movimento de crise é ativado pela queda da eficiência marginal do capital, sendo a direção das demais variáveis ditada por ela e não o inverso. (1996, p. 295)

As razões que levam a regularidade dos ciclos e a lentidão para a recuperação nas fases de depressão devem ser procuradas nos condicionantes do reestabelecimento da eficiência marginal do capital para níveis que levem os agentes a observarem condições para a reativação dos negócios. Estes condicionantes estão: a) na duração dos bens de capital e na velocidade de seu consumo em fases ascendentes; e, b) nos custos para a manutenção dos estoques. (KEYNES, 1996, p. 296) O primeiro fator remonta outra similaridade entre o pensamento de Keynes e o de Robertson em relação aos ciclos econômicos, no que se refere a sua regularidade, mas novamente esta semelhança deve ser relativizada, pois Robertson pesava este fator de modo a indicar nele a causa para a defesa da naturalidade dos ciclos em sua visão. Enquanto Keynes, por outro lado, não fazia nenhuma referência à existência desta característica nos ciclos.

Com isto, pode-se dizer que a explicação para os ciclos na análise contida na TG tem como seu elemento central a eficiência marginal do capital, o que indica que tanto os fatores reais quanto os psicológicos, este último por meio das expectativas, influenciam na ocorrência das

flutuações econômicas, que para Keynes tem caráter subconsumista (KEYNES, 1996, pp. 301-302).

3.4 FINANCIAMENTO DE INVESTIMENTOS E EXPECTATIVAS EM ROBERTSON E KEYNES

Nas seções acima, entre outras coisas, apresentou-se que são os fatores reais da economia que levam a ocorrência dos ciclos em Robertson; em relação a Keynes indicou-se com quais elementos os agentes se deparam quando de sua tomada de decisão de investimento. Quanto ao financiamento dos investimentos apenas se assinalou em Robertson que em LP este se faria de forma espontânea por empresas e indivíduos e que em CP à maneira espontânea se somaria à imposta. Em Keynes esta discussão sequer foi tocada. Desta forma, a intenção desta seção será discutir como os investimentos são financiados de acordo com os autores e como isto influencia nas expectativas dos agentes.

Na discussão sobre Robertson apenas se referiu o termo “poupança forçada”, sem o discutir, com a intenção de fazê-lo nesta seção. A construção cambridgiana deste conceito gerou tanto um trabalho contributivo, quanto divergências entre Robertson e Keynes (MEYRELLES FILHO; ARTHMAR, 2014) e é através dele que se iniciam os apontamentos desta seção sobre o financiamento de investimentos e as expectativas no pensamento dos dois autores.

Como se indicou em nota de rodapé do segundo capítulo pode-se buscar sobre este conceito em Robertson (1926, pp. 55-57), aqui por questão de maior clareza utiliza-se o seguinte trecho de Meyrelles Filho e Arthmar (2014, p. 253) para descrevê-lo:

Numa economia com população e eficiência técnica estacionárias, argumentara Robertson, uma expansão dos empréstimos redundaria em demanda acrescida por bens e serviços e elevação geral nos preços, de modo que o público enfrentaria o dissabor de dividir sua renda real com os beneficiários dos recursos bancários adicionais. Tratar-se-ia, neste caso, da ocorrência de poupança compulsória. (MEYRELLES FILHO; ARTHMAR, 2014, p. 253)

Assim, o termo indica que a parte da população que tem rendimentos monetários fixos está tendo uma parcela deles subtraída compulsoriamente, pelo processo inflacionário, que transfere esta renda para os empresários, que devido à circunstância da alta dos preços serão estimulados a investir estes recursos em atividades produtivas. Ou seja, há criação de

poupança forçada⁷⁴. A necessidade de subtração de renda de um grupo de agentes para possibilitar a adição desta para outro, é observada como resultado da necessidade de uma contrapartida monetária existente no sistema, que obedece ao princípio da compensação clássico (ARTHMAR, 2005) anteriormente indicado.

No que tange aos mecanismos de financiamento dos investimentos para Robertson em LP a oferta espontânea das empresas e indivíduos seria suficiente para assegurar a existência de recursos; diferentemente, em CP a oferta espontânea na ocorrência de flutuações cíclicas ascendentes não seria suficiente em quantidade e velocidade para atender a demanda extraordinária, assim entraria em cena a poupança forçada, que ao fornecer uma renda extra aos empresários lhes faria esperar positivamente sobre a continuidade do bom momento nos negócios.

Keynes, em sua crítica ao mecanismo de poupança forçada, sustenta que sua verificação apenas ocorreria em uma situação de pleno emprego dos fatores de produção, o que seria seu ponto fraco, pois para o autor esta é uma situação pouco provável:

Com a publicação da *Teoria geral*, Keynes, por fim, adotaria postura extremamente crítica em relação à doutrina da poupança forçada. Na ocasião, afirmou categoricamente que tal fenômeno não possuiria sentido claro a menos que se adotasse a hipótese pouco realista de pleno emprego dos recursos produtivos (KEYNES, 1996, p. 104-106). [...] Somente em tal condição [pleno emprego], caracterizada pela indisponibilidade de recursos ociosos, a expansão adicional do investimento traria consigo elevação dos preços e redução do consumo, independentemente de eventual ampliação do crédito bancário. (MEYRELLES FILHO; ARTHMAR, 2014, pp. 261-262)

Para Keynes, diferentemente de Robertson, o mecanismo de financiamento dos investimentos é função da renda real da economia e o mecanismo do multiplicador seria o responsável pelos ajustes entre investimento e poupança, que permitiriam sempre a existência de recursos para a inversão. Ou seja, um nível de investimentos qualquer geraria, através do multiplicador, o nível de renda necessário para que os próximos investimentos possam ser realizados. Isto se dando em uma situação onde não há o pleno emprego dos fatores de produção, o que impediria a ocorrência do processo inflacionário característico da fundamentação da poupança forçada.

⁷⁴ Robertson (1926) faz uma descrição detalhada dos tipos de poupança no Capítulo V de *Banking Policy and Price Level*. Para o objetivo da seção é suficiente o apontamento genérico sobre a poupança forçada realizado.

No entendimento de Keynes, em situações aquém do pleno emprego a igualdade entre a poupança e o investimento estaria assegurada pelas variações na renda. Dada a propensão a consumir do público, o montante do investimento agregado determinaria a poupança agregada. Alterações no nível de investimento seriam automaticamente acompanhadas por variações, no mesmo sentido e de magnitude equivalente, do volume de poupança devido à operação do mecanismo multiplicador de gastos. (MEYRELLES FILHO; ARTHMAR, 2014, p. 264)

Assim, em Keynes o financiamento dos investimentos seria feito pelo nível de renda derivado da atividade econômica. E esta seria o melhor guia para as expectativas dos agentes – esta discussão foi feita na seção anterior através das indicações sobre CP e LP. Dada a propensão a consumir de uma economia, a partir dos investimentos realizados e do impacto do multiplicador sobre eles, é que se terá sua renda agregada e será a parte excedente desta que configurará a poupança agregada, que financiará uma nova rodada de investimentos. Em relação ao impacto do multiplicador sobre os investimentos pode-se dizer que “Independentemente do seu valor, o multiplicador garantiria, em presença de recursos ociosos na economia, que a variação da renda agregada, decorrente de um aumento do investimento, seria suficiente para assegurar um acréscimo no volume de poupança equivalente ao investimento adicional.” (KAHN, 1931 *apud* MEYRELLES FILHO; ARTHMAR, 2014, p. 265)

Keynes acreditava que o processo de ajustamento da poupança ao investimento via multiplicador seria instantâneo e ocorreria sem alteração do nível de preços, pois havendo recursos desempregados, a oferta de bens e serviços resultaria perfeitamente elástica frente a uma ampliação da demanda. Portanto, diante da expansão do investimento, o produto e a renda assumiam o papel de variável de ajuste, em vez dos preços, como aceito comumente até então. Um aumento dos gastos em bens de capital geraria, por conta de seu efeito sobre o nível de renda, um acréscimo voluntário no volume de poupança exatamente suficiente para garantir o financiamento desses investimentos. (MEYRELLES FILHO; ARTHMAR, 2014, p. 265)

Assim como Keynes foi contrário ao conceito de poupança forçada, Robertson o foi em relação à alternativa do multiplicador keynesiano – não se está indicando que os conceitos possam substituir um ao outro, mas que cumprem função similar, no que diz respeito ao financiamento de investimentos no modelo de cada um dos autores –, para ele o problema fundamental deste conceito estaria em sua formulação de caráter estático e apontava a impossibilidade do ajuste entre investimento e poupança ser realizado automaticamente como indicavam os apontamentos sobre o multiplicador.

Tendo em conta os elementos descritos, Robertson levantou o seguinte problema: diante de uma escassez da poupança voluntária, de que forma seria possível financiar efetivamente uma acumulação de capital de maior intensidade? Em seu

juízo, o questionamento necessariamente remeteria a análise à teoria da poupança forçada. A rigor, segundo Robertson, um surto nos investimentos seria financiado não apenas pela ação do multiplicador, mas também por intermédio de uma expansão do crédito bancário, assim como pelo desentesouramento de moeda. A inevitável expansão dos fundos de empréstimo causaria uma divergência entre a taxa natural e a taxa monetária de juros e, daí, a elevação do nível de preços. Durante o processo, teria lugar uma poupança forçada, mesmo em presença de recursos ociosos na economia. (MEYRELLES FILHO; ARTHMAR, 2014, p. 267)

Em suma, o que se tem, para além da controvérsia entre os autores, em relação ao financiamento de investimentos e as expectativas é: a) em Robertson o elemento que contribui para viabilizar os investimentos de CP e que tem influência sobre as expectativas é a poupança forçada – é importante lembrar que os ciclos sempre têm sua origem em fatores reais na leitura do autor –, que através da majoração da renda disponível dos capitalistas lhes faz esperar positivamente sobre a continuidade da fase ascendente da flutuação econômica; e, b) em Keynes os investimentos são financiados pelo nível de renda resultante da atividade econômica, que foi proveniente de outros investimentos que geraram automaticamente através do multiplicador a poupança necessária para a ocorrência dos primeiros. Sendo que o nível de renda, além de financiar os recursos para os investimentos, influencia as expectativas dos agentes que são o fator que determinará se a poupança gerada será, ou não, transformada naqueles investimentos.

3.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As expectativas em Robertson em LP correspondem tanto ao apresentado para o modelo homogeneizado dos autores marginalistas quanto às indicações feitas para esta temporalidade por Marshall, que eram aceitas igualmente por Pigou, o que significa dizer que os resultados das ações dos agentes coincidem com suas previsões. No CP elas se manifestam através da discussão dos ciclos econômicos, mas diferentemente dos demais autores de Cambridge já discutidos, não é o fator determinante da ocorrência das flutuações econômicas. Para este autor o papel das expectativas na dinâmica dos ciclos é o de influenciar, em conjunto com o fator monetário, em sua direção e dimensão, assim pode levar a economia para fases depressivas, que em Robertson tem a forma de sobreinvestimentos, bem como é capaz de contribuir para sua recuperação.

No pensamento de Keynes contido na TG as expectativas ocupam papel central. São elas, condicionadas pela incerteza, que determinam o resultado da economia tanto em CP, quanto

em LP. Diferentemente do encontrado nos outros autores aqui trabalhados, as expectativas em Keynes podem divergir do resultado das ações dos agentes tanto em CP quanto em LP e uma pode exercer influência sobre a outra.

A partir da discussão realizada neste capítulo, é possível fazer os últimos apontamentos sobre as questões levantadas na introdução da dissertação, antes respondê-las conclusivamente:

- 1) a resposta desta primeira pergunta apenas diz respeito à Robertson, dado que seu enunciado exclui Keynes, e como estudo do autor permitiu perceber, pode-se indicar que as expectativas tem uma função evidente em seu modelo para os ciclos econômicos. O mesmo não pode ser dito para o LP, onde a variável não tem seu papel evidenciado;
- 2) as mesmas ressalvas feitas no primeiro e no segundo capítulo antes de responder esta questão são aqui válidas, ou seja, esta resposta aqui permanece possuindo apenas caráter sugestivo. Em relação à Robertson, as mesmas sugestões concernentes à Pigou são válidas, isto é, aponta-se a possibilidade de o advento da TG ter ofuscado a contribuição do autor e com isso, entre outros pontos, suas observações sobre as expectativas não terem sido apreciadas mais atentamente pela HPE. A respeito do grande interesse da HPE pelas expectativas keynesianas, sugere-se que isto se deu tanto pela abordagem totalmente diversa da encontrada nos autores pretéritos, onde Keynes deu à variável papel central e evidente no CP e no LP, quanto pelo impacto da TG que permitiu que toda a construção keynesiana fosse alvo de exaustivos estudos e debates em torno de suas ideias. Com isso, se indica que a atenção recebida pelas expectativas é fruto tanto do aprofundamento da questão por Keynes, em relação aos outros trabalhos, quanto do impacto que sua obra teve sobre a economia.
- 3) e, tem-se que o tratamento dado às expectativas por Robertson não levou seu modelo a possuir nenhum prejuízo explicativo, em CP por ter destacado seu papel sobre a dinâmica dos ciclos e no LP pelas mesmas razões apontadas na discussão do modelo homogeneizado e da construção de LP de Marshall. Quanto a Keynes, assim como na primeira questão não há necessidade de fazer apontamentos sobre a questão no entendimento do autor.

CONCLUSÃO

Este trabalho foi realizado com a intenção de entender como as expectativas se apresentavam de acordo com os autores pré-keynesianos modernos do *mainstream* e na Teoria geral de Keynes. Com isso pretendeu-se conseguir, através da análise dos autores investigados na dissertação, observar o porquê de a HPE e também as ciências econômicas como um todo apenas darem relevância as expectativas após o lançamento da TG. Daí que surgiram as perguntas que balizaram a pesquisa empreendida: 1) os economistas modernos pré-keynesianos do *mainstream* abordaram a temática das expectativas? 2) Há nas obras destes autores algo que justifique a pouca ou nenhuma atenção dada à temática pela HPE e o que se encontra sobre a temática na TG que justifique um tratamento diferenciado quando se trata dela? 3) Há déficit explicativo nas teorias modernas pré-keynesianas derivado da pouca ou nenhuma atenção dedicada às expectativas?

O quadro 1 contém um resumo das respostas encontradas no corpo da dissertação para as questões acima, em relação a cada um dos autores tratados.

Quadro 1 – Resumo das respostas para cada um dos autores

	(1)	(2)	(3)
Jevons	- Sim, explicitamente para a discussão do conceito de utilidade - Não, em caráter sistêmico, mas pode-se indicar que as expectativas possuem função implícita à hipótese de racionalidade maximizadora e são determinantes no modelo	- A opção metodológica pela homogeneização do pensamento marginalista	- Não, pois a função que as expectativas cumpririam se explicitadas seria a mesma, dado sua condicionalidade à hipótese de racionalidade dos agentes
Menger	- Sim, explicitamente em caráter sistêmico	- A opção metodológica pela homogeneização do pensamento marginalista	- Não, dado que o autor as discute de maneira explícita e lhe garante um papel essencial em seu modelo
Walras	- Não, em caráter sistêmico, mas pode-se indicar que as expectativas possuem função implícita à hipótese de racionalidade maximizadora e são determinantes no modelo	- A opção metodológica pela homogeneização do pensamento marginalista	- Não, pois a função que as expectativas cumpririam se explicitadas seria a mesma, dado sua condicionalidade à hipótese de racionalidade dos agentes
Marshall	- Sim, para o CP, sendo as expectativas determinantes da ocorrência dos ciclos econômicos - Não, em caráter sistêmico para o LP, mas pode-se indicar que as expectativas possuem função implícita à hipótese de	- Devido a parte menos desenvolvida da teoria do autor ser a discussão de CP, onde as expectativas estão explícitas	- Não, pois a função que as expectativas cumpririam se explicitadas seria a mesma, dado sua condicionalidade à hipótese de racionalidade dos agentes - Não, para o CP, devido o autor ter discutido seu entendimento

	racionalidade maximizadora e são determinantes no modelo		sobre as expectativas nesta temporalidade
Pigou	- Sim, para o CP, sendo as expectativas determinantes da ocorrência dos ciclos econômicos - Não, em caráter sistêmico para o LP, mas pode-se indicar que as expectativas possuem função implícita à hipótese de racionalidade maximizadora e são determinantes no modelo	- O ofuscamento causado às outras teorias pelo lançamento da TG	- Não, pois a função que as expectativas cumpririam se explicitadas seria a mesma, dado sua condicionalidade à hipótese de racionalidade dos agentes - Não, para o CP, devido o autor ter discutido seu entendimento sobre as expectativas nesta temporalidade
Robertson	- Sim, para o CP, sendo as expectativas capazes de influenciar na direção e dimensão dos ciclos econômicos - Não, em caráter sistêmico para o LP, mas pode-se indicar que as expectativas possuem função implícita à hipótese de racionalidade maximizadora e são determinantes no modelo	- O ofuscamento causado às outras teorias pelo lançamento da TG	- Não, pois a função que as expectativas cumpririam se explicitadas seria a mesma, dado sua condicionalidade à hipótese de racionalidade dos agentes - Não, para o CP, devido o autor ter discutido seu entendimento sobre as expectativas nesta temporalidade
Keynes	-	- Seria resultado do aprofundamento dado a questão das expectativas por Keynes, em relação aos outros trabalhos, e ao impacto que a TG teve sobre a economia como um todo	-

Nota: os números entre parênteses na linha superior do quadro fazem referência às perguntas em questão.

Fonte: elaborado pelo autor com referência as informações contidas no corpo da dissertação.

Em síntese pode-se dizer que houve estudos dos economistas modernos pré-keynesianos do *mainstream* sobre as expectativas preteritamente ao lançamento da TG, mas que a HPE apenas dedicou esforços para seu estudo no que se refere à Escola de Cambridge, deixando de lado, possivelmente pelos motivos já sugeridos, as investigações sobre a temática nos autores marginalistas.

Ainda que a HPE tenha realizado estudos sobre as expectativas na Escola de Cambridge, quando se compara o volume destes com os produzidos sobre a mesma questão na ótica de Keynes, se percebe que a dedicação ao tema teve suas preferências por parte de seus pesquisadores.

Isto acarretou no prejuízo do pouco conhecimento produzido sobre as contribuições tanto dos autores marginalistas quanto dos cambridgianos, o que é mais grave em relação aos primeiros. A falta de estudos sobre as expectativas no pensamento dos autores marginalistas impediu a percepção do papel implícito que as expectativas desempenhavam no modelo homogeneizado, e o que é mais grave deixou as indicações explícitas sobre a temática feitas por Menger praticamente esquecidas e sem a indicação de seus possíveis paralelos.

Por fim, constatada a existência de tratamento das expectativas nos autores modernos pré-keynesianos do *mainstream*, pode-se apontar então que a “novidade” em Keynes, no tocante a temática, está em sua complexificação e aprofundamento, e não em ser o responsável original por sua inclusão nas discussões econômicas modernas. E foi esta “novidade” trazida por Keynes que tornou as expectativas em uma das principais variáveis dos modelos econômicos desde então.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTER, M. **Carl Menger and the origins of Austrian economics**. Colorado/EUA: Westview Press, Inc., 1990.

ANYADIKE DANES, M. "Robertson, Dennis (1890–1963)." In: Steven N. Durlauf and Lawrence E. Blume (eds.). **The New Palgrave Dictionary of Economics**. Second Edition. Palgrave Macmillan, 2008. The New Palgrave Dictionary of Economics Online. Palgrave Macmillan. 23 February 2016. http://www.dictionaryofeconomics.com/article?id=pde2008_R000162

ARTHMAR, R. O conceito clássico de poupança e a Escola de Estocolmo. **Nova Economia** (UFMG. Impresso), Belo Horizonte, MG, v. 11, n.2, p. 51-82, 2001.

_____. Flutuações, emprego e tradição clássica em Pigou. **Economia**, Brasília, v. 6, n.2, pp. 357-390, 2005.

AUGUSTO, A. G. Racionalidade e atomismo na escola neoclássica. In: XII CONFERÊNCIA ANUAL DA ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL PARA O REALISMO CRÍTICO, 2009, Niterói. **Anais do XII Conferência Anual da Associação Internacional para o Realismo Crítico**, 2009.

BLAUG, M. **Economic theory in retrospect**. [1962] 4. Ed. Cambridge: Press Syndicate of the University of Cambridge, 1985.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Os dois métodos e o núcleo duro da teoria econômica. **Revista de Economia Política**, v. 29, pp. 163-190, 2009.

BRIDEL, P. **Cambridge monetary thought: the development of saving-investment analysis from Marshall to Keynes**. St. Martin's Press: New York, 1987.

CAMARGOS, L. R. **Expectativas socialmente construídas: fundamentação, formalização e resultados exploratórios**. 2006. 163 f. Tese (Doutorado em Economia) – Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2006.

COLLARD, D. A. Pigou on expectations and the cycle. **The Economic Journal**, v. 93, n. 370, pp. 411-414, 1983.

EXPECTATIVA. In: DICIONÁRIO da língua portuguesa. Lisboa: Priberam Informática, 2013. Disponível em: <<http://www.priberam.pt/dlDLPO>>. Acesso em: 10 abr. 2015.

FACIROLLI SOBRINHO, M. H. **Expectativas e ciclos econômicos em Marshall e Pigou**. 2005. 79 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal do Espírito Santo, ES, 2005.

FEIJÓ, R. L. C. Repensando a Revolução Marginalista: uma Síntese da Recente Crítica Historiográfica às Interpretações do Período. **Análise Econômica (UFRGS)**, Porto Alegre, v. 16, n.30, pp. 23-46, 1998.

FERNANDEZ, B. P. M; Bêni, D. de A. Popper e a economia: existe um método próprio para as ciências da sociedade? In: OLIVEIRA, P. E. de (Org.). **Ensaio sobre Karl Popper**. Curitiba: Círculo de Estudos Bandeirantes, 2012.

FISHER, R. M. **The logic of economic Discovery**. Sussex: Wheatsheaf Books LTD. 1986.

HERSCOVICI, Alain. Path dependence e análise (pós) keynesiana. In: I ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA KEYNESIANA, 2008, Campinas. **Anais do I Encontro da Associação Brasileira Keynesiana**. v. 00. p. 00-15, 2008.

JAFFÉ, W. Menger, Jevons and Walras de-homogenized. **Economic Inquiry**, v. 14, n. 4, pp. 511-524, 1976.

_____. Another look at Leon Walras's theory of tâtonnement, **History of Political Economy**, v. 13, n. 2, pp. 313-336, 1981.

JEVONS, S. **A teoria da economia Política**. São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda. 1996.

KEYNES, J. M. **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. [1936] São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda., 1996.

KREGEL, J. A. Economic methodology in the face of uncertainty: The Modelling Methods of Keynes and the Post-Keynesians. **The Economic Journal**, v. 86, n. 342, pp. 209-225, 1976.

LAWSON, T. What is this 'school' called neoclassical economics? **Cambridge Journal of Economics**, v. 37, n. 5, pp. 947-983, 2013.

MARSHALL, A. **Princípios de economia: um tratado introdutório**. [1890; 1920] São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda., 1996. 2 v.

MENGER, C. **Princípios de Economia Política**. São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda. 1983.

MEYRELLES FILHO, S. F. Moeda e ciclo econômico: a perspectiva neoclássica da Escola de Cambridge segundo Pigou. Goiânia: UFG, 2011. (Texto para discussão n. 23)

_____. Fatores reais e monetários na análise robertsoniana dos ciclos de negócios: breves notas e considerações gerais sobre o tema. Goiânia: UFG, 2012. (Texto para discussão n. 30)

MEYRELLES FILHO, S. F.; ARTHMAR, R. Moeda, crédito e ciclos econômicos em Marshall. Goiânia: UFG, 2013. (Texto para discussão n. 38)

_____. Moeda e acumulação de capital: Keynes, Robertson e o conceito de poupança. **Análise Econômica (UFRGS)**, Porto Alegre, v. 34, n. 65, pp. 251-276, 2014.

MIROWSKI, P. Physics and the 'marginalist revolution'. **Cambridge Journal of Economics**, v. 8, pp. 361-379, 1984.

PAULA, J. A. de. **Sobre o conceito de revolução marginalista em Schumpeter**. 1977. 82 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, Campinas, 1977.

PRESLEY, J. R. **Robertsonian economics: an examination of the work of Sir D. H. Robertson on industrial fluctuations**. London: The Macmillan Press LTD., 1978.

ROBERTSON, D. H. **Banking policy and the price level: an essay in the theory of the trade cycle**. London: P. S. King & Son, Ltd., 1926.

ROLL, E. **História das doutrinas econômicas**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977.

SCHUMPETER, J. A. **History of economic analysis**. [1954] United Kingdom: Taylor & Francis e-Library, 2006.

SETTERRFIELD, Mark. (1999). Expectations, path dependence and effective demand: a macroeconomic model along Keynesian lines. **Journal of Post Keynesian Economics**. v. 21, n. 03, 1999.

SOARES, C. A interpretação schumpeteriana da revolução marginalista. **Econômica** (Niterói), v. 11, pp. 155-182, 2009.

STRAUCH, O. Introdução: Ensaio biobibliográfico sobre Alfred Marshall. In: MARSHALL, A. **Princípios de Economia: um tratado introdutório**. [1890] São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda., 1996. 2 v.

VARIAN, H. R. **Microeconomia: Princípios básicos**. São Paulo: Campus, 2006.

WALKER, D. A. Walras's theories of Tatonnement. **Journal of Political Economy**, v. 95, n. 4, pp. 758-774, 1987.

WALRAS, L. **Compêndio dos elementos de Economia Política Pura**. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996.